MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

PAINT 2016

Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2016

Coordenação-Geral de Auditoria Interna

Pouso Alegre, MG
Outubro 2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Presidente da República
Dilma Roussef

Ministro da Educação
Aloizio Mercadante

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Marcelo Machado Feres

Gestores do IFSULDEMINAS
Marcelo Bregagnoli | Reitor
Carlos Alberto Machado Carvalho | Pró-Reitor de Ensino
José Luiz de Andrade Rezende Pereira | Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Cléber Ávila Barbosa | Pró-Reitor de Extensão
Honorio Morais Neto | Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Sérgio Pedini | Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Miguel Angel Isaac Toledo del Pino | Diretor-geral do campus Inconfidentes
Carlos Henrique Rodrigues Reinato | Diretor-geral do campus Machado
Luiz Carlos Machado Rodrigues | Diretor-geral do campus Muzambinho
João Paulo de Toledo Gomes | Diretor-Geral pro tempore do campus Passos
Josué Lopes | Diretor-Geral pro tempore do campus Poços de Caldas
Marcelo Carvalho Bottazzini | Diretor-Geral pro tempore do campus Pouso Alegre
Francisco Vitor de Paula | Diretor-Geral pro tempore do campus avançado Três Corações
João Olympio de Araújo Neto | Diretor-Geral pro tempore do campus avançado Carmo de Minas

Versões deste documento

Versão	Data	Descrição
1.0	27/10/2015	Versão preliminar da equipe de desenvolvimento para análise interna.

Equipe de desenvolvimento

- Gabriel Filipe da Silva, Coordenador-Geral de Auditoria Interna
- Raquel Bonamichi dos Santos Soares, Auditora Interna
- Eufrásia de Souza Melo, Auditora Interna
- Camilo Oliveira Prado, Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão

Sumário

Apresentação
1. Desenvolvimento do PAINT 2016
Tabela 1. Etapas do desenvolvimento do PAINT 2016.
2. Análise ambiental
2.1 Ambiente de negócio
Tabela 2. Unidades Gestoras do IFSULDEMINAS
Tabela 3. Programas e ações destinados ao IFSULDEMINAS pela LOA 2015.
Tabela 4. Distribuição do orçamento entre programas e ações destinadas ao IFSULDEMINAS pela LOA 2015.
2.2 Ambiente regulatório
2.3 Atividades principais
Tabela 5. Atividades principais da auditoria interna
2.4 Recursos: pessoas e sistemas de informação
Tabela 6. Sistemas de informação
2.5 Análise dos recursos e atividades
2.6 Resultados SWOT da Coordenação-Geral de Auditoria Interna
2.7 Resultados da Matriz de Riscos
Tabela 7. Resultados da Matriz de Riscos por Natureza de Risco
Tabela 8. Resultados da Matriz de Riscos por Itens de Natureza de Risco
3. Referencial estratégico
Missão
Valores
Visão
4. Objetivos, indicadores e iniciativas
4.1 Mapa estratégico
4.2 Listagem de objetivos, indicadores e iniciativas por perspectiva
Perspectiva de usuários e clientes
Perspectiva de geração de valor
Perspectiva de aprendizagem e crescimento
Perspectiva de economia
Cronograma de execução de iniciativas
Tabela 9. Cronograma de atividades
Escopos dos programas de auditoria
Tabela 10. Escopo dos programas de auditoria
Considerações finais
Anexos
Anexo I. Dicionário de indicadores
Anexo II. Relatório de auditoria baseada em risco 2015/2016

Apresentação

A Coordenação-Geral de Auditoria Interna do IFSULDEMINAS (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais) desenvolveu o PAINT 2016 (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício 2016) com a programação dos trabalhos de auditoria interna para 2016.

O PAINT 2016 seguiu as normas de elaboração, acompanhamento e execução de atividades previstas nas Instruções Normativas nº 1, de 3 de janeiro de 2007, e nº 7, de 29 de dezembro de 2006, emitidas pela Controladoria Geral da União através da Secretaria Federal de Controle.

Há duas inovações neste PAINT com relação aos dos anos anteriores:

1. Formalização de matriz de riscos como critério de seleção de programas de auditorias a realizar;
2. Introdução de indicadores de desempenho para avaliar os trabalhos de auditoria interna.

Este documento está organizado em cinco capítulos e dois anexos que abordam a produção do PAINT 2016 (capítulos 1 e 2), definições e atividades para 2016 (capítulos 3 a 5) e instrumentos de trabalho (Anexos I e II).

O capítulo 1 explica as etapas de desenvolvimento do PAINT 2016.

O capítulo 2 analisa o ambiente de atuação da Coordenação-Geral de Auditoria Interna através de cinco vetores:

- ambiente de negócio
- ambiente regulatório
- procedimento orçamentário
- recursos - pessoas, sistemas de informação e elementos organizacionais
- atividades principais

Uma Matriz de Ambiente e uma Matriz de Riscos são derivadas destes vetores. O relatório coletado no Anexo II complementa o capítulo 2 ao mostrar como se chegou à Matriz de Riscos.

O capítulo 3 apresenta o referencial estratégico da Coordenação-Geral de Auditoria Interna em forma de missão, valores e visão.

O capítulo 4 traz o mapeamento dos objetivos da Coordenação-Geral de Auditoria Interna e os desdobra em indicadores e iniciativas, que são organizados em forma de cronograma de execução. O Anexo I completa o capítulo com um dicionário de indicadores, um instrumento de mensuração de desempenho que a equipe da Coordenação-Geral de Auditoria Interna usará em 2016.

1. Desenvolvimento do PAINT 2016

O PAINT 2016 foi desenvolvido por uma equipe formada pelos três auditores da Coordenação-Geral de Auditoria Interna e o Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, que atuou como facilitador.

Utilizou-se a abordagem prevista nas instruções normativas da CGU e nas práticas que o mercado recomenda para conduzir um planejamento organizacional:

1. Constituição de equipe e criação de plano de trabalho;
2. Execução de diagnóstico de fatores internos e externos da Coordenação-Geral de Auditoria Interna;
3. Desenvolvimento e aplicação de uma matriz de riscos de auditoria;
4. Conversão das informações de diagnóstico em escolhas que consolidamos em um referencial estratégico;
5. Estabelecimento de objetivos, indicadores, metas e iniciativas com o fim de sustentar o referencial estratégico e aperfeiçoar o posicionamento da Coordenação-Geral de Auditoria Interna;
6. Organização de objetivos, indicadores, metas e iniciativas em um dicionário de indicadores, que funcionará como instrumento de suporte à execução e ao acompanhamento do PAINT 2016.

Tabela 1. Etapas do desenvolvimento do PAINT 2016.

Etapas	Tarefas	Prazo
Validar plano de trabalho	Equipe	17/04/2015
	Definir plano de trabalho	22/04/2015
Executar diagnóstico	Revisar PDI 2014-2018	22/05/2015
	Coordenação-Geral de Auditoria Interna	29/05/2015
Executar análise de ambiente	Análise e matriz SWOT	19/06/2015
	Matriz de riscos	07/07/2015
Derivar referencial estratégico	Referencial estratégico	07/08/2015
Desenvolver scorecard	Balanced scorecard	11/09/2015
	Verificar alinhamento com PDI 2014-2018	25/09/2015
Produzir documento	Diagramar documento 1	30/09/2015
Fechamento	Aprovação da CGU	30/10/2015
	Aprovação do Consup	30/12/2015

Principais reuniões de encaminhamento:

- 17 abril: definição do plano de trabalho
- 27 maio: diagnóstico e matriz de riscos
- 5 agosto: referencial estratégico
- 26 agosto: objetivos, indicadores e iniciativas
- 10 setembro: dicionário de indicadores

2. Análise ambiental

2.1 Ambiente de negócio

A Coordenação-Geral de Auditoria Interna avalia os controles internos e o desempenho da gestão do IFSULDEMINAS com o objetivo de gerar informações que assessorem as tomadas de decisões pelos dirigentes e contribuam para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos.

As fontes de demanda e uso dos resultados das auditorias repartem-se em internas e externas.

Relação da Coordenação-Geral de Auditoria Interna com as políticas institucionais do PDI 2014-2018

O conteúdo do trabalho da auditoria e as áreas que ela afeta ou pode afetar são vastos, tanto que abarcam todas as políticas institucionais do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.

A Coordenação-Geral de Auditoria interna atua como avaliadora das seguintes políticas institucionais:

- Oferta, abertura e reestruturação de cursos
- Inserção profissional dos estudantes
- Atendimento aos discentes
- Alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional
- Acesso ao conhecimento
- Comunicação
- Infraestrutura
- Orçamento e finanças
- Parcerias

A Coordenação-Geral de Auditoria interna atua como apoiadora e avaliadora da política institucional de gestão de pessoas e como executora e avaliadora da política institucional de governança.

Contudo, a equipe de auditores tem tido condições de auditar apenas os procedimentos das políticas de “atendimento aos discentes”, “governança”, “gestão de pessoas”, “infraestrutura” e “orçamento e finanças”.

Ambiente institucional de negócio

A Coordenação-Geral de Auditoria Interna tem seu âmbito de atuação restrito ao IFSULDEMINAS.

O IFSULDEMINAS foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Desde então, as Escolas passaram a funcionar como *campi* do IFSULDEMINAS, cuja Reitoria tem sede na cidade de Pouso Alegre-MG.

Em 2014, foram criadas as Unidades Gestoras dos *campi* Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, que o IFSULDEMINAS havia fundado nos últimos anos.

Hoje, há também os *campi* avançados Carmo de Minas e Três Corações, que ainda não têm UG.

Tabela 2. Unidades Gestoras do IFSULDEMINAS

UG	Unidade
158137	Reitoria
158303	Câmpus Muzambinho
158304	Câmpus Machado
158305	Câmpus Inconfidentes
154809	Câmpus Poços de Caldas
154810	Câmpus Passos
154811	Câmpus Pouso Alegre

A organização geral do IFSULDEMINAS, conforme Resolução nº 01, de 31 de agosto de 2009, homologada pela Resolução nº 04 de 2010, compreende:

I. COLEGIADOS SUPERIORES

a) Conselho Superior, ao qual se liga a Coordenação-Geral de Auditoria Interna;

b) Colégio de Dirigentes.

II. REITORIA

a) Gabinete;

b) Pró-Reitorias:

1. Pró-Reitoria de Ensino;

2. Pró-Reitoria de Extensão;

3. Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação;

4. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração; e

5. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

c) Procuradoria Federal

III. CAMPI, que, para fins da legislação educacional, são considerados Sedes.

A Lei Orçamentária Anual do exercício 2015 (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015) alocou um montante de R$ 221.495.652,00 aos quatro grupos de programas e ações orçamentárias que destinou ao IFSULDEMINAS -- previdência de inativos e pensionistas da União, operações especiais de gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais, educação profissional e tecnológica, e Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3. Programas e ações destinados ao IFSULDEMINAS pela LOA 2015.

Programa	Ação	Definição
0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**	
	181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais
0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**	
	00OL	Contribuição e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Estado de Minas Gerais
2031	**Educação Profissional e Tecnológica**	
	20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais
	20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais
	2994	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais

	6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais
	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	
	20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais
	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes - No Estado de Minas Gerais
	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais
	2011	Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais
	2012	Auxílio-Alimentação aso Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais
	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais
	00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais
2109	09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais

Tabela 4. Distribuição do orçamento entre programas e ações destinadas ao IFSULDEMINAS pela LOA 2015.

Ação	Denominação	Orçamento da ação ou do programa
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	R$ 81.776.586,00
20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	R$ 58.492.053,00
20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	R$ 25.300.000,00
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	R$ 22.624.303,00

09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	R$ 13.234.559,00
2994	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	R$ 11.933.031,00
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	R$ 4.591.098,00
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes - No Estado de Minas Gerais	R$ 2.305.636,00
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais	R$ 593.000,00
6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	R$ 197.966,00
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	R$ 186.126,00
2011	Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	R$ 117.880,00
00OL	Contribuição e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Estado de Minas Gerais	R$ 82.322,00
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	R$ 61.092,00
--	**Total do orçamento:**	**R$ 221.495.652,00**

2.2 Ambiente regulatório

Normas legais afetam todas as atividades da auditoria interna, que podem ser dividias em cinco grupos:

1. Planejamento das auditorias;
2. Organograma do setor;
3. Procedimentos de execução dos trabalhos;
4. Procedimentos de comunicação das auditoriais;
5. Procedimentos de acompanhamento dos resultados;

Além de seu poder normatizador, a CGU pode intervir no funcionamento da Coordenação-Geral de Auditoria Interna na medida em que avalia o desempenho da Coordenação-Geral de Auditoria Interna, que pode, eventualmente, ser também auditada.

2.3 Atividades principais

As atividades da Coordenação-Geral de Auditoria estão focalizadas na avaliação dos controles internos do IFSULDEMINAS. Todas possuem natureza contínua, estão em operação e são fornecidas diretamente pela equipe de auditores internos.

Tabela 5. Atividades principais da auditoria interna

Denominação	Descrição	Tipo	Situação	Fornecedor
Atendimento e acompanhamento a solicitações/determinações da CGU e TCU	- Recepção da solicitação ou determinação; - Encaminhamento aos setores que devem atendê-la; - Coleta da resposta; - Retorno ao órgão emissor; - Acompanhamento de plano de providências determinado pelo TCU, se houver; - Encaminhamento do relatório final ao setor.	Ação	Operando	Interno
Controle preventivo	- Principalmente atendimentos a pedidos de orientações: - Recepção do pedido de orientação; - Estudo de viabilidade de resposta; - Resposta, se possível.	Ação	Iniciando	Interno

	- Inclui eventual elaboração de manuais.			
Normatização interna	Encaminhamento ao Consup de propostas de modificação do regimento interno.	Ação	Operando	Interno
Planejamento e controle do setor	- Elaboração do PAINT; - Elaboração do RAINT; - Elaboração de manual de auditoria interna.	Ação	Operando	Interno
Auditorias	- Seleção da auditoria prevista no PAINT; - Emissão de ordem de serviço; - Planejamento da auditoria; - Execução da auditoria; - Elaboração de relatório.	Ação	Operando	Interno

2.4 Recursos: pessoas e sistemas de informação

A auditoria interna do IFSULDEMINAS está assim estruturada:

Reitoria – possui dois auditores internos:

- Gabriel Filipe da Silva – entrada em exercício em 22 de setembro de 2010
    - Cargo: Auditor
    - Função: Coordenador-Geral de Auditoria Interna.
    - Formação acadêmica: Bacharel em Direito
    - Pós-graduado em Gestão de Pessoas.

- Raquel Bonamichi dos Santos Soares – entrada em exercício em 22 de outubro de 2010
    - Cargo: Auditora
    - Função: Auditora
    - Formação acadêmica: Bacharel em Direito
    - Pós-graduada em Direito Constitucional

Campus Inconfidentes – possui uma auditora interna:

- Eufrásia de Souza Melo – entrada em exercício em 04 de janeiro de 2010
    - Cargo: Auditora
    - Função: Auditora
    - Formação acadêmica: Bacharel em Ciências Contábeis
    - Pós-graduada em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal

Não há auditores internos nos demais campi.

Os sistemas de informação disponíveis à Coordenação-Geral de Auditoria Interna são todos fornecidos por entidades da administração federal externas ao IFSULDEMINAS e são usados como fontes de informação para as auditorias.

Tabela 6. Sistemas de informação

Denominação	Utilidade	Fornecedor
SIAFI Operacional	Consulta a execução orçamentária e financeira	Externo
Tesouro Gerencial	Consulta de planilhas diversas a partir das informações do Siafi Operacional.	Externo
SIAPE	Consulta informações sobre pessoal do IFSULDEMINAS	Externo
SCDP	Consulta dados sobre pagamento de diárias e passagens	Externo
CGU-PAD	Consulta e registro de processos disciplinares realizados no âmbito do IFSULDEMINAS	Externo
SIMEC	Consulta situação de obras e serviços de engenharia	Externo
SPIUnet	Consulta informações sobre imóveis do IFSULDEMINAS	Externo
Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal	Monitoramento de pagamentos de pessoal. Identifica possíveis inconsistências	Externo

2.5 Análise dos recursos e atividades

A Coordenação-Geral de Auditoria Interna dispõe de três funcionários, um deles ocupando o cargo de direção denominado Coordenador-Geral de Auditoria Interna.

Os principais obstáculos para o sucesso das atividades são a falta de capacitação da equipe em assuntos específicos, as restrições de diárias e passagens e os atrasos dos setores auditados em responder às solicitações de auditoria.

Foram separados os conhecimentos de auditoria em dois tipos:

1. técnicos, representativos dos procedimentos de como auditar;
2. conteudistas, representativos dos temas dos objetos auditados.

Os membros da equipe apresentam desníveis de conhecimentos técnicos; dominam, por outro lado, os conhecimentos conteudistas em direito e contabilidade, o que lhes facilita o controle da legalidade dos processos de trabalho e a avaliação do desempenho dos processos de trabalho em áreas como licitações e recursos humanos, mas lhes dificulta a avaliação de desempenho dos processos de trabalho em ensino, pesquisa e extensão.

A Coordenação-Geral de Auditoria interna usa os sistemas de informações para coletar informações referentes às auditorias, porém não possui sistemas de informações para controle de prazos e acompanhamento das auditorias em andamento.

A equipe acompanha o atendimento das recomendações dos órgãos de controle através de planilha, ferramenta que tem limitações e poucos recursos disponíveis.

A relação da Coordenação-Geral de Auditoria Interna com os demais setores do IFSULDEMINAS se caracteriza por um conflito entre a independência do setor, a relativa indiferença que lhe entrega o corpo gerencial, a percepção às vezes negativa dos setores auditados e a opacidade com que os auditores se deparam no planejamento das auditorias.

A Coordenação-Geral de Auditoria Interna dispõe de independência com relação ao corpo gerencial do IFSULDEMINAS (Reitor, Pró-Reitores e Diretores-Gerais) e vincula-se diretamente ao Conselho Superior, que aprova seus planos e relatórios.

2.6 Resultados SWOT da Coordenação-Geral de Auditoria Interna

Com base no diagnóstico apresentado anteriormente, a equipe de auditoria interna elaborou uma análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats, ou Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). Depois, cruzando os resultados em uma matriz, a equipe elencou linhas de iniciativa cujo sucesso

poderá aperfeiçoar o posicionamento estratégico da Coordenação-Geral de Auditoria Interna.

Fatores internos

Forças

- Pessoal suficiente em número
- Formação multidisciplinar em direito e contabilidade
- Auditora lotada em campus, com visão mais localizada
- Estrutura física suficiente (computadores, sala, mesas, para três servidores)
- Cargo de direção (CD) para o Coordenador-Geral de Auditoria Interna
- Apoio do Reitor à independência da auditoria interna

Fraquezas

- Ausência de orçamento específico para diárias e capacitações
- Precariedade de metodologias e instrumentos – estes eventualmente eletrônicos – de controle das rotinas, como acompanhamento de auditorias, prazos e gestão de documentos
- Carência de programa de capacitação
- Estrutura de arquivo no limite
- Poucas ações de divulgação da auditoria interna, no momento restritas aos boletins de pareceres, julgados e recomendações da CGU/TCU
- Baixa capacitação dos auditores em áreas como pedagogia, engenharia, tecnologia da informação e gestão escolar

Fatores externos

Ameaças

- Baixa qualidade do atendimento às solicitações de auditoria por parte dos setores do IFSULDEMINAS: inadequação das respostas, atrasos e demora na distribuição
- A alta gestão tem uma percepção restrita dos valores que a auditoria interna pode agregar aos serviços
- A comunidade escolar em geral e a alta gestão em particular desconhecem as atividades de auditoria interna

- Novas técnicas de auditoria, decorrentes da internacionalização da área, pressionam os auditores a desenvolver novas habilidades, o que nem sempre é viável
- Restrições de diárias dificultam a execução de auditorias
- Emergência de novas áreas de auditoria (governança, tecnologia da informação, meio ambiente, etc.) pressionam os auditores a desenvolver novas habilidades, o que nem sempre é viável

Oportunidades

- Políticas públicas de transparência e desempenho reforçam a visibilidade e o valor da auditoria interna para as camadas gerenciais
- Controle externo da governança
- Adoção de normas internacionais de auditoria, com possibilidade dos auditores obterem certificação internacional, contribui para melhores procedimentos
- Edições de normativas estruturantes pela CGU contribuem para a formação da identidade do setor de auditoria interna e definição de seus procedimentos básicos

Matriz de iniciativas prováveis em vista do diagnóstico SWOT

1. Aperfeiçoar procedimentos internos:
    a. elaborar manual de auditoria interna;
    b. estabelecer e adotar rotinas;
    c. rever o organograma e alterar o regimento interno;
    d. padronizar softwares de trabalho.
2. Criar programa de capacitação
3. Informatizar a gestão da auditoria
4. Capacitar a alta gestão em uso de resultados de auditoria:
    a. apresentar relatórios desenvolvidos até o momento;
    b. estruturar a comunicação da auditoria interna com seus clientes e usuários.
5. Reforçar a abordagem preventiva
6. Aproximar as auditorias do relatório de gestão e do PDI
7. Adotar critérios formalizados de seleção de auditorias, com uso de matriz de riscos

8. Realizar entrevistas exploratórias para conhecer os setores do IFSULDEMINAS

2.7 Resultados da Matriz de Riscos

A equipe de auditores adotou uma matriz de riscos como forma de complementar a seleção de objetivos, indicadores e iniciativas para o PAINT 2016. A matriz identificou as áreas do IFSULDEMINAS sujeitas a maiores riscos administrativos.

Tabela 7. Resultados da Matriz de Riscos por Natureza de Risco

Ação	Definição	Nível dos riscos			Observações sobre probabilidade e impacto
		%	Características	Classificação	
20RL	Funcionamento de instituições federais de educação profissional e tecnológica no Estado de Minas Gerais	80,83%	Crítico / Alto	1º	Frequente probabilidade de risco e Altíssimo e/ou Iminente e/ou Crítico impacto
20RG	Expansão e reestruturação de instituições federais de educação profissional e tecnológica no Estado de Minas Gerais	77,83%	Crítico / Alto	2º	Frequente probabilidade de risco e Altíssimo e/ou Iminente e/ou Crítico impacto
2994	Assistência ao estudante da educação profissional e tecnológica no Estado de Minas Gerais	73,92%	Sério / Alto	3º	Provável probabilidade e Alto impacto
6380	Fomento ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica no Estado de Minas Gerais	62,50%	Sério / Alto	4º	Provável probabilidade e Alto impacto
20TP	Pagamento de pessoal ativo da União no Estado de Minas Gerais	57,42%	Sério / Alto	5º	Provável probabilidade e Alto impacto
4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação no Estado de Minas Gerais	57,25%	Sério / Alto	6º	Provável probabilidade e Alto impacto
0181	Pagamento de aposentadorias e pensões	49,83%	Sério / Alto	7º	Improvável probabilidade e Médio impacto

	- servidores civis no Estado de Minas Gerais				
00OL	Contribuição e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica no Estado de Minas Gerais	44,50%	Menor / Baixo	8º	Improvável probabilidade e Médio impacto
2004	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes no Estado de Minas Gerais	43,50%	Menor / Baixo	9º	Improvável probabilidade e Médio impacto
2011	Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares no Estado de Minas Gerais	42,83%	Menor / Baixo	10º	Improvável probabilidade e Médio impacto
09HB	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o Custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais no Estado de Minas Gerais	38,83%	Menor / Baixo	11º	Improvável probabilidade e Médio impacto
00M1	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade no Estado de Minas Gerais	38,33%	Menor / Baixo	12º	Improvável probabilidade e Médio impacto
2012	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares no Estado de Minas Gerais	35,83%	Menor / Baixo	13º	Improvável probabilidade e Médio impacto
2010	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares no Estado de Minas Gerais.	33,42%	Menor / Baixo	14º	Improvável probabilidade e Médio impacto

Tabela 8. Resultados da Matriz de Riscos por Itens de Natureza de Risco

Natureza de Risco	**Item de risco**	**Nível de risco**			**Observação sobre a Probabilidade e o Impacto**
		%	Característica		
Operacional	Grau de risco	59,89%	Alto	1º	Provável probabilidade de risco e Alto impacto.
	Materialidade	13,21%			
	Relevância	14,82%			
	Imagem do IFSULDEMINAS	7,61%			
	Desempenho / Gestão	8,25%			
	Criticidade	16,00%			
Recursos Humanos	Grau de risco	54,32%	Alto	2º	Provável probabilidade de risco e Alto impacto.
	Materialidade	13,75%			
	Relevância	12,86%			
	Imagem do IFSULDEMINAS	7,18%			
	Desempenho / Gestão	6,54%			
	Criticidade	14,00%			
Contexto Externo	Grau de risco	52,50%	Alto	3º	Provável probabilidade de risco e Alto impacto.
	Materialidade	13,04%			
	Relevância	13,21%			
	Imagem do IFSULDEMINAS	6,96%			
	Desempenho / Gestão	7,29%			
	Criticidade	12,00%			
Informação para tomada de decisões	Grau de risco	52,25%	Alto	4º	Provável probabilidade de risco e Alto impacto.
	Materialidade	13,39%			
	Relevância	13,93%			
	Imagem do IFSULDEMINAS	6,96%			
	Desempenho / Gestão	6,96%			
	Criticidade	11,00%			

Financeiro	Grau de risco	47,82%	Baixo	5º	Improvável probabilidade e Médio impacto.
	Materialidade	11,79%			
	Relevância	12,14%			
	Imagem do IFSULDEMINAS	6,96%			
	Desempenho / Gestão	6,21%			
	Criticidade	10,71%			
Governança de TI	Grau de risco	47,71%	Baixo	6º	Improvável probabilidade e Médio impacto
	Materialidade	11,25%			
	Relevância	11,25%			
	Imagem do IFSULDEMINAS	6,64%			
	Desempenho / Gestão	6,43%			
	Criticidade	12,14%			

3. Referencial estratégico

Missão

A Coordenação-Geral de Auditoria Interna existe para…

Avaliar os atos de gestão quanto à legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência e efetividade, e prestar consultoria para aperfeiçoamento das atividades e estruturas de controles internos.

Valores

Em seu cotidiano, a equipe da Coordenação-Geral de Auditoria Interna toma decisões com base em...

- Aperfeiçoamento contínuo da equipe para adequado assessoramento à gestão.
- Comprometimento com a gestão para atingimento de seus objetivos.
- Postura ética na condução de seus trabalhos e no contato com os auditados.
- Independência na definição e execução de seus trabalhos e na comunicação dos resultados.
- Disseminação do conhecimento quanto aos entendimentos dos órgãos de controle que possam impactar na gestão do IFSULDEMINAS.

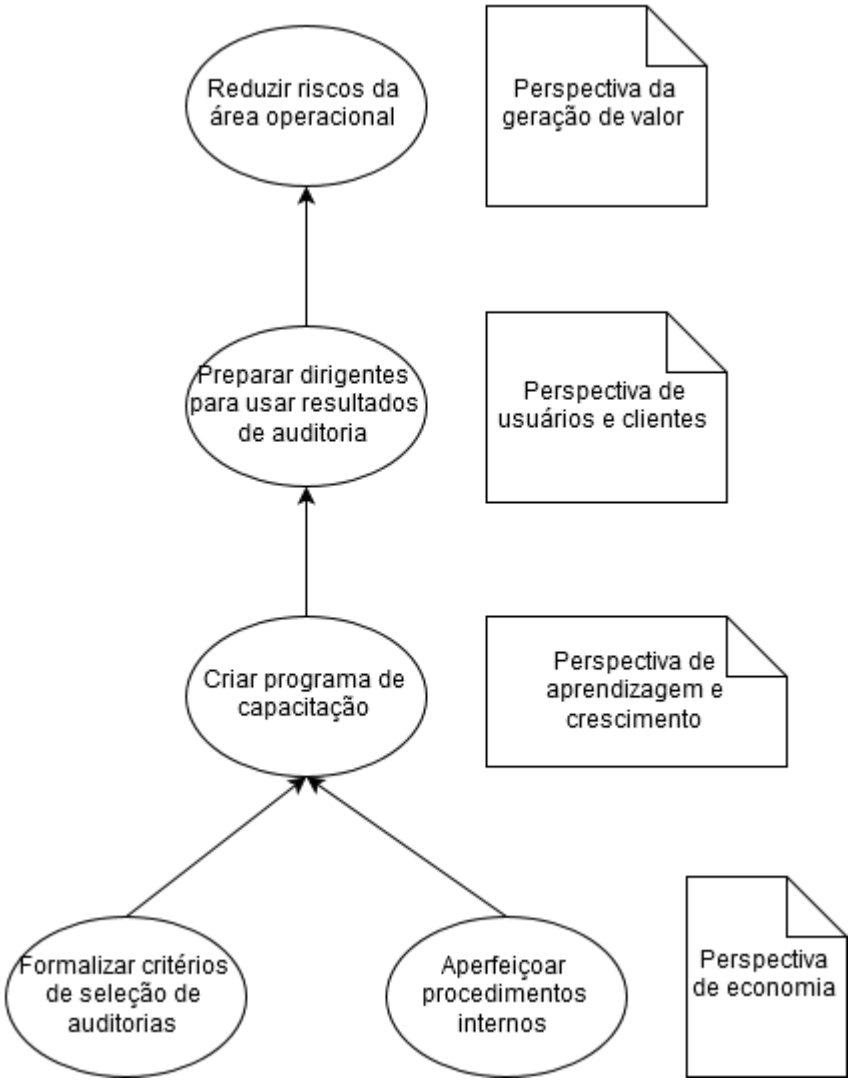
Visão

Em dois anos, a Coordenação-Geral de Auditoria Interna espera…

Ser reconhecida internamente como efetivo órgão de assessoramento que contribui para aperfeiçoar os procedimentos.

4. Objetivos, indicadores e iniciativas

4.1 Mapa estratégico



4.2 Listagem de objetivos, indicadores e iniciativas por perspectiva

Perspectiva de usuários e clientes

OB01. Preparar os dirigentes para usar resultados da auditoria

Indicadores

- IND01. Relatórios emitidos x Relatórios apresentados
- IND02. Satisfação dos clientes

Iniciativas

1. Apresentar relatórios de auditoria aos dirigentes
2. Elaborar questionário de avaliação da percepção dos clientes (dirigentes) sobre auditoria
3. Estruturar a comunicação com clientes e usuários
4. Aprimorar o site da Coordenação-Geral de Auditoria Interna
5. Participar das reuniões do Colegiado de Administração e Planejamento Institucional (CAPI) e Conselho Superior (CONSUP)

Perspectiva de geração de valor

OBJ02. Reduzir riscos da área operacional

Indicadores

- IND03. Implementação das recomendações

Iniciativas

1. Auditar fiscalização de contratos de prestação de serviços terceirizados
2. Auditar manutenção e conservação dos imóveis
3. Auditar sistema de controle de bens móveis
4. Auditar contratos com aditivos, exceto os contratos de prestação de serviços terceirizados e obras
5. Auditar adicional noturno
6. Auditar PIQ (rubrica)
7. Auditar acumulação de cargos - Dedicação exclusiva
8. Auditar publicação de resoluções e portarias no portal institucional na web

9. Auditar concorrências, pregões, dispensas e inexigibilidades de licitação
10. Assessorar estruturação de novos campi (abordagem preventiva)

Perspectiva de aprendizagem e crescimento
OBJ03. Criar programa de capacitação

Indicadores

- IND04. Capacitações planejadas X Realizadas

Iniciativas

1. Entrevistas exploratórias (PROEN, PPPI, PROEX, DTIC)
2. Capacitar equipe em auditoria de TI
3. Capacitar equipe em gestão de riscos
4. Capacitar equipe em auditoria de obras de engenharia
5. Visitar equipes de auditorias de órgãos e entidades públicas ou privadas
6. Participar do FONAI 2016

Perspectiva de economia
OBJ04. Aperfeiçoar procedimentos internos

Indicadores

- IND05. Formalização de rotinas

Iniciativas

1. Rever organograma e alterar o regimento interno
2. Elaborar manual de auditoria interna
3. Definir papéis de trabalho da Coordenação-Geral de Auditoria Interna por meio de fluxograma
4. Elaborar os programas de auditoria com prévio levantamento da legislação e estudos
5. Estabelecer e adotar rotinas administrativas
6. Criar procedimento para acompanhar recomendações
7. Implantar sistema de gestão de auditoria
8. Elaborar estudo de dimensionamento da força de trabalho
9. Estimar orçamento para capacitações e diárias
10. Definir rotinas de atendimento à CGU

11. Definir rotinas de atendimento ao TCU
12. Definir rotina para emissão parecer sobre o relatório de gestão 2015

OBJ05. Formalizar critérios de seleção de auditorias

Indicadores

- IND06. Auditorias realizadas X Auditorias baseadas na Matriz de Riscos
- IND07. Auditorias realizadas X Auditorias baseadas no PDI 2014-2018
- IND08. Auditorias realizadas X Auditorias baseadas no Relatório de gestão do exercício
- IND09. Auditorias realizadas X Auditorias baseadas em Demandas de Ouvidoria

Iniciativas

1. Revisar Matriz de Riscos 2015
2. Verificar alinhamento com PDI 2014-2018
3. Analisar relatório de gestão 2015
4. Levantar demandas de Ouvidoria
5. Elaborar RAINT do exercício 2015
6. Revisar PAINT para 2017

Cronograma de execução de iniciativas

Uma vez definidas as iniciativas que sustentam a melhora dos indicadores e o cumprimento dos objetivos, elas foram repartidas entre os integrantes da Coordenação-Geral de Auditoria Interna e tiveram discriminadas suas cargas horárias e datas de realização.

Tabela 9. Cronograma de atividades

Iniciativa	Carga horária			Cronograma
	Gabriel	Raquel	Eufrásia	
Apresentar relatórios de auditoria aos dirigentes	16	16	16	Julho e Dezembro
Estruturar a comunicação com clientes e usuários	80	0	80	Março a Junho
Elaborar questionário de avaliação da percepção dos dirigentes	0	0	40	Junho
Aprimorar o site da Coordenação-Geral de Auditoria Interna	40	8	16	Abril a Junho

Auditar fiscalização de contratos de prestação de serviços terceirizados	80	80	80	Junho e julho
Auditar manutenção e conservação dos imóveis	80	80	80	Junho a agosto
Auditar sistema de controle de bens móveis	80	80	80	Agosto e setembro
Auditar contratos com aditivos, exceto os contratos de prestação de serviços terceirizados e obras	80	80	80	Agosto e setembro
Auditar adicional noturno	0	100	0	Março
Auditar PIQ (rubrica)	0	100	0	Março e Abril
Auditar acumulação de cargos - Dedicação exclusiva	0	100	0	Abril e Maio
Auditar publicação de resoluções e portarias no portal institucional na web	16	24	40	Fevereiro a dezembro
Auditar concorrências, pregões, dispensas e inexigibilidades de licitação	120	120	160	Setembro e outubro
Assessorar estruturação de novos campi (abordagem preventiva)	80	40	80	Fevereiro a dezembro
Entrevistas exploratórias (PROEN, PPPI, PROEX, DTIC)	240	248	240	Abril a agosto
Capacitar equipe em auditoria de TI	40	40	40	Fevereiro a Dezembro
Capacitar equipe em gestão de riscos	40	40	40	Fevereiro a Dezembro
Capacitar equipe em auditoria de obras de engenharia	40	40	40	Fevereiro a Dezembro
Visitar equipes de auditorias de órgãos e entidades públicas ou privadas	40	40	40	Fevereiro a Dezembro
Participar do FONAI 2016	40	40	40	Março e novembro
Definir papéis de trabalho da Coordenação-Geral de Auditoria Interna por meio de fluxograma	24	24	24	Fevereiro
Elaborar os programas de auditoria com prévio levantamento da legislação e estudos	40	40	40	Fevereiro e março
Estabelecer e adotar rotinas administrativas	40	40	40	Março a setembro
Criar procedimento para acompanhar recomendações	24	0	24	Março a setembro
Implantar sistema de gestão de auditoria	80	40	80	Março a setembro
Elaborar estudo de dimensionamento da força de trabalho	40	16	24	Março a setembro
Estimar orçamento para capacitações e diárias	16	8	8	Março a setembro

Definir rotinas de atendimento à CGU	40	16	24	Março a setembro
Definir rotinas de atendimento ao TCU	40	16	16	Março a setembro
Definir rotina para emissão parecer sobre o relatório de gestão 2015	40	0	8	Março a setembro
Revisar Matriz de Riscos 2015	80	16	80	Agosto e setembro
Verificar alinhamento com PDI 2014-2018	40	24	40	Setembro
Analisar relatório de gestão 2015	40	24	40	Setembro
Levantar demandas de Ouvidoria	24	40	24	Setembro
Elaborar RAINT do exercício 2015	40	40	40	Janeiro
Revisar PAINT para 2017	40	40	40	Outubro
Acompanhamento de recomendações	0	56	0	Janeiro a Dezembro
Envio de informações de contratos de serviços terceirizados à CGU	0	24	0	Fevereiro, Junho e Outubro
Preencher informações para Relatório de Gestão 2016	40	0	0	Fevereiro e Março
Reserva	32	60	80	Janeiro a Dezembro
Carga horária total	1832	1800	1824	--

Escopos dos programas de auditoria

Os programas de auditoria selecionadas como iniciativas do "OBJ02. Reduzir riscos da área operacional", da Perspectiva de geração de valor, receberam escopos com o propósito de delimitarem as ações esperadas dos auditores para 2015.

Tabela 10. Escopo dos programas de auditoria

Atividade de auditoria	Escopo
Auditar fiscalização de contratos de prestação de serviços terceirizados	Verificar um contrato vigente de cada unidade do IFSULDEMINAS, de acordo com o maior valor, levantando as seguintes questões: - Quem são os fiscais/gestores? - Qual o quantitativo de servidores designados para a fiscalização? - Qual o número da portaria de designação? - Houve a fiscalização das CTPS (Carteiras de Trabalho e Previdência Social), por amostragem, conforme item 1.2 do

	anexo IV da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008. (Redação dada pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 6/2013)? - Houve o atendimento ao item 1.1 do anexo IV da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008. (Redação dada pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 6/2013)? - Há, nos contratos vigentes de prestação de serviços terceirizados, cláusula antinepotismo, conforme Decreto nº 7.203/2010? (Ofício-Circular nº 269/2015/SE/CGU-PR, de 25/09/2015)
Auditar manutenção e conservação dos imóveis	Verificar no sistema SPIUnet se a data de avaliação dos imóveis está atualizada. Verificar o estado de conservação de um imóvel de cada unidade do IFSULDEMINAS, de acordo com o contrato de maior valor, concluída a partir de 2011, selecionado através de consulta ao SIMEC. - Foi realizado regularmente o recebimento da obra pelo fiscal designado, conforme artigo 73, inciso I, da Lei 8.666/93? - Há trincas, infiltrações, necessidade de reparos, consertos, que necessitem ser corrigidas pelo executor da obra? Se sim, isso foi feito? - Descrever o estado de conservação do imóvel.
Auditar sistema de controle de bens móveis	- O inventário anual foi elaborado a partir do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício? - Os bens escolhidos por amostragem foram distribuídos através de termo de responsabilidade? - O termo de responsabilidade contém a localização, estado de conservação do bem e assinatura do consignatário?
Auditar contratos com aditivos, exceto os contratos de prestação de serviços terceirizados e obras.	Verificar 10% dos contratos vigentes a partir de 2014 com aditivos de valor de cada unidade do IFSULDEMINAS, de acordo com a relevância e materialidade, levantando as seguintes questões:

	- Houve publicação do termo aditivo no Diário Oficial conforme artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993? - Foi respeitado o limite de 25 e 50% para aditivos dos contratos?
Auditar adicional noturno	Verificar 100% das concessões de adicional noturno. - Como é realizado o controle de ponto? - Como é feito o processamento pelos setores envolvidos?
Auditar PIQ (rubrica)	Verificar a regularidade de 20% das concessões de incentivo à qualificação realizadas através do PIQ (Programa Institucional de Qualificação), de cada unidade do IFSULDEMINAS, conforme Resolução do Conselho Superior do IFSULDEMINAS nº 05/2012. - O Edital está em conformidade com a Resolução do Conselho Superior do IFSULDEMINAS nº 05/2012? - A prestação de contas dos beneficiários do Programa está sendo realizada regularmente, conforme item 5 da Resolução?
Auditar acumulação de cargos - Dedicação exclusiva	Verificar a situação de 100% dos docentes com dedicação exclusiva que entraram em exercício a partir de 2013.
Auditar publicação de resoluções e portarias no portal institucional na web	Verificar através de questionário a percepção do usuário/servidor com relação às publicações de resoluções, portarias, etc. no portal do IFSULDEMINAS na rede mundial de computadores.
Auditar concorrências, pregões, dispensas e inexigibilidades de licitação	Verificar, em cada unidade: a) um processo de concorrência ou um de RDC, onde não houver concorrência, com o maior valor de contrato vigente; b) 10% dos pregões elaborados em 2015 e 2016, de acordo com a materialidade (valores de empenhos emitidos até a data consultada) e a relevância; c) 50% das dispensas e inexigibilidades de licitação elaboradas em 2015 e 2016, de acordo com a materialidade (valores de empenhos emitidos até a data consultada) e a relevância. Serão verificados os seguintes itens: - O enquadramento do programa/ação orçamentário da despesa está correto?

	- A cotação de preços foi realizada da forma prevista na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2014?

Férias dos auditores em 2016

- Gabriel Filipe da Silva
  - 1º período: 14 a 24 de março
  - 2º período: 25 de agosto a 02 de setembro
  - 3º período: 05 a 14 de dezembro.
- Raquel Bonamichi dos Santos Soares
  - 1º período: 04 a 21 de janeiro
  - 2º período: 18 a 29 de julho
- Eufrásia de Souza Melo
  - 1º período: 04 a 18 de janeiro
  - 2º período: 01 a 15 de agosto

Considerações finais

O PAINT 2016 inseriu na auditoria interna do IFSULDEMINAS uma formalização crescente de critérios de seleção e acompanhamento dos trabalhos, tanto daqueles identificados como programas de auditoria quanto dos que apontam para o desenvolvimento institucional do setor.

A formalização de critérios valeu-se dos seguintes instrumentos:

1. Diagnóstico formalizado de ambiente através de matriz SWOT e matriz de riscos, que orientaram a seleção de iniciativas de programas de auditoria e desenvolvimento institucional;
2. Alocação das iniciativas em objetivos e indicadores visualizados através de mapa estratégico e listagem;
3. Proposta de acompanhamento da execução do plano por meio do dicionário de indicadores.

A expectativa é que, provida de critérios e procedimentos formalizados de planejamento, bem como de indicadores de desempenho, a Coordenação-Geral de Auditoria Interna experimente um crescente ganho de performance nos próximos anos.

Anexos

Anexo I. Dicionário de indicadores

Dicionário de indicadores da Coordenação-Geral de Auditoria Interna - IND01

Perspectiva	Clientes e usuários	Código e denominação	IND 01. Relatórios emitidos x Relatórios apresentados	Proprietário	Gabriel Filipe da Silva
Objetivo	Preparar os dirigentes para usar resultados da auditoria				
Descrição					
porcentagem de relatórios apresentados					
Polaridade	melhor quando alto	Frequência	semestral	Unidade de medida	porcentagem
Fórmula de cálculo	número de relatórios apresentados dividido pelo número de relatórios emitidos vezes 100				
Fonte de dados	os auditores				
Qualidade dos dados	alta	Relator	Raquel Bonamichi dos Santos Soares		
Valor de referência	desconhecido	Metas	1º semestre: 80% ; 2º semestre: 80%		
Justificativa da meta	as reuniões do CAPI e CONSUP dependem das agendas agentes destes colegiados				
Iniciativas					
1	Apresentar relatórios de auditoria aos dirigentes				
2	Estruturar a comunicação com clientes e usuários				
3	Participar das reuniões do CAPI e CONSUP				
4					
5					

Dicionário de indicadores da Coordenação-Geral de Auditoria Interna - IND02

Perspectiva	Clientes e usuários	Código e denominação	IND02. Satisfação dos clientes	Proprietário	Gabriel Filipe da Silva
Objetivo	preparar os dirigentes para usar resultados da auditoria				
Descrição					
porcentagem					
Polaridade	melhor quando alto	Frequência	semestral	Unidade de medida	porcentagem
Fórmula de cálculo	número de pessoas satisfeitas dividido pelo número de pessoas que responderam vezes 100				
Fonte de dados	questionário				
Qualidade dos dados	alta	Relator	Eufrásia de Souza Melo		
Valor de referência	desconhecido	Metas	50% de respostas satisfatórias		
Justificativa da meta	com base na percepção que a auditoria interna tem sobre o atendimento das recomendações emitidas				
Iniciativas					
1	Estruturar a comunicação com clientes e usuários				
2	Elaborar questionário de avaliação da percepção dos dirigentes sobre auditoria				
3	Aprimorar o site da Auditoria Interna				
4					
5					

Dicionário de indicadores da Coordenação-Geral de Auditoria Interna - IND03

Perspectiva	Geração de valor	Código e denominação	IND03. Implementação das recomendações	Proprietário	Gabriel Filipe da Silva
Objetivo	reduzir riscos na área operacional				
Descrição					
porcentagem					
Polaridade	melhor quando alto	Frequência	semestral	Unidade de medida	porcentagem
Fórmula de cálculo	recomendações totalmente atendidas dividido por recomendações emitidas vezes 100				
Fonte de dados	auditores				
Qualidade dos dados	alta	Relator	Raquel Bonamichi dos Santos Soares		
Valor de referência	desconhecido	Metas	1º semestre: 50% ; 2º semestre: 50%		
Justificativa da meta	com base na percepção que a auditoria tem sobre os atendimentos anteriores				
Iniciativas					
1	Auditar fiscalização de contratos de prestação de serviços terceirizados				
2	Auditar manutenção e conservação dos imóveis				
3	Auditar sistema de controle de bens móveis				
4	Auditar contratos com aditivoss, exceto os contratos de prestação de serviços terceirizados e obras				
5	Auditar adicional noturno				
6	Auditar PIQ (rubrica)				
7	Auditar acumulação de cargos - Dedicação Exclusiva				
8	Auditar publicação de resoluções e portarias no portal institucional na web				
9	Auditar concorrências, pregões, dispensas e inexigibilidades de licitação				
10	Assessorar estruturação de novos campi (abordagem preventiva)				

Dicionário de indicadores da Coordenação-Geral de Auditoria Interna - IND04

Perspectiva	Aprendizagem	Código e denominação	IND04. Capacitações planejadas X Realizadas	Proprietário	Gabriel Filipe da Silva
Objetivo	criar programa de capacitação				
Descrição					
porcentagem					
Polaridade	melhor quando alto	Frequência	anual	Unidade de medida	porcentagem
Fórmula de cálculo	capacitações planejadas dividido por capacitações realizadas vezes 100				
Fonte de dados	auditores				
Qualidade dos dados	alta	Relator	Eufrásia de Souza Melo		
Valor de referência	desconhecido	Metas	70%		
Justificativa da meta	dependemos do orçamento				
Iniciativas					
1	Entrevistas exploratórias (PROEN, PPPI, PROEX, DTIC)				
2	Capacitar equipe em auditoria de TI				
3	Capacitar equipe em gestão de riscos				
4	Capacitar equipe em auditoria de obras de engenharia				
5	Visitar equipes de auditorias de órgãos e entidades públicas ou privadas				
6	Participar do FONAI 2016				

Dicionário de indicadores da Coordenação-Geral de Auditoria Interna - IND05

Perspectiva	Economia	Código e denominação	IND05. Formalização de rotinas	Proprietário	Gabriel Filipe da Silva
Objetivo	aperfeiçoar procedimentos internos				
Descrição					
porcentagem					
Polaridade	melhor quando alto	Frequência	anual	Unidade de medida	porcentagem
Fórmula de cálculo	rotinas formalizadas dividido pelo número de iniciativas vezes 100				
Fonte de dados	auditores				
Qualidade dos dados	alta	Relator	Eufrásia de Souza Melo		
Valor de referência	desconhecido	Metas	100%		
Justificativa da meta	meta dependente apenas da iniciativa da auditoria				
Iniciativas					
1	Rever organograma e alterar o regimento interno				
2	elaborar manual de auditoria interna				
3	definir papéis de trabalho da Coordenaçã-Geral de Auditoria Interna por meio de fluxograma				
4	elaborar os programas de auditoria com prévio levantamento da legislação e estudos				
5	estabelecer e adotar rotinas administrativas				
6	criar procedimento para acompanhar recomendações				
7	implantar sistema de gestão de auditoria				
8	elaborar estudo de dimensionamento da força de trabalho				
9	estimar orçamento de capacitações e diárias				
10	definir rotinas de atendimento à CGU				
11	definir rotinas de atendimento ao TCU				
12	definir rotina de emissão de parecer sobre o relatório de gestão 2015				

Dicionário de indicadores da Coordenação-Geral de Auditoria Interna - IND06

Perspectiva	Economia	Código e denominação	IND06. Auditorias realizadas X Auditorias baseadas na Matriz de Riscos	Proprietário	Gabriel Filipe da Silva
Objetivo	formalizar critérios de seleção de auditorias				
Descrição					
porcentagem					
Polaridade	melhor quando alto	Frequência	anual	Unidade de medida	porcentagem
Fórmula de cálculo	auditorias realizadas com base na matriz de risco dividido por auditorias estimadas com base na matriz de risco vezes 100				
Fonte de dados	auditores				
Qualidade dos dados	alta	Relator	Raquel Bonamichi dos Santos Soares		
Valor de referência	desconhecido	Metas	100% do teto de 60%		
Justificativa da meta	levando em conta os critérios de seleção das auditorias, definiu-se 60% das auditorias a serem realizadas estarem baseadas no PDI. Dentro desses 60% temos como meta atingir o total pretendido				
Iniciativas					
1	revisar matriz de riscos 2015				
2	elaborar RAINT do exercício 2015				
3	revisar PAINT para 2017				
4					
5					

Dicionário de indicadores da Coordenação-Geral de Auditoria Interna - IND07

Perspectiva	Economia	Código e denominação	IND07. Auditorias realizadas X Auditorias baseadas no PDI 2014-2018	Proprietário	Gabriel Filipe da Silva
Objetivo	formalizar critérios de seleção de auditorias				
Descrição					
porcentagem					
Polaridade	melhor quando alto	Frequência	anual	Unidade de medida	porcentagem
Fórmula de cálculo	auditorias realizadas com base no PDI dividido por auditorias estimadas com base no PDI vezes 100				
Fonte de dados	auditores				
Qualidade dos dados	alta	Relator	Eufrásia de Souza Melo		
Valor de referência	desconhecido	Metas	100% do teto de 10%		
Justificativa da meta	levando em conta os critérios de seleção das auditorias, definiu-se 10% das auditorias a serem realizadas estarem baseadas no PDI 2014-2018. Dentro desses 10% temos como meta atingir o total pretendido.				
Iniciativas					
1	verificar alinhamento com PDI				
2	elaborar RAINT do exercício 2015				
3	revisar PAINT para 2017				
4					
5					

Dicionário de indicadores da Coordenação-Geral de Auditoria Interna - IND08

Perspectiva	Economia	Código e denominação	IND08. Auditorias realizadas X Auditorias baseadas no Relatório de gestão do exercício	Proprietário	Gabriel Filipe da Silva
Objetivo	formalizar critérios de seleção de auditorias				
Descrição					
porcentagem					
Polaridade	melhor quando alto	Frequência	anual	Unidade de medida	porcentagem
Fórmula de cálculo	auditorias realizadas com base no relatório de gestão dividido por auditorias estimadas com base no relatório de gestão vezes 100				
Fonte de dados	auditores				
Qualidade dos dados	alta	Relator	Raquel Bonamichi dos Santos Soares		
Valor de referência	desconhecido	Metas	100% do teto de 20%		
Justificativa da meta	levando em conta os critérios de seleção das auditorias, definiu-se 20% das auditorias a serem realizadas estarem baseadas no relatório de gestão. Dentro desses 20% temos como meta atingir o total pretendido				
Iniciativas					
1	analisar relatório de gestão 2015				
2	elaborar RAINT do exercício 2015				
3	revisar PAINT para 2017				
4					
5					

Dicionário de indicadores da Coordenação-Geral de Auditoria Interna - IND09

Perspectiva	Economia	Código e denominação	IND09. Auditorias realizadas X Auditorias baseadas em Demandas de Ouvidoria	Proprietário	Gabriel Filipe da Silva
Objetivo	formalizar critérios de seleção de auditoria				
Descrição					
porcentagem					
Polaridade	melhor quando alto	Frequência	anual	Unidade de medida	porcentagem
Fórmula de cálculo	auditorias realizadas com base em outras demandas dividido por auditorias estimadas com base em outras demandas vezes 100				
Fonte de dados	auditores				
Qualidade dos dados	alta	Relator	Eufrásia de Souza Melo		
Valor de referência	desconhecido	Metas	100% do teto de 10%		
Justificativa da meta	levando em conta os critérios de seleção das auditorias, definiu-se 10% das auditorias a serem realizadas estarem baseadas em demais fontes. Dentro desses 10% temos como meta atingir o total pretendido				
Iniciativas					
1	Levantar demandas de Ouvidoria				
2	elaborar RAINT do exercício 2015				
3	revisar PAINT para 2017				
4					
5					

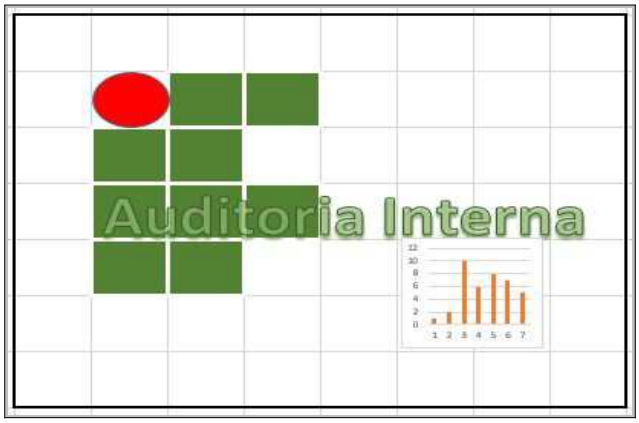
Anexo II. Relatório de auditoria baseada em risco 2015/2016

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SUL DE MINAS GERAIS

Auditoria Baseada em Risco – ABR do IFSULDEMINAS 2015/2016 Relatório Final

Coordenação Geral de Auditoria Interna
JUNHO DE 2015

"O panorama que se descortina para os próximos anos revela um quadro de desafios para a gestão das organizações. Se de um lado a incerteza é uma constante nos cenários vislumbrados por todos, por outro e cada vez mais, é evidente a importância da qualidade da gestão, ou melhor, da busca contínua da excelência na gestão". (FNQ – Fundação Nacional da Qualidade. Critérios da Excelência – São Paulo. 2011.)



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro da Educação

Renato Janine Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcelo Machado Feres

Gestores do IFSULDEMINAS

Marcelo Bregagnoli \ Reitor

Miguel Angel Isaac Toledo del Pino \ Diretor-geral do Câmpus Inconfidentes

Carlos Henrique Rodrigues Reinato \ Diretor-geral do Câmpus Machado

Luiz Carlos Machado Rodrigues \ Diretor-geral do Câmpus Muzambinho

João Paulo de Toledo Gomes \ Diretor-geral *Pró Tempore* do Câmpus Passos

Josué Lopes \ Diretor-geral *Pró Tempore* do Câmpus Poços de Caldas

Marcelo Carvalho Bottazzini \ Diretor-geral *Pró Tempore* do Câmpus Pouso Alegre

Auditores Internos do IFSULDEMINAS

Gabriel Filipe da Silva \ Coordenador Geral da Auditoria Interna

Raquel Bonamichi dos Santos

Eufrásia de Souza Melo

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SUL DE MINAS GERAIS

Missão da Auditoria Interna

Avaliar o desempenho dos controles internos administrativos, fortalecendo e assessorando a gestão, através de ações racionais, preventivas e de aperfeiçoamento, que garantam a legalidade, a moralidade e a probidade dos atos da administração do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Minas Gerais.

Nossa Visão

Ser reconhecida internamente como efetivo órgão de assessoramento e que agrega valor à gestão.

Nossos Valores

Aperfeiçoamento contínuo, comprometimento, ética, independência e disseminação do conhecimento.

ANEXO DA PORTARIA Nº / , DE DE JUNHO DE 2015

> “Um enfoque estratégico para a avaliação de risco depende da identificação dos riscos que ameaçam os objetivos-chave da organização. Os riscos relevantes a esses objetivos devem ser considerados e avaliados, resultando em uma pequena quantidade de risco-chave. A identificação dos riscos-chaves não é importante apenas para identificar as áreas mais relevantes para as quais se devem dirigir os esforços de mensuração, como também para atribuir responsabilidade para a gestão desse riscos.” (INTOSAI, 2007).

APRESENTAÇÃO

Pela primeira vez a unidade de Auditoria Interna do IFSULDEMINAS, vai utilizar o resultado da Avaliação de Risco, no que na verdade se denominada Auditoria Baseada em Risco – ABR. Este trabalho foi muito importante para nós, pois nos possibilitou conhecer um pouco mais a rotina, os processos e suas interações internas e externas, os setores e suas interações internas e externas, as fragilidades perante diversos fatores, a conjuntura institucional, tudo percebido através de uma visão holística.

A equipe espera que o resultado deste trabalho, não seja somente utilizado por esta unidade, como norte para os trabalhos de auditoria, mas também pela comunidade do IFSULDEMINAS, como instrumento de divulgação da realidade da Instituição e principalmente como ponto de partida para o desenvolvimento integral institucional.

Eufrásia de Souza Melo

Auditora Interna do Câmpus Inconfidentes

SIGLAS EMPREGADAS

ABR – Auditoria Baseada em Riscos

Art. - Artigo

BCB – Banco Central do Brasil

CGU – Controladoria-Geral da União

DVR – Diagrama de Verificação de Risco

GND – Grupo de Natureza de Despesa

IIA – Institute of Internal Auditors (Instituto dos Auditores Internos do Brasil)

INTOSAI – *International Organization of Supreme Audit Institutions*

MTO – Manual Técnico do Orçamento

NAG – Normas de Auditoria Governamental

P. - Página

PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PETIC – Plano Estratégico da Tecnologia da Informação

PI – Plano Interno

ODC – Outras Despesas Correntes

RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

RP – Resultado Primário

SCI – Sistema de Controle Interno

SETEC – Secretaria Federal de Educação Profissional e Tecnológica

TCU – Tribunal de Contas da União

UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DAS TABELAS E DAS ILUSTRAÇÕES

1. Ilustração – Roteiro do desenvolvimento da ABR....12
1. Tabela – Ações Orçamentárias destinadas ao IFSULDEMINAS....13
2. Tabela – Programação Qualitativa das Ações Orçamentárias....13
3. Tabela – Finalidades das Ações Orçamentárias....15
4. Tabela – Metas e restrições das Ações Orçamentárias....15
5. Tabela – Classificação das Ações Orçamentárias por grau de materialidade do orçamento....16
6. Tabela – Objetivos, metas e iniciativas do Programa Temático 2031....18
7. Tabela – Indicadores do Programa Temático 2031....18
8. Tabela – Unidades do IFSULDEMINAS....21
9. Tabela – PDI 2014/2018 – As Políticas, os Objetivos e as Metas....26
2. Ilustração – PETIC - IFSULDEMINAS....28
10. Tabela – Subitens de Materialidade....30
11. Tabela – Subitens de Relevância....30
12. Tabela – Subitens de Imagem da Entidade....31
13. Tabela – Subitens do Desempenho / Gestão....31
14. Tabela – Subitens de Criticidade....32
15. Tabela – Pesos das pontuações de cada natureza dos risco....32
16. Tabela – Pesos das avaliações por avaliador....32
17. Tabela – Pontos dos níveis de risco....33
18. Tabela – Gráfico da Matriz de Probabilidade e Impacto de Risco....33
19. Tabela – Critérios utilizados no Fator de Risco Operacional, quadro das referências....34
20. Tabela – Critérios utilizados no Fator de Risco Financeiro, quadro das referências....34
21. Tabela – Critérios utilizados no Fator de Risco de Governança de TI, quadro das referências . .35
22. Tabela – Critérios utilizados no Fator de Risco de informação para tomada de decisão, quadro das referências....35
23. Tabela – Critérios utilizados no Fator de Risco dos Recursos Humanos, quadro das referências 36
24. Tabela – Critérios utilizados no Fator de Risco Contextual Externo, quadro das referências 36
3. Ilustração: Ação 20TP – Natureza de Despesa/execução 2014....37
4. Ilustração: Portaria MPOG nº 625/2012....40
5. Ilustração: Ação 2004 - Natureza de Despesa/execução 2014....41
6. Ilustração: Ação 4572 - Modalidade de Licitação/execução 2014....41
7. Ilustração: Ação 6380 - PIs/execução 2014....42
8. Ilustração: Ação 20TP - Natureza de Despesa/execução 2014....44
9. Ilustração: Ação 0181 - Natureza de Despesa/execução 2014....46
10. Ilustração: Ação 2994 - Natureza de Despesa/execução 2014....47
11. Ilustração: Ação 2012 - Natureza de Despesa/execução 2014....47
12. Ilustração: Ação 2004 - Natureza de Despesa/execução 2014....48
13. Ilustração: Portaria MPOG nº 625/2012....49
14. Ilustração: Ação 4572 - Natureza de Despesa/execução 2014....49
15. Ilustração: Ação 2010 - Natureza de Despesa/execução 2014....50
16. Ilustração: Ação 2011 - Natureza de Despesa/execução 2014....51

17. Ilustração: Ação 00M1 - Natureza de Despesa/execução 2014.....52
18. Ilustração: Ação 09HB - Darfs Eletrônicas/execução 2014.....53
25. Tabela – Relação dos Critérios utilizados.....67
19. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 1.....68
20. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 2.....69
21. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 3.....70
22. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 4.....71
23. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 5.....72
24. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 6.....73
25. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 7.....74
26. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 8.....75
26. Tabela: Matriz de Risco - Ações Orçamentárias do IFSULDEMINAS.....76
27. Tabela: Matriz de Risco por Natureza de Risco na execução das Ações Orçamentárias.....77
28. Tabela: Matriz de Risco por Item na Natureza de Risco.....78
29. Tabela: Comparação dos resultados das avaliações_ Ações Orçamentárias – Quadro Sintético. 79
30. Tabela: Comparação dos resultados das avaliações_Natureza de Risco – Quadro Sintético.....79
31. Tabela: Comparação dos resultados das avaliações_ Ações Orçamentárias – Quadro Analítico. 80
32. Tabela: Comparação dos resultados das avaliações _ Ações Orçamentárias - Quadro Sintético. 81
27. Ilustração: Níveis de Risco da Ação 20RL.....82
33. Tabela: Critérios de Risco_ 20RL.....84
28. Ilustração: Níveis de risco da Ação 20RG.....85
34. Tabela: Critério de Risco _ 20RG.....87
29. Ilustração: % Risco Financeiro por Ação Orçamentária.....88
30. Ilustração: % Risco Operacional por Ação Orçamentária.....88
35. Tabela: Critério de Risco Operacionais_ 2994.....89
31. Ilustração: Média de Risco por Natureza de Risco.....89
32. Ilustração: Média geral da pontuação por Item do Fator de Risco.....90

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....pág. 5
SIGLAS EMPREGADAS.....pág. 6
LISTA DAS TABELAS E DAS ILUSTRAÇÕES.....pág. 7
INTRODUÇÃO.....pág. 10
EQUIPE ENVOLVIDA NO TRABALHO.....pág. 10
1.COMUNICAÇÃO E CONSULTA.....pág. 11
1.1.Perspectivas da avaliação.....pág. 11
1.2.Plano de Comunicação ou Roteiro do desenvolvimento da ABR.....pág. 12
2.OBJETIVO.....pág. 12
3.ESTABELECIMENTO DO CONTEXTO.....pág. 12
3.1.Ações orçamentárias destinadas ao IFSULDEMINAS no exercício de 2015.....pág. 12
3.2.Finalidades e Objetivos legais do IFSULDEMINAS – Lei Federal nº 11.892/2008.....pág. 18
3.3.Colegiados institucionais superiores – Alta Administração (PDI2014/2018):.....pág. 20
3.4.Da formação e da composição do IFSULDEMINAS:.....pág. 20
3.5.Comunidade IFSULDEMINAS (informações retiradas do Relatório de Gestão / 2014)…pág. 21
3.6.Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS – PDI 2014/2018.....pág. 21
3.7.Da Tecnologia da Informação no IFSULDEMINAS.....pág. 26
3.7.1.Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação.....pág. 27
3.8.Conduta Ética no IFSULDEMINAS.....pág. 28
3.9.Metodologia da Avaliação de Risco.....pág. 28
3.9.1.Origem dos Eventos (IBCG, 2007).....pág. 29
3.9.2.Natureza dos Riscos.....pág. 29
3.9.3.Itens e subitens gerais que integram os fatores de riscos (PAULA, 2005).....pág. 30
3.9.4.Matriz de Pontuação .....pág. 32
3.9.5.Pontuação .....pág. 32
3.9.6.Matriz de Probabilidade e Impacto de Risco.....pág. 33
3.9.7.Critérios utilizados.....pág. 33
4.AVALIAÇÃO DE RISCO.....pág. 67
4.1.Valores obtidos nas análises por Ação Orçamentária e por Fator de Risco.....pág. 67
4.2.Mapas das Matrizes de Risco.....pág. 76
5.CONCLUSÃO.....pág. 82
5.1.Ações Orçamentárias suscetíveis à inclusão no planejamento de auditoria.....pág. 82
5.2.Áreas prioritárias suscetíveis à inclusão no planejamento de auditoria.....pág. 89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....pág. 91

INTRODUÇÃO

Segundo a IN/SCI nº 01/2001, “O fortalecimento da gestão consiste em agregar valor ao gerenciamento da ação governamental, contribuindo para o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e os orçamentos da União no âmbito da entidade, a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados, quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão”.

A Avaliação de Risco, utilizada na auditoria, é uma metodologia que tem a função de demonstrar para os auditores, as áreas e as operações prioritárias; ao mesmo tempo que gera informações norteadoras dos aspectos que devem ser avaliados dentro das áreas e das operações, tornando os trabalhos de auditoria mais efetivo e eficaz. O resultado desta avaliação é a base para ABR - Auditoria Baseada em Risco.

Essa metodologia, utilizada no planejamento anual dos trabalhos de auditoria, leva em consideração a disposição de mecanismos para seleção do objeto da auditoria, através de critérios e fatores. Neste trabalho foi considerado o critério Risco e alguns Fatores de risco.

Nesta análise utilizaremos a denominação de Risco como a possibilidade de ocorrência de eventos indesejáveis, tais como erros, falhas, fraudes, desperdícios ou descumprimento de metas ou de objetivos estabelecidos. Aqui também, o Risco é o efeito das incertezas geradas pelas influências e pelos fatores internos e externos que a Instituição enfrenta e que tornaram incerto, se e quando elas atingirão seus objetivos.

Fatores de risco são os aspectos observados na análise de determinada atividade pela auditoria que apresenta ou pode vir a apresentar determinada vulnerabilidade. (PAULA, 2005).

Risco inerente, é um risco natural, cujo o evento não considera a existência de qualquer ação que a direção possa realizar para alterar a probabilidade de ocorrência ou do impacto.

A análise objetiva de risco inerente a cada atividade traz consigo grande complexidade pelos fatores subjetivos envolvidos, como o julgamento de quem o avalia, a influência do momento econômico e a incerteza do que pode nos trazer o futuro. Mesmo considerando a impossibilidade de uma percepção completa do risco, a estimativa dele é considerada importante subsídio ao planejamento e direcionamento dos trabalhos de auditoria interna. (PAULA, 2005).

EQUIPE ENVOLVIDA NO TRABALHO

- Eufrásia de Souza Melo, Auditora Interna, elaboradora, avaliadora e relatora.
- Gabriel Filipe da Silva, Auditor Interno/Coordenador Geral da Auditoria Interna, avaliador e supervisor.

1. COMUNICAÇÃO E CONSULTA

Controle interno é um processo integrado efetuado pela direção e corpo de funcionários, e é estruturado para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança de que na consecução da missão institucional os seguintes objetivos gerais serão alcançados (INTOSAI,2007):

- execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações;
- cumprimento das obrigações de *accountability*;
- cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis; e
- salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e dano.

Segundo o IIA - 2130, as atividades de auditoria interna deve auxiliar a Instituição a manter controles efetivos a partir da avaliação sua eficácia e eficiência e da promoção de melhorias contínuas. Devendo avaliar a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e os sistemas de informação da Instituição, com relação a:

- alcance dos objetivos estratégicos institucionais;
- confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais;
- eficácia e eficiência das operações e programas;
- salvaguarda dos ativos; e
- conformidade com leis, regulamentos, políticas e procedimentos e contratos.

A ABR busca identificar, medir e priorizar os riscos mais significativos para possibilitar a focalização das áreas a serem auditadas. A avaliação do risco permite ao auditor interno delinear um programa de auditoria capaz de testar os controles mais importantes, ou testar os controles com maior profundidade ou mais minuciosamente.

1.1. Perspectivas da avaliação

A análise pretende definir as prioridades a partir de perspectivas superficiais e interdependentes como:

a) o nível de risco e seu potencial de influência nos resultados;

b) a ocorrência de alterações relevantes na legislação, nos sistemas e nas estruturas organizacionais;

c) a natureza da Instituição, o volume dos recursos envolvidos ou a complexidade das operações e transações a serem examinadas;

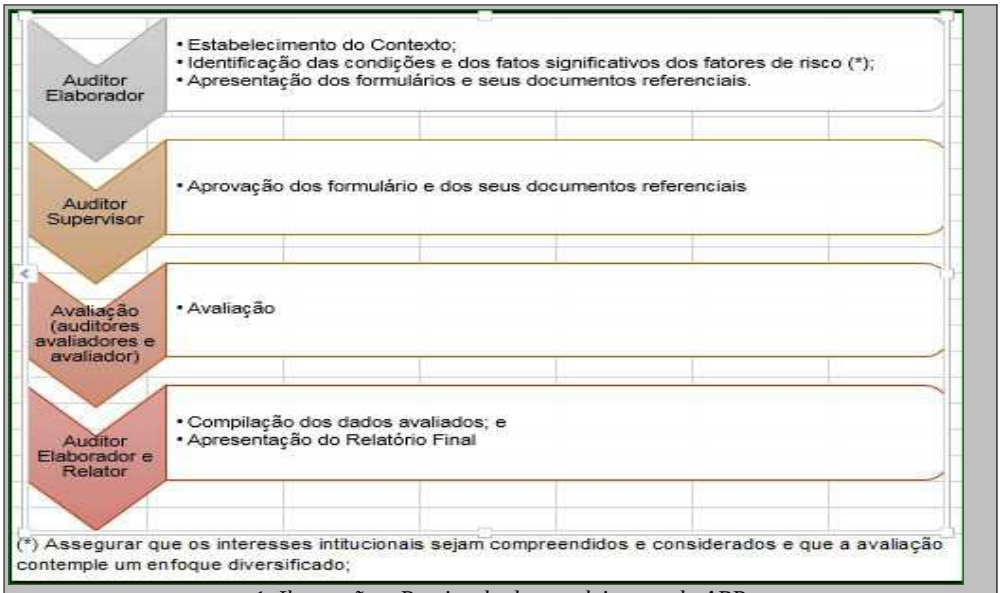
d) o ambiente interno da Instituição, que abrange a cultura institucional, a integridade e os valores éticos, competência e o desenvolvimento de pessoal e a estrutura;

e) a ocorrência de fatos que possam expor a Instituição a relevantes riscos, perdas de oportunidade ou dano ao erário;

f) as avaliações acerca da confiança que pode ser depositada no sistema de controle interno (SCI), gerado a partir do resultado dos trabalhos anteriores de auditoria interna e externa; e

g) a Gestão, o Desempenho e a Imagem da Instituição.

1.2. Plano de Comunicação ou Roteiro do desenvolvimento da ABR



1. Ilustração – Roteiro do desenvolvimento da ABR

2. OBJETIVO

O objetivo é mapear os níveis de riscos relacionados a execução das Ações Orçamentárias no IFSULDEMINAS e determinar áreas e operações prioritárias que podem ser auditadas.

3. ESTABELECIMENTO DO CONTEXTO

3.1. Ações orçamentárias destinadas ao IFSULDEMINAS no exercício de 2015

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO IFSULDEMINAS – LEI Nº 13.115/2015 - LOA		
PROGRAMA	**AÇÃO**	**DEFINIÇÃO (o que será desenvolvido para alcançar o objetivo do programa orçamentário?)**
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	
	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais Educação Básica	
	00OL	Contribuição e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Estado de Minas Gerais
2031	Educação Profissional e Tecnológica	
	20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais
	20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais
	2994	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO IFSULDEMINAS – LEI Nº 13.115/2015 - LOA		
PROGRAMA	**AÇÃO**	**DEFINIÇÃO (o que será desenvolvido para alcançar o objetivo do programa orçamentário?)**
	6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	
	20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais
	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes - No Estado de Minas Gerais
	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais
	2011	Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais
	2012	Auxílio-Alimentação aso Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais
	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais
	00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais
	09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais

1. Tabela – Ações Orçamentárias destinadas ao IFSULDEMINAS

PROGRAMAÇÃO QUALITATIVA, SEGUNDO O MANUAL TÉCNICO DO ORÇAMENTO 2015 MTO 2015		
Informações Principais da Ação	**Ação**	O que será desenvolvido para alcançar o objetivo do programa orçamentário?
	Descrição	O que é feito? Para que é feito?
	Forma de Implementação	Como é feito?
	Produto	O que será produzido ou prestado?
	Unidade de Medida	Como é mensurado?
	Subtítulo	Onde é feito? Onde está o beneficiário do gasto?

2. Tabela – Programação Qualitativa das Ações Orçamentárias

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – LEI Nº 13.115/2015 - LOA	
AÇÃO	**DESCRIÇÃO (O que é feito? Para que é feito?)**
0181	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.
00OL	(Não foi possível localizar a descrição dessa ação no endereço eletrônico do Ministério do Planejamento < http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2013-1/arquivos-cadastro-de-acoes/0910.pdf >
20RG	Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.
20RL	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – LEI Nº 13.115/2015 - LOA	
AÇÃO	**DESCRIÇÃO (O que é feito? Para que é feito?)**
	vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.
2994	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.
6380	Suporte para implementação da expansão/reestruturação por meio da modernização tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de material permanente, bem como suporte à manutenção das unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, visando a manutenção/melhoria da qualidade da oferta de educação profissional, científica e tecnológica; Apoio a programas e projetos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nas áreas de educação profissional e tecnológica, extensão tecnológica, pesquisa aplicada e inovação, inclusive de educação do campo e de elevação de escolaridade de Jovens e adultos, por meio de oferta de bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos e outros; Capacitação de docentes e técnicos-administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
20TP	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.
2004	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
2010	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.
2011	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
2012	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.
4572	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
00M1	Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio-natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.
09HB	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – LEI Nº 13.115/2015 - LOA	
AÇÃO	**DESCRIÇÃO (O que é feito? Para que é feito?)**
	2004.

3. Tabela – Finalidades das Ações Orçamentárias

DETALHES DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – LEI Nº 13.115/2015 - LOA				
AÇÃO	**PRODUTO (O que será produzido ou prestado?)**	**UNIDADE (Como é mensurado?)**	**GND (1 – Pessoal e Enc. Sociais – PES, 3 – Outras Despesas Correntes – ODC e 4 – Investimento - INV)**	**RP**
0181	-	-	1 – PES	1 (primária e obrigatória)
00OL	-	-	3 – ODC	2 (primária e discricionária)
20RG	10	Projetos viabilizados	4 – INV	2 (primária e discricionária) e 6 (não foi possível identificação pelo MTO/2015)
20RL	21.820	Estudante matriculado	3 – ODC e 4 - INV	2 (primária e discricionária)
2994	5.345	Benefício concedido	3 – ODC e 4 - INV	2 (primária e discricionária)
6380	2	Unidade apoiada	3 – ODC e 4 - INV	2 (primária e discricionária)
20TP	-	-	1 – PES	1 (primária e obrigatória)
2004	-	-	3 – ODC	1 (primária e obrigatória)
2010	-	-	3 – ODC	1 (primária e obrigatória)
2011	-	-	3 – ODC	1 (primária e obrigatória)
2012	-	-	3 – ODC	1 (primária e obrigatória)
4572	300	Servidor capacitado	3 – ODC	2 (primária e discricionária)
00M1	-	-	3 – ODC	1 (primária e obrigatória)
09HB	-	-	1 – PES	0 (financeira)

4. Tabela – Metas e restrições das Ações Orçamentárias

CLASSIFICAÇÃO PELO PERCENTUAL DO VALOR DESTINADO A CADA FUNÇÃO PROGRAMÁTICA PERANTE O VALOR DO ORÇAMENTO GLOBAL DO IFSULDEMINAS

CRITÉRIOS DE MATERIALIDADE	
Descrição	**Critério**
Baixa Materialidade	x < 1%
Média Materialidade	1% < x < 10%
Alta Materialidade	10% < x < 25%
Muito Alta Materialidade	x > 25,00%

Orçamento global: R$ 221.495.652,00

AÇÃO	DENOMINAÇÃO	ORÇAMENTO DA AÇÃO (R$)	PARCELA DO ORÇ. (%)	MATERIALIDADE DE REFERÊNCIA
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	R$ 81.776.586,00	36,92%	Muito Alta Materialidade
20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	R$ 58.492.053,00	26,41%	Muito Alta Materialidade
20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	R$ 25.300.000,00	11,42%	Alta Materialidade

CLASSIFICAÇÃO PELO PERCENTUAL DO VALOR DESTINADO A CADA FUNÇÃO PROGRAMÁTICA PERANTE O VALOR DO ORÇAMENTO GLOBAL DO IFSULDEMINAS

CRITÉRIOS DE MATERIALIDADE	
Descrição	**Critério**
Baixa Materialidade	x < 1%
Média Materialidade	1% < x < 10%
Alta Materialidade	10% < x < 25%
Muito Alta Materialidade	x > 25,00%

Orçamento global: R$ 221.495.652,00

AÇÃO	DENOMINAÇÃO	ORÇAMENTO DA AÇÃO (R$)	PARCELA DO ORÇ. (%)	MATERIALIDADE DE REFERÊNCIA
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	R$ 22.624.303,00	10,21%	Alta Materialidade
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	R$ 13.234.559,00	5,98%	Média Materialidade
2994	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	R$ 11.933.031,00	5,39%	Média Materialidade
2012	Auxílio-Alimentação aso Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	R$ 4.591.098,00	2,07%	Média Materialidade
2004	Assistência Médica e Odontógica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes - No Estado de Minas Gerais	R$ 2.305.636,00	1,04%	Média Materialidade
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais	R$ 593.000,00	0,27%	Baixa Materialidade
6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	R$ 197.966,00	0,09%	Baixa Materialidade
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	R$ 186.126,00	0,08%	Baixa Materialidade
2011	Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	R$ 117.880,00	0,05%	Baixa Materialidade
00OL	Contribuição e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Estado de Minas Gerais	R$ 82.322,00	0,04%	Baixa Materialidade
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	R$ 61.092,00	0,03%	Baixa Materialidade
		R$ 221.495.652,00	**100,00%**	

5. Tabela – Classificação das Ações Orçamentárias por grau de materialidade do orçamento

PROGRAMA TEMÁTICO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (aquele que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade. Somente os Programas Temáticos são executados com base em Objetivos, Metas e Iniciativas)

Relacionado ao IFSULDEMINAS somente o Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica que é considerado como um Programa Temático.
Órgão Responsável pelo Programa: Ministério da Educação

Seq.	**Objetivo / Metas / Iniciativas** (algumas iniciativas não foram citadas, pois não estão relacionadas direta ou indiretamente ao IFSULDEMINAS)
Objetivo 1	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.
Objetivo 1 / Meta 1	ampliar a oferta de cursos de educação profissional, articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres (nível nacional);
Objetivo 1 / Meta 2	oferecer 8 milhões (nível nacional) de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões (nível nacional) de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes;
Objetivo 1 / Meta 3	ampliar progressivamente, em regime da colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020;
Objetivo 1 / Meta 4	elevar a Relação Aluno/Professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020;
Objetivo 1 / Meta 5	elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020; e
Objetivo 1 / Meta 6	elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020.
Objetivo 1 / Iniciativa 1	02A0 - Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.
Objetivo 1 / Iniciativa 2	02A5 - Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, benefícios dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.
Objetivo 1 / Iniciativa 3	02A3 - Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica.
Objetivo 1 / Iniciativa 4	029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional à distância nas redes de educação.
Objetivo 1 / Iniciativa 5	02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologia educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio à pesquisa, inovação e extensão.
Objetivo 1 / Iniciativa 6	02A6 - Formulação e avaliação de políticas, programas, diretrizes e referenciais da educação profissional e tecnológica.
Objetivo 2	0588 - ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articuladas com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

PROGRAMA TEMÁTICO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (aquele que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade. Somente os Programas Temáticos são executados com base em Objetivos, Metas e Iniciativas) Relacionado ao IFSULDEMINAS somente o Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica que é considerado como um Programa Temático. Órgão Responsável pelo Programa: Ministério da Educação	
Seq.	**Objetivo / Metas / Iniciativas** (algumas iniciativas não foram citadas, pois não estão relacionadas direta ou indiretamente ao IFSULDEMINAS)
Objetivo 2 / Meta 1	ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional; e
Objetivo 2 / Meta 2	elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020.
Objetivo 2 / Iniciativa 1	02B3 - Ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional, possibilitando inclusive recorte étnico-racial e de gênero e o atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.

6. Tabela – Objetivos, metas e iniciativas do Programa Temático 2031

PROGRAMA TEMÁTICO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – INDICADORES **Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica** **Órgão responsável: Ministério da Educação**			
		REFERÊNCIA	
INDICADOR NACIONAL	**UNIDADE DE MEDIDA**	**DATA**	**ÍNDICE**
Número de matrículas em cursos de educação profissional tecnológica de graduação.	Milhar	31/12/2011	870,50
Número de matrículas em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.	Milhar	31/12/2012	2.999,10
Número de matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica.	Milhar	01/01/2009	250,90
Número de unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.	Unidade	31/12/2010	354,00
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB.	%	31/12/2011	6,10
Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional.	%	31/12/2010	1,30

7. Tabela – Indicadores do Programa Temático 2031

3.2. Finalidades e Objetivos legais do IFSULDEMINAS – Lei Federal nº 11.892/2008.

✔ Finalidades e características institucionais:

- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

✔ Dos objetivos legais institucionais:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- ministrar em nível de educação superior:
    a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação s*tricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

3.3. Colegiados institucionais superiores – Alta Administração (PDI2014/2018):

- ✔ Conselho Superior;
- ✔ Colégio de Dirigentes;
- ✔ Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ✔ Colegiado de Administração e Planejamento Institucional; e
- ✔ Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas.

3.4. Da formação e da composição do IFSULDEMINAS:

A Instituição se organiza como autarquia educacional multicampi, vinculada ao Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

Mesmo com a Reitoria realizando as operações como Setorial Contábil da Unidade Gestora, a política institucional flui com propostas orçamentárias anuais de cada câmpus e da Reitoria e execução orçamentária e financeira descentralizada, exceto o que se refere a Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios ao servidor, os quais têm proposta unificada e as operações orçamentárias e financeiras relacionadas aos campi avançados, estas exceções são executadas na Reitoria.

Unidade	Unidade Executora
Câmpus Poços de Caldas	154809
Câmpus Passos	154810
Câmpus Pouso Alegre	154811
Reitoria	158137
Câmpus Muzambinho	158303
Câmpus Machado	158304
Câmpus Inconfidentes	158305
Câmpus Avançado de Carmo de Minas	-
Câmpus Avançado de Três Corações	-

8. Tabela – Unidades do IFSULDEMINAS

Mais informações sobre a Instituição, como organogramas e atribuições das pró-reitorias estão disponíveis no endereço eletrônico: < http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/o-instituto >.

3.5. Comunidade IFSULDEMINAS (informações retiradas do Relatório de Gestão / 2014)

- Número de discentes gerais: 35.151 (p. 151 do RG/2014)
- Número de discentes (exceto e-tec): 20.802 (p. 151 do RG/2014)
- Número de servidores: 958 (tabela 109 do RG/2014)
- Número de funcionários terceirizados (planilha CGU, de maio/2015): 545 funcionários.

3.6. Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS – PDI 2014/2018

PDI 2014/2018 – AS POLÍTICAS, OS OBJETIVOS E AS METAS **Missão do IFSULDEMINAS:** "Promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos, críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais".	
Seq.	**Política / Objetivos / Metas** (a classificação das políticas nesta tabela é puramente estrutural, não mantendo nenhuma relação com classificação de prioridades)
Política 1	**Oferta, abertura e reestruturação de cursos**
Política 1 / Objetivo 1	oferecer programas de educação profissional, técnica e tecnológica;
Política 1 / Objetivo 2	oferecer serviços educacionais integrados de ensino, pesquisa e extensão; e
Política 1 / Objetivo 3	equilibrar a oferta de cursos regulares e formações alternativas com demandas e potencialidades do arranjo produtivo, social e cultural regional.
Política 1 / Meta 1	definir critérios de pluricurricularidade para balizar a expansão temática dos cursos de forma condizente com os doze eixos tecnológicos (recursos naturais; informação e comunicação; ambiente e saúde; produção alimentícia; infraestrutura; gestão e negócios; desenvolvimento educacional e social; produção cultural e design; produção industrial; turismo, hospitalidade e lazer; controle e processo industriais; e segurança);
Política 1 / Meta 2	implantar sistema informatizado de protocolo e gerência processual, de acesso público tão aberto quanto o perfil do usuário, para os processos de abertura e reestruturação de cursos;
Política 1 / Meta 3	definir os procedimentos de consulta pública para abertura de cursos e incluir análise de

PDI 2014/2018 – AS POLÍTICAS, OS OBJETIVOS E AS METAS **Missão do IFSULDEMINAS:** "Promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos, críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais".	
Seq.	**Política / Objetivos / Metas** (a classificação das políticas nesta tabela é puramente estrutural, não mantendo nenhuma relação com classificação de prioridades)
	integração com o arranjo local entre os critérios que os colegiados devem utilizar para aprovar ou rejeitar os projetos curriculares;
Política 1 / Meta 4	definir formato de parecer escrito que os colegiados deverão exarar a respeito dos projetos pedagógicos de curso, especificando critérios mínimos, tais quais análise o alinhamento dos cursos com o arranjo produtivo, social e cultural regional; análise da integração entre ensino, pesquisa e extensão; incorporação de pareceres externos ao IFSULDEMINAS ou, pelo menos, externos aos membros do próprio colegiado;
Política 1 / Meta 5	incluir nos projetos pedagógicos dos cursos: a) dados dos arranjos produtivos locais (APLs) traçados pelo Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior; b) dados do arranjo produtivo, social e cultural regional; c) caracterização da economia e da sociedade dos municípios através de dados do IBGE e das prefeituras municipais; d) análise da sobreposição geográfica do IFSULDEMINAS com outras políticas públicas de desenvolvimento regional (APL, Territórios da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário etc.);
Política 1 / Meta 6	criar cursos de mestrado profissional;
Política 1 / Meta 7	definir critérios para equilibrar a oferta e a expansão de cursos com as exigências legais de verticalização, de formação profissional e tecnológica e de formação de professores;
Política 1 / Meta 8	definir critérios e iniciar programa de certificação de competências adquiridas em ambiente extraescolares;
Política 1 / Meta 9	institucionalizar a educação a distância, tanto para os cursos técnicos quanto para os cursos superiores;
Política 1 / Meta 10	instituir um Programa de Aperfeiçoamento e Capacitação Continuada em Educação à Distância;
Política 1 / Meta 11	implantar até 20% de atividades não presenciais na carga horária dos cursos técnicos e de graduação, conforme previsto na Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 e Portaria Ministério da Educação nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. (desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores, art. 26 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.);
Política 1 / Meta 12	criar TV educativa;
Política 1 / Meta 13	criar programa de formação em artes e cultura; e
Política 1 / Meta 14	aperfeiçoar a avaliação dos cursos de pós-graduação lato sensu por meio de indicadores próprios e de sistematização.
Política 2	**Inserção profissional dos estudantes**
Política 2 / Objetivo 1	relacionar os métodos e os conteúdos dos cursos com o mundo do trabalho; e
Política 2 / Objetivo 2	propiciar aos discentes uma formação alinhada com o mundo do trabalho.
Política 2 / Meta 1	criar programa de acompanhamento sistemático da inserção profissional de egressos através de indicadores tais quais: a) ocupação dos egressos; b) localização do egresso após a formatura; c) correlação entre a área em que trabalha e área em que estudou; d) dados demográficos e socioeconômicos dos estudantes (gênero, raça, renda e etc.); e) divulgação destes dados; e f) aproveitamento destes dados na elaboração ou na reestruturação de currículos;
Política 2 / Meta 2	criar programa de estágios de vivência;
Política 2 / Meta 3	criar canais de recrutamento de estagiários e egressos por organização sul mineiras; e
Política 2 / Meta 4	criar empresas juniores.

PDI 2014/2018 – AS POLÍTICAS, OS OBJETIVOS E AS METAS **Missão do IFSULDEMINAS:** "Promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos, críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais".	
Seq.	**Política / Objetivos / Metas** (a classificação das políticas nesta tabela é puramente estrutural, não mantendo nenhuma relação com classificação de prioridades)
Política 3	**Atendimento aos discentes**
Política 3 / Objetivo 1	garantir equidade de acesso aos serviços educacionais; e
Política 3 / Objetivo 2	oferecer condições de permanência e êxito escolar aos discentes.
Política 3 / Meta 1	instituir programa de ações inclusivas, atualmente sob avaliação do Conselho Superior;
Política 3 / Meta 2	instituir política de assistência estudantil, atualmente sob avaliação do Conselho Superior;
Política 3 / Meta 3	acompanhar o desempenho acadêmico dos beneficiados pelos procedimentos de atendimento aos discentes, inclusive através de visitas familiares;
Política 3 / Meta 4	firmar parcerias com redes municipais ou regionais de assistência social;
Política 3 / Meta 5	ampliar a equipe dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais, incluindo profissionais interdisciplinares como pedagogos e intérpretes de LIBRAS;
Política 3 / Meta 6	agilizar o acesso dos discentes ao auxílio estudantil e outros procedimentos de atendimento aos discentes;
Política 3 / Meta 7	instalar, em cada câmpus, pelo menos uma sala de informática que não se confunda com laboratório de curso de informática e que fique aberta exclusivamente para o público em geral por 15 horas diárias;
Política 3 / Meta 8	adquirir equipamentos de tecnologia assistiva (impressa Braile, lupas manuais, leitor de tela de computador, lupa eletrônica, impressora 3D, teclados e mouses acessíveis, cadeiras de rodas, mobiliário escolar acessível e etc);
Política 3 / Meta 9	criar serviço de atendimento psicopedagógico;
Política 3 / Meta 10	capacitar os servidores (inclusive os terceirizados) a atender pessoas com necessidades especiais;
Política 3 / Meta 11	construir uma sala de recursos, multifuncionais em cada câmpus para atendimento educacional especializado, em atenção ao Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009;
Política 3 / Meta 12	atingir índice de eficiência acadêmica de 90%, como previsto pelo Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação;
Política 3 / Meta 13	consolidar dados de projeto de prevenção da evasão escolar e propor plano de ações para reduzir a evasão escolar; e
Política 3 / Meta 14	construir o centro de equiterapia do câmpus Machado.
Política 4	**Alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional**
Política 4 / Objetivo 1	alinhar pesquisa e inovação com as demandas do arranjo produtivo, social e cultural regional visando ao desenvolvimento sustentável.
Política 4 / Meta 1	diagnosticar demandas comunitárias por transferência ou desenvolvimento de ciência e tecnologia;
Política 4 / Meta 2	diagnosticar demandas comunitárias por ciência e tecnologia;
Política 4 / Meta 3	diagnosticar demandas comunitárias por cursos técnicos e graduações (consultar a política oferta, abertura e reestruturação de cursos);
Política 4 / Meta 4	definir indicadores de alinhamento do IFSULDEMINAS com o arranjo produtivo, social e cultural regional;
Política 4 / Meta 5	fortalecer pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação nos currículos de cursos técnicos e graduações (ver mais na política oferta, abertura e reestruturação de cursos);
Política 4 / Meta 6	definir critérios institucionais para distribuir fomento interno e, quando cabível, externo, para que os editais de fomento privilegiem projetos que integram ensino, pesquisa e

PDI 2014/2018 – AS POLÍTICAS, OS OBJETIVOS E AS METAS **Missão do IFSULDEMINAS:** "Promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos, críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais".	
Seq.	**Política / Objetivos / Metas** (a classificação das políticas nesta tabela é puramente estrutural, não mantendo nenhuma relação com classificação de prioridades)
	extensão e projetos que explicitam como beneficiarão o arranjo produtivo, social e cultural regional; e
Política 4 / Meta 7	definir metas de aumento de demanda e oferta de bolsas de iniciação científica, pesquisa e extensão.
Política 5	**Acesso ao conhecimento**
Política 5 / Objetivo 1	proporcionar acesso a acervo de qualidade;
Política 5 / Objetivo 2	apoiar a livre formação intelectual; e
Política 5 / Objetivo 3	subsidiar a formação programada por atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Política 5 / Meta 1	implantar uma política de formação e desenvolvimento do acervo (uma proposta está sob análise do Conselho Superior);
Política 5 / Meta 2	ampliar os acervos de todas as bibliotecas dos câmpus em ritmo superior ao rotineiro para que atendam à demanda crescente e superem o mínimo previsto pelas diretrizes de avaliação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) (confira a Tabela 16 e 17);
Política 5 / Meta 3	constituir acervo digital;
Política 5 / Meta 4	contratar funcionários especializados para trabalhar nas bibliotecas (confira a Tabela 17);
Política 5 / Meta 5	construir novas salas e aperfeiçoar as salas de acervo e estudo das bibliotecas (confira a Tabela 17); e
Política 5 / Meta 6	incentivar a formação de grupos de capacitação interna, estudo, arte e cultura.
Política 6	**Governança**
Política 6 / Objetivo 1	garantir eficácia, eficiência e efetividade; e
Política 6 / Objetivo 2	garantir transparência.
Política 6 / Meta 1	definir critérios para a elaboração de indicadores institucionais e setoriais, principalmente para setores de pesquisa e extensão (sugerem-se especialmente indicadores do grau de participação de docentes, discentes e técnicos administrativos em projetos e pesquisa e extensão); secundariamente para setores de ensino; e eventualmente para setores administrativos (como indicadores de saúde e segurança);
Política 6 / Meta 2	definir critérios para o desenvolvimento de sistemas eletrônicos de gerência de informação, principalmente para setores de pesquisa e extensão, secundariamente para setores de ensino, e eventualmente para setores administrativos;
Política 6 / Meta 3	instrumentalizar relatórios anuais de gestão, projeto político-pedagógico e plano de desenvolvimento institucional como documentos de apoio decisório no cotidiano administrativo;
Política 6 / Meta 4	reestruturar os organogramas dos campi Inconfidentes, Machado e Muzambinho e revisar o das demais unidades;
Política 6 / Meta 5	revisar os procedimentos da Comissão Própria de Avaliação com o intuito de divulgar mais seus relatórios, obter informações mais pertinentes com a avaliação institucional, acompanhar a efetivação do que for recomendado e montar infraestrutura própria (salas, orçamento e funcionários, por exemplo);
Política 6 / Meta 6	solicitar ao Ministério da Educação que libere vagas para uma equipe multidisciplinar de Auditoria Interna; e
Política 6 / Meta 7	implementar um monitoramento de resultados decorrentes de auditoria interna, o qual incluirá pelo menos um índice de relação entre a quantidade de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno e quantidade de recomendações implementadas pela alta

PDI 2014/2018 – AS POLÍTICAS, OS OBJETIVOS E AS METAS **Missão do IFSULDEMINAS:** "Promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos, críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais".	
Seq.	**Política / Objetivos / Metas** (a classificação das políticas nesta tabela é puramente estrutural, não mantendo nenhuma relação com classificação de prioridades)
	gerência e uma sistemática de comunicação dos riscos que a alta gerência corre ao desrespeitar as recomendações.
Política 7	**Comunicação**
Política 7 / Objetivo 1	impactar a percepção do público interno e externo acerca do IFSULDEMINAS; e
Política 7 / Objetivo 2	planejar e executar produtos de comunicação interna e externa.
Política 7 / Meta 1	organizar e equipar a Assessoria de Comunicação com profissionais de jornalismo, marketing, publicidade, programação visual e audiovisual;
Política 7 / Meta 2	regulamentar as atividades de comunicação; e
Política 7 / Meta 3	elaborar manual de boas práticas em comunicação.
Política 8	**Gestão de pessoas**
Política 8 / Objetivo 1	equilibrar a qualidade e a quantidade da força de trabalho com as ações do IFSULDEMINAS;
Política 8 / Objetivo 2	promover a saúde e o respeito no ambiente de trabalho; e
Política 8 / Objetivo 3	movimentar as rotinas de recursos humanos.
Política 8 / Meta 1	definir critérios gerais para a capacitação dos corpos docentes e técnico-administrativo;
Política 8 / Meta 2	criar um programa de qualidade de vida no trabalho;
Política 8 / Meta 3	criar um programa de treinamento interno para funcionários recém-contratados;
Política 8 / Meta 4	criar indicadores de gestão de pessoas;
Política 8 / Meta 5	estudar uma relação ideal de número de alunos por professor, considerando que o IFSULDEMINAS tem uma relação elevada de professores por aluno quando são considerados os alunos de cursos regulares (técnicos, graduação e pós-graduação) e de cursos livres (como os FIC e os PRONATEC) em relação ao total de docentes efetivos (Figura 6);
Política 8 / Meta 6	criar programa de formação para docência em educação profissional com base em diagnóstico de deficiências de formação pedagógica do corpo docente, conforme potencial necessidade apontada pelos parágrafos 256 à 261 do Acórdão 560/2013 (correto 506/2013) do Tribunal de Contas da União;
Política 8 / Meta 7	desenvolver estudos de indicadores sobre quantidade e ações de servidores técnico-administrativos através, por exemplo, de indicadores por projeto ou tarefa, em atenção à provável escassez de mão de obra diagnosticada genericamente pelo parágrafo 274 do Acórdão 560/2013 do Tribunal de Contas da União e especificamente pelo Relatório de Gestão IFSULDEMINAS 2012. Apenas como exemplo, torne-se o gráfico que, na época, a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração forneceu para que fosse diagnosticado o estrangulamento da mão de obra no setor (Figura 7). A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração executou 310 processos de 2012, uma média de dois processos por dia (se considerados os 250 dias efetivos de trabalho em um ano). Como o setor de licitações dispunha de 12 funcionários, o total de processos implicou em distribuir 25,80 processos licitatórios por funcionários, um número excessivo principalmente se considerados que muitos processos se destinavam a adquirir obras públicas. Os demais setores, sobretudo os pedagógicos, poderiam aplicar raciocínio semelhante para formular indicadores que também permitam avaliar a relação entre montante de trabalho e recursos humanos disponíveis;
Política 8 / Meta 8	liberar docentes e técnicos administrativos para qualificação em pós-graduação *stricto sensu*;
Política 8 / Meta 9	estabelecer metas anuais e plano de capacitação e qualificação do quadro técnico-administrativo;

PDI 2014/2018 – AS POLÍTICAS, OS OBJETIVOS E AS METAS **Missão do IFSULDEMINAS:** "Promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos, críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais".	
Seq.	**Política / Objetivos / Metas** (a classificação das políticas nesta tabela é puramente estrutural, não mantendo nenhuma relação com classificação de prioridades)
Política 8 / Meta 10	desenvolver um estudo que proponha um modelo de participação dos técnicos-administrativos na pesquisa e extensão; e
Política 8 / Meta 11	implementar a política de saúde e segurança no trabalho (Resolução Conselho Superior nº 73, de 25 de novembro de 2013).
Política 9	**Infraestrutura**
Política 9 / Objetivo 1	disponibilizar infraestrutura adequada para atividades pedagógicas e administrativas; e
Política 9 / Objetivo 2	manter e aperfeiçoar as instalações físicas.
Política 9 / Meta 1	ampliar em 66% o quantitativo de instalações físicas totais do IFSULDEMINAS (Tabela 22);
Política 9 / Meta 2	ampliar em 62% o quantitativo de instalações físicas pedagógicas (apenas salas de aulas mais laboratórios) (Tabela 23);
Política 9 / Meta 3	aperfeiçoar a operação do software Sistema de Monitoramento de Obras do Governo Federal (SIMEC- Obras) de modo que o sistema espelhe as instalações físicas prontas e em construção;
Política 9 / Meta 4	criar indicadores de adequação entre as instalações físicas e as demandas da comunidade escolar;
Política 9 / Meta 5	incluir os parâmetros de acessibilidade de Norma Técnica Brasileira nº 9050, de 31 de março de 2004, quando especificar a aquisição de edificações e mobiliários; e
Política 9 / Meta 6	concluir a construção do prédio de Reitoria.
Política 10	**Orçamento e finanças**
Política 10 / Objetivo 1	executar o orçamento para aquisição de produtos e serviços em conformidade com as necessidades do IFSULDEMINAS;
Política 10 / Objetivo 2	gerir a viabilidade financeira do IFSULDEMINAS; e
Política 10 / Objetivo 3	adequar procedimentos às revisões legais.
Política 10 / Meta 1	unificar os procedimentos de execução orçamentária e financeira através de sistema eletrônico comum a todas as unidades do IFSULDEMINAS;
Política 10 / Meta 2	implementar o Plano de Logística Sustentável e acompanhar o desempenho das medidas ali previstas; e
Política 10 / Meta 3	criar sistema de coleta de dados de captação de recursos externos.
Política 11	**Parcerias**
Política 11 / Objetivo 1	Não possui objetivos.
Política 11 / Meta 1	definir critérios gerais para as parcerias;
Política 11 / Meta 2	elaborar um manual de boas práticas em parcerias com o setor produtivo;
Política 11 / Meta 3	definir indicadores para distinguir entre parcerias promissoras e aquelas que precisam ser repensadas; e
Política 11 / Meta 4	diagnosticar as parcerias atuais e suas finalidades.

9. Tabela – PDI 2014/2018 – As Políticas, os Objetivos e as Metas

3.7. Da Tecnologia da Informação no IFSULDEMINAS

Foi aprovado em julho de 2012 através da Resolução nº 31/2012 o Regimento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI do IFSULDEMINAS.

Este Comitê tem a finalidade de:

- ✔ prestar consultoria tecnológica ao IFSULDEMINAS para que o mesmo cumpra sua missão;
- ✔ sustentar o alinhamento da TI com as estratégicas do IFSULDEMINAS, prospectando soluções tecnológicas que auxiliem no processo da tomada de decisão; e
- ✔ alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos na área de Tecnologia da Informação.

O Comitê tem as seguintes atribuições:

- ✔ analisar e propor políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação por meio do Planejamento estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, para a melhoria contínua da gestão, em alinhamento à missão, às estratégias e às metas da Instituição;
- ✔ analisar, propor e homologar, para posterior aprovação pelo Colégio de Dirigentes, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, observadas as diretrizes estabelecidas na política de Tecnologia da Informação definidas pela SLTI, respeitadas as peculiaridades técnicas e funcionais do IFSULDEMINAS;
- ✔ analisar e priorizar, em conformidade com as políticas do IFSULDEMINAS e de seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, o planejamento anual de aquisições, contratações de serviços e soluções de Tecnologia da Informação;
- ✔ propor estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologias associadas e apoiar a sua implementação;
- ✔ propor a criação de grupos de trabalho e/ou subcomitês para auxiliarem nas decisões do CGTI, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso;
- ✔ propor, implantar, padronizar e fiscalizar as políticas de uso e de segurança da informação;
- ✔ propor e analisar processos de aquisição e implantação de qualquer natureza que envolvam Tecnologia da Informação;
- ✔ propor planos de capacitação e treinamento para servidores do instituto relacionados a Tecnologia da Informação;
- ✔ fiscalizar a utilização de softwares;
- ✔ propor a contratação de consultorias externas; e
- ✔ propor alterações em seu Regimento Interno.

3.7.1. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

Em 23 de março de 2015, através da Resolução nº 3/2015 foi aprovado o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações, tendo como princípios, valores e diretrizes:

- ✔ garantir a conformidade nas ações e investimentos de TIC, de acordo com o ambiente regulatório da Instituição;
- ✔ valorizar o pessoal de TIC, respeitando as individualidades, promovendo a capacitação, o aprimoramento e a satisfação dos colaboradores;

- ✔ promover a segurança e continuidade dos serviços e produtos de TIC;
- ✔ buscar o alinhamento com a estratégia institucional em todas as ações e investimentos;
- ✔ prezar por investimentos sustentáveis;
- ✔ promover a comunicação e transparência a todos os envolvidos e interessados; e
- ✔ atuar de maneira planejada e pró-ativa.

Visão 2016

Consolidar a equipe e os processos de TIC, garantindo o reconhecimento do setor como uma unidade forte e capaz de fornecer com qualidade, garantia e transparência os serviços e produtos demandados pela instituição e pela sociedade.

Clientes e usuários

OBJ07 - Oferecer serviços, aplicações e infraestrutura que suportem os requisitos da instituição

OBJ08 - Aperfeiçoar a acessibilidade, a transparência e o acesso às informações

Processos internos

OBJ05 - Aprimorar a governança e gestão de TIC

OBJ06 - Aperfeiçoar a segurança das informações e comunicações da instituição

Financeiro

OBJ03 - Assegurar o alinhamento entre a estratégia institucional e de TIC

OBJ04 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira de TIC

Aprendizado e crescimento

OBJ01 - Manter pessoal de TIC capacitado e motivado

OBJ02 - Assegurar a manutenção e aprimoramento dos conhecimentos, práticas, processos e procedimentos de TIC na instituição

Missão

Oferecer serviços de TIC com qualidade e garantia adequados às necessidades do IFSULDEMINAS e da sociedade, garantindo sempre conformidade e segurança à instituição.

fonte: Resolução nº 03/2015 - PETIC/Mapa Estratégico

3.8. Conduta Ética no IFSULDEMINAS

A Instituição possui um código de ética denominado como Código de Conduta Ética Profissional dos Servidores Públicos Federais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, que está disponível no endereço eletrônico: < http://www.ifsuldeminas.edu.br/codigo_etica.pdf >.

3.9. Metodologia da Avaliação de Risco

3.9.1. Origem dos Eventos (IBCG, 2007)

3.9.1.1 Riscos Externos: são ocorrências associadas ao ambiente macroeconômico, político, social, natural ou setorial em que a Instituição opera. A Instituição, em geral, não consegue intervir diretamente sobre estes eventos e terá, portanto, uma ação predominantemente reativa.

3.9.1.2 Riscos Internos: são eventos originados na própria estrutura da Instituição, pelos seus processos, seu quadro de pessoal ou de seu ambiente de tecnologia. A Instituição pode e deve, em geral, interagir diretamente com uma ação pró-ativa.

3.9.2. Natureza dos Riscos

É natural que no perfil das operações internas da Instituição contenha os fatores de riscos, ou seja, as naturezas dos riscos, caracterizado neste trabalho, em operacional, financeiro, governança da tecnologia da informação, informação para auxiliar a tomada de decisões, recursos humanos e contextual externo, desta forma permite uma agregação organizada para auxiliar a interpretação e o aproveitamento dos resultados.

Cada natureza dos riscos é formada por diversos itens, que representam as condições e os fatos significativos e podem criar uma situação de impossibilidade de consecução dos objetivos estabelecidos e de perda.

A pontuação atribuída ao risco de cada item será consolidada por fatores que, por sua vez, gerará a pontuação global para a Ação Orçamentária ou a Natureza de Risco analisada.

Os fatores de riscos de operações foram convencionados de modo a dar suficiente amplitude e generalidade, permitindo sua aplicação à maioria dos processos operativos e serão demonstrados de forma discriminada a fim de que se conheça a sua importância relativa no panorama dos riscos.

3.9.2.1 Operacional: Os riscos operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativo, discente, receitas, qualidade do ensino) resultante de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como Cortes Orçamentários. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais;

3.9.2.2 Financeiro: Os riscos financeiros são aqueles associados à exposição das operações financeiras e orçamentárias da Instituição. São ocorrências como a administração financeira inadequada. Também pode ser considerado o risco associado à confiabilidade das informações transmitidas nos relatórios financeiros divulgados pela Instituição;

3.9.2.3 Governança de Tecnologia da Informação: Representado por falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações produtivas ou fabris, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da Instituição, ao longo da sua cadeia de valor (discente, ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento regional, qualidade de vida no trabalho);

3.9.2.4 De Informação para Tomada de Decisão: É igualmente relevante enfocar na qualidade da informação para tomada de decisão (estratégicas, operacionais e financeiras). Incertezas sobre a relevância e a confiabilidade nas informações que dão suporte ao processo decisório, que devem estar disponíveis no momento oportuno, podem ser fontes de risco. Deve existir, também, um adequado fluxo de informações

que assegure à alta administração e aos gestores que nenhuma informação relevante deixou de ser considerada;

3.9.2.5 Recursos Humanos: um fator importante que limita a eficácia do controle interno é o fator humano, ele está sujeito às falhas no planejamento, erros de avaliação ou interpretação, má compreensão, descuido, cansaço físico, distração, conluio, abuso ou excesso, insatisfação, despreparo, treinamento inadequado, falta de mão de obra, alta rotatividade e outros. A ineficiência na administração dos recursos humanos pode influenciar fragilidades no ambiente ético; e

3.9.2.6 Contexto Externo: Circunstâncias em que a realização dos objetivos estratégicos e operacionais não está sob controle exclusivo da Instituição. Ela está sujeita a eventos externos, como mudanças de governo, condições climáticas adversas e assim por diante, em que as ocorrências fogem ao seu controle.

3.9.3. Itens e subitens gerais que integram os fatores de riscos (PAULA, 2005)

1. MATERIALIDADE - Importância relativa ou representativa do valor ou do volume dos recursos envolvidos, isoladamente ou em determinado contexto.		
A	**Comprometimento de capitais**	Proporção de capital envolvido na atividade.
B	**Vinculação a outras atividades**	Grau de influência que a atividade tem na interação com outras áreas administrativas.
C	**Número relativo de operações**	Proporção da atividade examinada em relação ao total delas.
D	**Evidência interna de problemas**	Relaciona-se com deficiências identificadas nos controles internos, constantes de relatórios anteriores, como: atraso no fornecimento de informações; descumprimento de metas, orçamentos e planos; ocorrência de fraudes; rotatividade atípica de pessoal; queixas e reclamações de usuários, clientes e fornecedores; não observância a critérios, padrões e normas.
E	**Evidência externa de problemas**	Relaciona-se com fatos externos conhecidos que podem impactar o atingimento de metas da Instituição.

10. Tabela – Subitens de Materialidade

2. RELEVÂNCIA - Aspecto ou fato considerado importante, ainda que não seja material (economicamente significativo), para o atingimento dos objetivos do IFSULDEMINAS.		
A	**Vinculação às atividades relevantes**	Atividade considerada individualmente irrelevante, mas capaz de comprometer atividades relevantes.
B	**Atendimento às exigências legais**	Descumprimento de normas que pode acarretar a formação de contingências, o comprometimento da imagem do IFSULDEMINAS e refletir uma vulnerabilidade nos controles internos.
C	**Contingências (algo que pode acontecer)**	Pode evidenciar uma má gestão e comprometer a imagem do IFSULDEMINAS, assim como refletir uma vulnerabilidade nos controles internos.
D	**Evidência interna de problemas**	Relaciona-se com deficiências identificadas nos controles internos, constantes de relatórios anteriores, como: atraso no fornecimento de informações; descumprimento de metas, orçamentos e planos; ocorrência de fraudes; rotatividade atípica de pessoal; queixas e reclamações de usuários, clientes e fornecedores; não observância a critérios, padrões e normas.
E	**Evidência externa de problemas**	Considera fatos externos conhecidos que podem comprometer o atingimento de metas do IFSULDEMINAS.

11. Tabela – Subitens de Relevância

3. IMAGEM DA ENTIDADE - As atividades que podem repercutir fora da entidade devem ser vistas com empatia, ou seja com a intenção de se perceber como ela é interpretada externamente.		
A	**Padronização de atendimento ao público externo**	O tratamento diferenciado dado pela entidade a casos semelhantes pode vir a ser interpretado como privilégio a alguns em detrimento de outros, ou como evidência de desorganização (problemas gerenciais).
B	**Veiculação de informações para fora da entidade**	As informações só devem ser veiculadas para fora da entidade por pessoas que detenham delegação de poder para tal e deve sujeitar-se a uma "política de comunicação", para evitar ou minimizar o risco de divulgação de informações incorretas, de forma não apropriadas ou inoportunas.
C	**Consistência de dados gerados em estatísticas / mapas / informações divulgadas pela entidade**	As informações divulgadas devem ter a consistência esperada para evitar o risco de desgaste da imagem da entidade.
D	**Comprometimento da imagem interna da entidade**	A imagem interna da entidade refletirá externamente. A comunicação interna, portanto, deve dar-se de forma eficaz e eficiente.

12. Tabela – Subitens de Imagem da Entidade

4. DESEMPENHO / GESTÃO - A estrutura e a estratégia delineadas para a gestão deverá proporcionar o suporte organizacional necessário para que os esforços envidados para o atingimento das metas, sejam bem-sucedidos.		
A	**Realização dos objetivos da entidade**	Cumprimento das etapas nos prazos e condições planejadas.
B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade**	As informações divulgadas devem ter a consistência esperada para evitar o risco de desgaste da imagem da entidade.

13. Tabela – Subitens do Desempenho / Gestão

5. CRITICIDADE - Vulnerabilidade identificada nos controles internos que se caracteriza ou pode vir se caracterizar risco.		

A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual**	Quanto maior o tempo decorrido do último trabalho de Auditoria, maior a possibilidade de ocorrência de falhas no controle interno não identificadas e, consequentemente, não corrigidas.
		Lapso de tempo:
		de 0 a 6 meses = 1 ponto;
		de >6 meses a 12 Meses = 2 pontos;
		de >12 meses a 18 meses = 3 pontos;
		de >18 meses a 24 meses = 4 pontos; e
		24 meses = 5 pontos.

B	**Evidência de problemas**	Ex. deficiências conhecidas nos controles internos; atraso no fornecimento de informações. Descumprimento de orçamento e planos; alta rotatividade de pessoal; **Quanto maior a falha, maior a pontuação:** Sem falhas/ falhas conhecidas = 1 ponto; Indícios de falhas / falhas = 2 pontos; Falhas / falhas conhecidas e já auditadas internamente = 3 pontos; Falhas conhecidas e apontadas pela CGU / TCU = 4 pontos; e Falhas conhecidas e apontadas pela CGU / TCU com reincidência = 5 pontos.

C	**Gerenciamento remoto**	Distanciamento físico do gestor, Administração feita por rede por meios indiretos, no qual o gestor não esteja presente.
D	**Segurança da informação transitada em rede**	Existência de métodos preventivos para assegurar a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações transitadas em rede.
E	**Segurança de informações**	Existência de métodos preventivos para assegurar a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações (backup, acesso, integridade etc.).
F	**Documentação dos sistemas informatizados**	Registro da forma como estão organizados os recursos informatizados, de forma a permitir a continuidade de sua administração e manutenção a qualquer tempo.
G	**Disciplina de configuração**	Gerenciamento do ambiente de processamento de dados.
H	**Legislação**	Meio legal que integra o controle interno e externo da entidade. As normas internas da entidade também integram este conceito.

14. Tabela – Subitens de Criticidade

3.9.4. Matriz de Pontuação

A avaliação terá seu resultado final através da perspectiva do impacto, da probabilidade e do nível de risco por níveis de significância, tais como “alto”, “médio” e “baixo”.

A Matriz será definida a partir da combinação de impacto e probabilidade que corresponderá a um nível de risco resultante, avaliado em comparação com os critérios de classificação e com uma escala de pontuação numérica para o nível de risco.

A Matriz de Risco contém a pontuação correspondente ao risco de cada Ação Orçamentária analisada, de forma ordenada. A cada item se atribui uma pontuação cuja a soma representa a importância do Fator.

Os itens do Fator têm peso distinto.

Seq.	Item	Peso
1.	Materialidade	1,25
2.	Relevância	1,25
3.	Imagem do IFSULDEMINAS	0,75
4.	Desempenho/Gestão	0,75
5.	Criticidade	1
Soma dos pesos		**5**

15. Tabela – Pesos das pontuações de cada natureza dos risco

A avaliação será por meio de pontuação atribuída a cada Item do Fator, de acordo com os critérios apresentados, na forma de questionário e será em duas etapas, ou seja, através de dois avaliadores cada qual com peso 5 pontos.

Seq.	Avaliador	Peso
1.	Auditor	5
2.	Coordenador chefe da Auditoria	5
Soma dos pesos		**10**

16. Tabela – Pesos das avaliações por avaliador

O resultado final será obtido a partir do cálculo da média ponderada, para cada Ação Orçamentária e para cada Natureza de Risco.

3.9.5. Pontuação

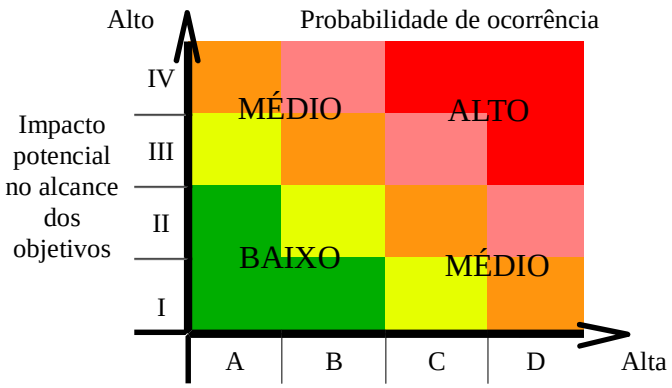
A pontuação variará na atribuição de pontos entre 1 (um) a 5 (cinco) aos itens identificados.

Pontos	Descrição dos pontos (nível de risco)
1	Imaterial, irrelevante, nulo ou desprezível (0%)
2	Baixo ou moderado (25%)
3	Médio (50%)
4	Alto (75%)
5	Altíssimo / Iminente / Crítico (100%)

17. Tabela – Pontos dos níveis de risco

3.9.6. Matriz de Probabilidade e Impacto de Risco

Matriz de Probabilidade e Impacto de Risco



Probabilidade	
A	Remota [0%, 25%[
B	Improvável [25%, 50%[
C	Provável [50%, 75%[
D	Frequente [75%, 100%]

Impacto	
I	Imaterial, irrelevante, nulo ou desprezível para 0% e Baixo ou Moderado se >1% x > 25%.
II	Médio
III	Alto
IV	Altíssimo / Iminente / Crítico

Risco				
Desprezível	**Menor**	**Moderado**	**Sério**	**Crítico**
Verde	**Amarelo**	**Abóbora**	**Rosa**	**Vermelho**

18. Tabela – Gráfico da Matriz de Probabilidade e Impacto de Risco

3.9.7. Critérios utilizados

3.9.7.1 Quadros das referências dos critérios utilizados por Natureza de Risco

I - Quadro sintético das referências dos critérios utilizados por natureza de risco						
OPERACIONAL						
Linha tabela 25	**Ação**	**Materialidade**	**Relevância**	**Imagem do IFSULDEMINAS**	**Decisão / Gestão**	**Criticidade**
1-5	20TP	20TP/ I - 1.A	20TP/I – 2.B	20TP/I – 3.C	20TP/I – 4.B	20TP/I – 5.A
6-10	20RL	20RL/I – 1.C	20RL/I – 2.D	20RL/I – 3.C	20RL/I – 4.A	20RL/I – 5.H
11-15	20RG	20RG/I – 1.E	20RG/I – 2.A	20RG/I – 3.C	20RG/I – 4.A	20RG/I – 5.A
16-20	0181	0181/I – 1.A	0181/I – 2.B	0181/I – 3.C	0181/I – 4.B	0181/I – 5.B
21-25	09HB	09HB/I – 1.A	09HB/I – 2.B	09HB/I – 3.D	09HB/I – 4.B	09HB/I – 5.A
26-30	2994	2994/I – 1.C	2994/I – 2.B	2994/I – 3.D	2994/I – 4.B	2994/I – 5.B
31-35	2012	2012/I – 1.A	2012/I – 2.B	2012/I – 3.C	2012/I – 4.B	2012/I – 5.A
36-40	2004	2004/I – 1.A	2004/I – 2.B	2004/I – 3.D	2004/I – 4.B	2004/I – 5.A
41-45	4572	4572/I – 1.C	4572/I – 2.A	4572/I – 3.D	4572/I – 4.B	4572/I – 5.A
46-50	6380	6380/I - 1.A	6380/I – 2.D	6380/I – 3.C	6380/I – 4.A	6380/I – 5.A
51-55	2010	2010/I – 1.A	2010/I – 2.B	2010/I – 3.C	2010/I – 4.B	2010/I – 5.A
56-60	2011	2011/I – 1.A	2011/I – 2.B	2011/I – 3.D	2011/I – 4.B	2011/I – 5.A
61-65	00OL	00OL/I – 1.A	00OL/I – 2.B	00OL/I – 3.C	00OL/I – 4.A	00OL/I – 5.H
66-70	00M1	00M1/I – 1.B	00M1/I – 2.B	00M1/I – 3.D	00M1/I – 4.A	00M1/I – 5.A

19. Tabela – Critérios utilizados no Fator de Risco Operacional, quadro das referências

II - Quadro sintético das referências dos critérios utilizados por natureza de risco						
FINANCEIRO						
Linha tabela 25	**Ação**	**Materialidade**	**Relevância**	**Imagem do IFSULDEMINAS**	**Decisão / Gestão**	**Criticidade**
71-75	20TP	20TP/II – 1.A	20TP/II – 2.B	20TP/II – 3.C	20TP/II – 4.A	20TP/II – 5.A
76-80	20RL	20RL/II – 1.A	20RL/II – 2.E	20RL/II – 3.D	20RL/II – 4.A	20RL/II – 5.B
81-85	20RG	20RG/II – 1.E	20RG/II – 2.A	20RG/II – 3.D	20RG/II – 4.A	20RG/II – 5.A
86-90	0181	0181/II – 1.A	0181/II – 2.B	0181/II – 3.C	0181/II – 4.A	0181/II – 5.B
91-95	09HB	09HB/II – 1.A	09HB/II – 2.A	09HB/II – 3.D	09HB/II – 4.B	09HB/II – 5.H
96-100	2994	2994/II – 1.A	2994/II – 2.A	2994/II – 3.D	2994/II – 4.B	2994/II – 5.H
101-105	2012	2012/II – 1.A	2012/II – 2.A	2012/II – 3.C	2012/II – 4.A	2012/II – 5.H
106-110	2004	2004/II – 1.A	2004/II – 2.A	2004/II – 3.C	2004/II – 4.A	2004/II – 5.H
111-115	4572	4572/II – 1.A	4572/II – 2.A	4572/II – 3.C	4572/II – 4.A	4572/II – 5.E
116-120	6380	6380/II – 1.A	6380/II – 2.B	6380/II – 3.D	6380/II – 4.A	6380/II – 5.E
121-125	2010	2010/II – 1.A	2010/II – 2.A	2010/II – 3.C	2010/II – 4.A	2010/II – 5.H
126-130	2011	2011/II – 1.A	2011/II – 2.A	2011/II – 3.C	2011/II – 4.A	2011/II – 5.E
131-135	00OL	00OL/II – 1.C	00OL/II – 2.B	00OL/II – 3.C	00OL/II – 4.A	00OL/II – 5.E
136-140	00M1	00M1/II – 1.A	00M1/II – 2.D	00M1/II – 3.C	00M1/II – 4.A	00M1/II – 5.H

20. Tabela – Critérios utilizados no Fator de Risco Financeiro, quadro das referências

III - Quadro sintético das referências dos critérios utilizados por natureza de risco						
GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO						
Linha tabela 25	**Ação**	**Materialidade**	**Relevância**	**Imagem do IFSULDEMINAS**	**Decisão / Gestão**	**Criticidade**
141-145	20TP	20TP/III – 1.C	20TP/III – 2.A	20TP/III – 3.C	20TP/III – 4.B	20TP/III – 5.B
146-150	20RL	20RL/III – 1.A	20RL/III – 2.A	20RL/III – 3.D	20RL/III – 4.B	20RL/III – 5.B
151-155	20RG	20RG/III – 1.A	20RG/III – 2.E	20RG/III – 3.C	20RG/III – 4.B	20RG/III – 5.B
156-160	0181	0181/III – 1.C	0181/III – 2.D	0181/III – 3.D	0181/III – 4.B	0181/III – 5.H
161-165	09HB	09HB/III – 1.A	09HB/III – 2.A	09HB/III – 3.D	09HB/III – 4.B	09HB/III – 5.A
166-170	2994	2994/III – 1.D	2994/III – 2.B	2994/III – 3.D	2994/III – 4.B	2994/III – 5.D
171-175	2012	2012/III -1.B	2012/III -2.A	2012/III -3.D	2012/III -4.A	2012/III -5.E
176-180	2004	2004/III – 1.B	2004/III – 2.A	2004/III – 3.C	2004/III – 4.B	2004/III – 5.E
181-185	4572	4572/III – 1.B	4572/III – 2.B	4572/III – 3.D	4572/III – 4.B	4572/III – 5.H
186-190	6380	6380/III – 1.B	6380/III – 2.D	6380/III – 3.C	6380/III – 4.B	6380/III – 5.B
191-195	2010	2010/III – 1.B	2010/III – 2.A	2010/III – 3.D	2010/III – 4.A	2010/III – 5.E
196-200	2011	2011/III – 1.B	2011/III – 2.B	2011/III – 3.D	2011/III – 4.B	2011/III – 5.H
201-205	00OL	00OL/III – 1.B	00OL/III – 2.B	00OL/III – 3.C	00OL/III – 4.B	00OL/III – 5.A
206-210	00M1	00M1/III – 1.B	00M1/III – 2.A	00M1/III – 3.A	00M1/III – 4.A	00M1/III – 5.D

21. Tabela – Critérios utilizados no Fator de Risco de Governança de TI, quadro das referências

IV - Quadro sintético das referências dos critérios utilizados por natureza de risco						
DE INFORMAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÃO						
Linha tabela 25	**Ação**	**Materialidade**	**Relevância**	**Imagem do IFSULDEMINAS**	**Decisão / Gestão**	**Criticidade**
211-215	20TP	20TP/IV – 1.B	20TP/IV – 2.C	20TP/IV – 3.C	20TP/IV – 4.B	20TP/IV – 5.B
216-220	20RL	20RL/IV – 1.A	20RL/IV – 2.A	20RL/IV – 3.D	20RL/IV – 4.A	20RL/IV – 5.D
221-225	20RG	20RG/IV – 1.E	20RG/IV – 2.D	20RG/IV – 3.C	20RG/IV – 4.A	20RG/IV – 5.D
226-230	0181	0181/IV – 1.D	0181/IV – 2.B	0181/IV – 3.D	0181/IV – 4.A	0181/IV – 5.A
231-235	09HB	09HB/IV – 1.B	09HB/IV – 2.B	09HB/IV – 3.D	09HB/IV – 4.B	09HB/IV – 5.H
236-240	2994	2994/IV – 1.C	2994/IV – 2.A	2994/IV – 3.C	2994/IV – 4.B	2994/IV – 5.A
241-245	2012	2012/IV – 1.A	2012/IV – 2.C	2012/IV – 3.C	2012/IV – 4.A	2012/IV – 5.E
246-250	2004	2004/IV – 1.B	2004/IV – 2.C	2004/IV – 3.C	2004/IV – 4.B	2004/IV – 5.E
251-255	4572	4572/IV – 1.B	4572/IV – 2.C	4572/IV – 3.C	4572/IV – 4.B	4572/IV – 5.E
256-260	6380	6380/IV – 1.C	6380/IV – 2.D	6380/IV – 3.C	6380/IV – 4.B	6380/IV – 5.E
261-265	2010	2010/IV – 1.B	2010/IV – 2.B	2010/IV – 3.C	2010/IV – 4.B	2010/IV – 5.E
266-270	2011	2011/IV – 1.B	2011/IV – 2.C	2011/IV – 3.C	2011/IV – 4.B	2011/IV – 5.E
271-275	00OL	00OL/IV – 1.C	00OL/IV – 2.C	00OL/IV – 3.C	00OL/IV – 4.B	00OL/IV – 5.H
276-280	00M1	00M1/IV – 1.B	00M1/IV – 2.C	00M1/IV – 3.C	00M1/IV – 4.B	00M1/IV – 5.E

22. Tabela – Critérios utilizados no Fator de Risco de informação para tomada de decisão, quadro das referências

V - Quadro sintético das referências dos critérios utilizados por natureza de risco						
RECURSOS HUMANOS						
Linha tabela 25	**Ação**	**Materialidade**	**Relevância**	**Imagem do IFSULDEMINAS**	**Decisão / Gestão**	**Criticidade**
281-285	20TP	20TP/V – 1.C	20TP/V – 2.C	20TP/V – 3.D	20TP/V – 4.A	20TP/V – 5.H
286-290	20RL	20RL/V – 1.D	20RL/V – 2.C	20RL/V – 3.C	20RL/V – 4.A	20RL/V – 5.B
291-295	20RG	20RG/V – 1.D	20RG/V – 2.D	20RG/V – 3.C	20RG/V – 4.A	20RG/V – 5.F
296-300	0181	0181/V – 1.C	0181/V – 2.B	0181/V – 3.D	0181/V – 4.A	0181/V – 5.H
301-305	09HB	09HB/V – 1.C	09HB/V – 2.A	09HB/V – 3.D	09HB/V – 4.A	09HB/V – 5.A
306-310	2994	2994/V – 1.C	2994/V – 2.C	2994/V – 3.D	2994/V – 4.B	2994/V – 5.D
311-315	2012	2012/V – 1.C	2012/V – 2.C	2012/V – 3.C	2012/V – 4.B	2012/V – 5.H
316-320	2004	2004/V – 1.C	2004/V – 2.C	2004/V – 3.C	2004/V – 4.A	2004/V – 5.H
321-325	4572	4572/V – 1.C	4572/V – 2.C	4572/V – 3.C	4572/V – 4.A	4572/V – 5.H
326-330	6380	6380/V – 1.C	6380/V – 2.C	6380/V – 3.C	6380/V – 4.A	6380/V – 5.H
331-335	2010	2010/V – 1.C	2010/V – 2.C	2010/V – 3.C	2010/V – 4.B	2010/V – 5.H
336-340	2011	2011/V – 1.C	2011/V – 2.C	2011/V – 3.C	2011/V – 4.B	2011/V – 5.A
341-345	00OL	00OL/V – 1.C	00OL/V – 2.C	00OL/V – 3.C	00OL/V – 4.B	00OL/V – 5.A
346-350	00M1	00M1/V – 1.C	00M1/V – 2.C	00M1/V – 3.C	00M1/V – 4.B	00M1/V – 5.A

23. Tabela – Critérios utilizados no Fator de Risco dos Recursos Humanos, quadro das referências

VI - Quadro sintético das referências dos critérios utilizados por natureza de risco						
CONTEXTUAL EXTERNO						
Linha tabela 25	**Ação**	**Materialidade**	**Relevância**	**Imagem do IFSULDEMINAS**	**Decisão / Gestão**	**Criticidade**
351-355	20TP	20TP/VI – 1.E	20TP/VI – 2.B	20TP/VI – 3.D	20TP/VI – 4.A	20TP/VI – 5.H
356-360	20RL	20RL/VI – 1.E	20RL/VI – 2.E	20RL/VI – 3.C	20RL/VI – 4.A	20RL/VI – 5.H
361-365	20RG	20RG/VI – 1.E	20RG/VI – 2.A	20RG/VI – 3.B	20RG/VI – 4.A	20RG/VI – 5.H
366-370	0181	0181/VI – 1.D	0181/VI – 2.B	0181/VI – 3.D	0181/VI – 4.A	0181/VI – 5.B
371-375	09HB	09HB/VI – 1.C	09HB/VI – 2.B	09HB/VI – 3.D	09HB/VI – 4.B	09HB/VI – 5.H
376-380	2994	2994/VI – 1.E	2994/VI – 2.A	2994/VI – 3.D	2994/VI – 4.B	2994/VI – 5.H
381-385	2012	2012/VI – 1.C	2012/VI – 2.A	2012/VI – 3.C	2012/VI – 4.A	2012/VI – 5.A
386-390	2004	2004/VI – 1.C	2004/VI – 2.A	2004/VI – 3.C	2004/VI – 4.A	2004/VI – 5.A
391-395	4572	4572/VI – 1.E	4572/VI – 2.C	4572/VI – 3.C	4572/VI – 4.A	4572/VI – 5.A
396-400	6380	6380/VI – 1.E	6380/VI – 2.E	6380/VI – 3.C	6380/VI – 4.A	6380/VI – 5.A
401-405	2010	2010/VI – 1.C	2010/VI – 2.A	2010/VI – 3.C	2010/VI – 4.A	2010/VI – 5.A
406-410	2011	2011/VI – 1.C	2011/VI – 2.A	2011/VI – 3.C	2011/VI – 4.A	2011/VI – 5.H
411-415	00OL	00OL/VI – 1.B	00OL/VI – 2.B	00OL/VI – 3.C	00OL/VI – 4.A	00OL/VI – 5.H
416-420	00M1	00M1/VI – 1.C	00M1/VI – 2.A	00M1/VI – 3.C	00M1/VI – 4.A	00M1/VI – 5.B

24. Tabela – Critérios utilizados no Fator de Risco Contextual Externo, quadro das referências

3.9.7.2 Relação dos critérios utilizados

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS

Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015):

R$ 221.495.625,00

linha	Referência	Critérios de risco
1	20TP/ I - 1.A	**Comprometimento de capitais:** 36,92 % (R$ 81.776.586,00) do orçamento global, considerado como Muito Alta Materialidade no critério de materialidade de referência e também como evidência a execução dessa Ação em 2014.
2	20TP/I – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Referência em 2014 a execução dessa Ação Orçamentária envolveu gastos com Vencimentos e Salários, Gratificação por exercício de cargo efetivo, 13º Salário, Salário Contrato Temporário - Lei 8.745/93, Gratificação p/ exercício de cargo em comissão, Férias - Abono constitucional, Gratificação por exercício de funções comissionadas, Contribuições Previdenciárias - INSS, Gratificação de tempo de serviço, 13º Salário - Contrato Temporário, Abono Permanência, Incorporações, Substituições, Férias vencidas/proporcionais - Contrato Temporário, Férias - Pagamento antecipado, Adicional de Insalubridade, Férias - Abono Constitucional - Contrato Temporário, Adicional Noturno, Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil, Sent. Jud. não trans. julg carat com at civil, Adicional de Periculosidade, Contribuição Patronal - Funpresp Lei 12.618/12, Vantagens perm. sent. jud. trans. julgado - civil, Férias vencidas e proporcionais, Adicional noturno de contrato temporário, Férias pagamento antecipado - Contrato temporário, Indenização §2º art. 12 da Lei 8.745/93 e Serviços extraordinários.
3	20TP/I – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
4	20TP/I – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional Gestão de Pessoas.
5	20TP/I – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo de >12 meses a 18 meses (RAINT2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.

QUADRO RESUMO REFERENTE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR NATUREZA DE DESPESA DA AÇÃO 20TP NO EXERCÍCIO DE 2014

NATUREZA DE DESPESA	VALOR EXECUTADO		%
1 - VENCIMENTOS E SALARIOS	R$	39.456.453,00	46,58%
31 - GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	R$	24.651.451,00	29,10%
43 - 13. SALARIO	R$	6.391.907,00	7,55%
1- SALARIO CONTRATO TEMPORARIO - LEI 8.745/93	R$	4.053.572,00	4,78%
36 - GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGO EM COMISSAO	R$	2.569.865,00	3,03%
45 - FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	R$	2.533.446,00	2,99%
33 - GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSIONADAS	R$	992.592,00	1,17%
2 - CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	R$	978.247,00	1,15%
37 - GRATIFICACAO DE TEMPO DE SERVICO	R$	902.062,00	1,06%
13 - 13. SALARIO - CONTRATO TEMPORARIO	R$	463.219,00	0,55%
7 - ABONO DE PERMANENCIA	R$	330.879,00	0,39%
5 - INCORPORACOES	R$	237.901,00	0,28%
32 - SUBSTITUICOES	R$	200.507,00	0,24%
12 - FERIAS VENCIDAS/PROPORCIONAIS - CONTRATO TEMP	R$	182.780,00	0,22%
46 - FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	R$	168.254,00	0,20%
10 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	R$	164.800,00	0,19%
14 - FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL - CONTRATO TEMP	R$	110.506,00	0,13%
4 - ADICIONAL NOTURNO	R$	67.762,00	0,08%
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$	49.653,00	0,06%
14 - SENT.JUD.NAO TRANS JULG CARAT CONT AT CIVIL	R$	47.697,00	0,06%
9 - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	R$	46.531,00	0,05%
6 - CONTRIBUICAO PATRONAL - FUNPRESP LEI 12618/12	R$	44.534,00	0,05%
6 - VANTAGENS PERM.SENT.JUD.TRANS.JULGADO - CIVIL	R$	34.947,00	0,04%
42 - FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	R$	13.045,00	0,02%
3 - ADICIONAL NOTURNO DE CONTRATO TEMPORARIO.	R$	12.479,00	0,01%
16 - FERIAS PAGAMENTO ANTECIPADO - CONTR.TEMPORARIO	R$	8.850,00	0,01%
17 - INDENIZAÇÃO § 2º ART.12 LEI 8.745/93	R$	720,00	0,00%
44 - SERVICOS EXTRAORDINARIOS	R$	264,00	0,00%
			0,00%
Total	**R$**	**84.714.923,00**	**100,00%**

fonte: Simec, Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e SIAFI - exercício 2014. Acesso em 28/05/2015

3. Ilustração: Ação 20TP – Natureza de Despesa/execução 2014

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
6	20RL/I – 1.C	**Número relativo de operações:** Na execução de 2014 do IFSULDEMINAS foram emitidos aproximadamente 6.438 Notas de Empenhos, entre Empenhos Emitidos, Reforços e Anulações. Desses aproximadamente 3.926 são empenhos originais e com base no número dos empenhos originais cerca de 68% deles são vinculados à Ação 20RL.
7	20RL/I – 2.D	**Evidência interna de problemas:** Alto percentual de atividades operacionais administrativas (68% / nº relativo de operações), gera alta frequência dessa Ação nas trilhas de auditoria interna e externa e frequente identificação de deficiências do controle interno.
8	20RL/I – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Portal da Transparência no governo federal e Acesso a Informação.
9	20RL/I – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Mudanças operacionais geradas a partir da implantação do planejamento da nova direção (jul/2014 a abril/15).
10	20RL/I – 5.H	**Legislação:** Dificuldade da implantação da Normativa de Compras, Resolução nº 43/2012, nos Câmpus Inconfidentes, Machado e Muzambinho. (RAINT2014)
11	20RG/I – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Em 2014, foi bloqueado pela SOF, 71% do valor previsto na LOA/2014. Diante da crise econômica, alta probabilidade de bloqueio em 2015.
12	20RG/I – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Crédito de 100% para Investimentos.
13	20RG/I – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** A LOA/2015 considera como meta a viabilização de 10 projetos.
14	20RG/I – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** A LOA/2015 considera como meta a viabilização de 10 projetos.
15	20RG/I – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo de >12 meses a 18 meses (RAINT2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.
16	0181/I – 1.A	**Comprometimento de capitais:** 10,21 % (R$ 22.624.303,00) do orçamento global, considerado como Alta Materialidade, aproximadamente igual ao previsto no ano anterior.
17	0181/I – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** De acordo a CGU numa apresentação disponível em seu sítio eletrônico no link: "Melhoria da qualidade dos Gastos com a folha de pagamento no âmbito do Siape", elaborada em 2012 que utilizou informações de janeiro 2011 a junho 2012, são mais de 2.500 normas de pessoal segundo uma integração entre CONLEGIS (SEGEP) e o LEXML (Senado Federal). Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/2012/workshop-sobre-os-resultados-das-trilhas-de-auditoria-de-pessoal/arquivos/siape-melhoria-qualidade-gastos.ppt. >
18	0181/I – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
19	0181/I – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
20	0181/I – 5.B	**Evidência de problemas:** Falhas apontada pela CGU em 2014. (RA 201408637). Ver RAINT/2014, disponível em: < http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/auditoria-interna/raint >.
21	09HB/I – 1.A	**Comprometimento de capitais:** 5,98 % (R$ 13.234.559,00) do orçamento global, considerado com Média Materialidade. Execução em 2014 integralmente na conta contábil 331911303 - CONTRIBUICÂO PATRONAL PARA O RPPS.
22	09HB/I – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.887.htm >.
23	09HB/I – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Efetividade dos recolhimentos das

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		contribuições retidas na fonte.
24	09HB/I – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Efetividade dos recolhimentos das contribuições retidas na fonte.
25	09HB/I – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > de 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
26	2994/I – 1.C	**Número relativo de operações:** Na execução de 2014, a Ação orçamentária 2994 é a segunda maior no número de procedimentos, pois dos 3.926 empenhos originais emitidos, 364 empenhos (cerca de 9,27%) estão relacionados a essa Ação, e ainda sem considerar os empenhos de reforços e os empenhos de anulações.
27	2994/I – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Ação Orçamentária com objetivo específico (Assistência ao Discente), porém sua execução envolve diversas Naturezas de Despesas, que envolve todo o rol das despesas de custeio e todo o rol das despesas de investimento. É fundamental para a conformidade dessa Ação as justificativas e os motivos dispostos nos documentos a ela relacionados, tanto os documentos processuais, quanto os virtuais.
28	2994/I – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Equanimidade no processo de seleção dos discentes bolsistas beneficiários.
29	2994/I – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional de Atendimento ao Discente.
30	2994/I – 5.B	**Evidência de problemas:** No exercício de 2014, a conta contábil 292110000 - Crédito Disponível, encerrou com um saldo de R$ 2.279.773,00 relacionado a essa Ação (valor não executado), cerca de 20% do valor total destinado a essa Ação na LOA/2014, ou seja, encerrou-se o exercício com 80% de sua meta executada.
31	2012/I – 1.A	**Comprometimento de capitais:** 2,07% (4.591.098,00) do orçamento global, considerado como Média Materialidade. Próximo ao valor executado em 2014 que foi R$ 4.483.448,00.
32	2012/I – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, principalmente no que se refere ao art. 3, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9527.htm >, Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, principalmente no que se refere ao art. 22, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8460consol.htm > e no que se refere integralmente ao Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3887.htm >. Lei Federal nº 9.527/1997: Art. 3º O art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. § 1º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório. § 2º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição fará jus a percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção. § 3º O auxílio-alimentação não será: a) incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão; b) configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público; c) caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura. § 4º O auxílio-alimentação será custeado com recursos do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, ressalvado o direito de opção pelo órgão ou entidade de origem. § 5º O auxílio-alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		benefício alimentação. § 6º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 dias. § 7º Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos, ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede. § 8º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no § 6º."
33	2012/I – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
34	2012/I – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
35	2012/I – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > de 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
36	2004/I – 1.A	**Comprometimento de capitais:** 1,04% (R$ 2.305.636,00) do orçamento global, considerado como Média Materialidade. Próximo ao valor executado em 2014 que foi R$ 2.062.318,00.
37	2004/I – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Portaria Normativa nº 05, de 11 de outubro de 2010, disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=8154 > e Portaria nº 625, de 21 de dezembro de 2012, disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=9329 >. **PORTARIA Nº 625, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012** A MINISTRA DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição e o Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e considerando o disposto no art. 230 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e na Portaria Normativa nº 5, de 11 de outubro de 2010, resolve: Art. 1º Os procedimentos adotados pelos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, relativos à participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar do servidor e demais beneficiários de que trata a Portaria Normativa SRH nº 5, de 11 de outubro de 2010, deverão observar, a partir de 1º de janeiro de 2013, os valores per capita constantes do Anexo desta Portaria. Art. 2º Excluem-se dos critérios estabelecidos nesta Portaria o Ministério das Relações Exteriores, no que tange a planos de saúde contratados para atender aos servidores no exterior, e o Banco Central do Brasil. Art. 3º Fica sem efeito a Portaria Conjunta SRH/SOF/MP nº 1, de 29 de dezembro de 2009. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. MIRIAM BELCHIOR ANEXO RENDA (REAIS) / IDADE: FAIXA 01 00-18 / FAIXA 02 19-23 / FAIXA 03 24-28 / FAIXA 04 29-33 / FAIXA 05 34-38 / FAIXA 06 39-43 / FAIXA 07 44-48 / FAIXA 08 49-53 / FAIXA 09 54-58 / FAIXA 10 59 OU + Remuneração ou Subsídio de 0000 - 1.499: 121,94 / 127,69 / 129,42 / 134,60 / 138,62 / 143,22 / 154,98 / 157,44 / 159,90 / 167,20 Remuneração ou Subsídio de 1.500 - 1.999: 116,19 / 121,94 / 123,67 / 127,69 / 131,72 / 136,32 / 147,42 / 149,76 / 152,10 / 159,90 Remuneração ou Subsídio de 2.000 - 2.499: 110,44 / 116,19 / 117,92 / 121,94 / 125,97 / 130,57 / 139,86 / 142,08 / 144,30 / 152,10 Remuneração ou Subsídio de 2.500 - 2.999: 105,84 / 110,44 / 112,16 / 116,19 / 120,22 / 124,82 / 133,56 / 135,68 / 137,80 / 144,30 Remuneração ou Subsídio de 3.000 - 3.999: 100,08 / 105,84 / 107,56 / 110,44 / 114,46 / 119,07 / 127,26 / 129,28 / 131,30 / 137,80 Remuneração ou Subsídio de 4.000 - 5.499: 90,88 / 93,18 / 94,91 / 95,48 / 99,51 / 104,11 / 105,84 / 107,52 / 109,20 / 111,80 Remuneração ou Subsídio de 5.500 - 7.499: 87,43 / 88,58 / 90,31 / 90,88 / 94,91 / 99,51 / 100,80 / 102,40 / 104,00 / 106,60 Remuneração ou Subsídio de 7.500 ou mais: 82,83 / 83,98 / 85,70 / 86,28 / 90,31 / 94,91 / 95,76 / 97,28 / 98,80 / 101,40 *4. Ilustração: Portaria MPOG nº 625/2012*
38	2004/I – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Grande parte deste crédito será executado como ressarcimento, assim a comunicação e a informação oficial transitada internamente deve ser límpida e eficiente. Em 2014, 99,50 % foi executado como Ressarcimento e o restante como Serviço Pessoa Jurídica.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		QUADRO RESUMO REFERENTE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR NATUREZA DE DESPESA DA AÇÃO 2004 NO EXERCÍCIO DE 2014 NATUREZA DE DESPESA / VALOR EXECUTADO / % 8 - RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA R$ 2.052.535,00 99,53% 50 - SERV.MEDICO-HOSPITAL.,ODONTOL.E LABORATORIAIS R$ 9.783,00 0,47% Total R$ 2.062.318,00 100,00% fonte: Simec, Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e SIAFI - exercício 2014. Acesso em 09/06/2015 *5. Ilustração: Ação 2004 - Natureza de Despesa/execução 2014*
39	2004/I – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
40	2004/I – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > de 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
41	4572/I – 1.C	**Número relativo de operações:** Com base na execução dessa Ação em 2014 houve um número de operações mediano perante as demais e alto percentual de execução na modalidade de Inexigibilidade (cerca de 84%). QUADRO RESUMO REFERENTE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO DA AÇÃO 4572 NO EXERCÍCIO DE 2014 Execução total desta ação R$ 70.809,00 100% 06 - dispensa R$ 7.500,00 11% 07 - inexigível R$ 59.462,00 84% 08 - não se aplica R$ 3.847,00 5% fonte: Simec, Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e SIAFI - exercício 2014. Acesso em 09/06/2015 *6. Ilustração: Ação 4572 - Modalidade de Licitação/execução 2014*
42	4572/I – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Ação orçamentária destinada à aprendizagem e ao crescimento dos servidores, assim se relacionada com todas as atividades realizadas na Instituição.
43	4572/I – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Desempenho, no ambiente interno, das operações relacionadas ao processo de seleção dos servidores e/ou das atividades ou áreas beneficiadas.
44	4572/I – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional Gestão de Pessoas.
45	4572/I – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo de > 12 meses a 18 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
46	6380/I -1.A	**Comprometimento de capitais:** Com base na execução de 2014 essa Ação teve um acréscimo de 1.914,15% ou seja na LOA/2014 estava previsto R$ 149. 985,00 e no final do exercício a Instituição executou R$ 2.870.832,45. Para o exercício de 2015 estão previsto R$ 197.966,00, valor considerado como Baixa Materialidade, ver tabela 5.
47	6380/I – 2.D	**Evidência interna de problemas:** Falha na utilização do PI - Plano Interno, evidência constatada durante a elaboração desta análise.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		QUADRO RESUMO REFERENTE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR PLANO INTERNO RELACIONADO A AÇÃO 6380 NO EXERCÍCIO DE 2014 PLANO INTERNO - PI / VALOR EXECUTADO A2994P01MBP R$ 3.459,00 A2994P01MDP R$ 2.952,00 A2994P01MFP R$ 17.294,00 A2994P01MLP R$ 663,00 F2994P01MCP R$ 54.738,00 F2994P01MSP R$ 26.871,00 F2994P40MPV R$ 19.908,00 FPP09P01PIP - APOIO A PESQUISA APLICADA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA REDE FEDERAL DE EPT. R$ 428.263,00 P2994P06MPP R$ 24.000,00 QPP03P41330 - CONSTRUçãO DE UM BLOCO ADMINISTRATIVO NO CâMPUS POçOS DE CALDAS , COM 1037,41 METROS QUADRADOS PARA INSTALAçõES DOS SETORES DE APOIO PEDAGóGICO E ADMINISTRAçãO GERAL. R$ 1.535.860,00 QPP09P4001P - AQUISIçãO DE EQUIPAMENTOS PARA AUXILIAR OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAçãO PROFISSIONAL E TECNOLóGICA NA REALIZAçãO DE SUAS ATIVIDADES DE ENSINO. R$ 756.823,00 **Total R$ 2.870.831,00** fonte: Simec, Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e SIAFI - exercício 2014. Acesso em 09/06/2015 *7. Ilustração: Ação 6380 - PIs/execução 2014*
48	6380/I – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Portal da Transparência no governo federal e Acesso a Informação.
49	6380/I – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Mudanças operacionais geradas a partir da implantação do planejamento da nova direção (jul/2014 a abril/15).
50	6380/I – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo de > 12 meses a 18 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
51	2010/I – 1.A	**Comprometimento de capitais:** 0,08% (R$ 186.126,00) do orçamento global, considerado como Baixa Materialidade. Próximo ao valor executado em 2014 que foi R$ 158.776,55.
52	2010/I – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Decreto nº 977, de 10 de setembro de 1993, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0977.htm >.
53	2010/I – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
54	2010/I – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
55	2010/I – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > de 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
56	2011/I – 1.A	**Comprometimento de capitais:** 0,05% (R$ 117.880,00) do orçamento global, considerado como Baixa Materialidade. Próximo ao valor executado em 2014 que foi R$ 102.098,54.
57	2011/I – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Nota técnica consolidada nº 01/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP. Disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=9389 >.
58	2011/I – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** A Comunicação e a informação deve ser eficiente, tendo em vista que o servidor deve apresentar os bilhetes de transporte, §3 e §4, art. 5 da IN nº 04/2011, ver < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=9389 >.
59	2011/I – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:**

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
60	2011/I – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > de 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
61	00OL/I – 1.A	**Comprometimento de capitais:** 0,04% (R$ 82.322,00) do orçamento global, considerado como Baixa Materialidade. No exercício de 2014 não houve execução em nenhum tipo de crédito.
62	00OL/I – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Esta despesa deverá ser executada na Natureza: 33.50.41, que em 2015 será conta contábil 353110100. A Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015 - LDO - anexo II, inciso XIV e XV - Informações complementares. Ainda de acordo com LDO a Modalidade de Aplicação 50 = Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Informações Complementares disponíveis em: < http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2015/info_complem/vol3/15_Inciso%20XV%20Entidades%20Privadas.pdf >.
63	00OL/I – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
64	00OL/I – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
65	00OL/I – 5.H	**Legislação:** A Lei Complementar nº 101/2000 no artigo 26 também define que deverá ser autorizada por lei específica, além de atender a condições exigidas na LDO. Lei está disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm >.
66	00M1/I – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
67	00M1/I – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Lei Federal nº 8.112/1990, art. 196 e Portaria nº 02/2015 para o Auxílio-natalidade, a Portaria está disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=10004 >. E o art. 226 da Lei 8.112/1990 para o Auxílio-funeral. A Lei 8.112/90 está disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm >.
68	00M1/I – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** A Comunicação e a informação deve ser eficiente, tendo em vista que o servidor deve apresentar documentos comprobatórios.
69	00M1/I – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
70	00M1/I – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > de 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
71	20TP/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Referencial a execução de 2014, conforme quadro a seguir.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS

Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015):

R$ 221.495.625,00

linha	Referência	Critérios de risco

QUADRO RESUMO REFERENTE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR NATUREZA DE DESPESA DA AÇÃO 20TP NO EXERCÍCIO DE 2014

NATUREZA DE DESPESA	VALOR EXECUTADO		%
1 - VENCIMENTOS E SALARIOS	R$	39.456.453,00	46,58%
31 - GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	R$	24.651.451,00	29,10%
43 - 13. SALARIO	R$	6.391.907,00	7,55%
1- SALARIO CONTRATO TEMPORARIO - LEI 8.745/93	R$	4.053.572,00	4,78%
36 - GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGO EM COMISSAO	R$	2.569.865,00	3,03%
45 - FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	R$	2.533.446,00	2,99%
33 - GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSIONADAS	R$	992.592,00	1,17%
2 - CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	R$	978.247,00	1,15%
37 - GRATIFICACAO DE TEMPO DE SERVICO	R$	902.062,00	1,06%
13 - 13. SALARIO - CONTRATO TEMPORARIO	R$	463.219,00	0,55%
7 - ABONO DE PERMANENCIA	R$	330.879,00	0,39%
5 - INCORPORACOES	R$	237.901,00	0,28%
32 - SUBSTITUICOES	R$	200.507,00	0,24%
12 - FERIAS VENCIDAS/PROPORCIONAIS - CONTRATO TEMP	R$	182.780,00	0,22%
46 - FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	R$	168.254,00	0,20%
10 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	R$	164.800,00	0,19%
14 - FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL - CONTRATO TEMP	R$	110.506,00	0,13%
4 - ADICIONAL NOTURNO	R$	67.762,00	0,08%
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$	49.653,00	0,06%
14 - SENT.JUD.NAO TRANS JULG CARAT CONT AT CIVIL	R$	47.697,00	0,06%
9 - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	R$	46.531,00	0,05%
6 - CONTRIBUICAO PATRONAL - FUNPRESP LEI 12618/12	R$	44.534,00	0,05%
6 - VANTAGENS PERM.SENT.JUD.TRANS.JULGADO - CIVIL	R$	34.947,00	0,04%
42 - FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	R$	13.045,00	0,02%
3 - ADICIONAL NOTURNO DE CONTRATO TEMPORARIO.	R$	12.479,00	0,01%
16 - FERIAS PAGAMENTO ANTECIPADO - CONTR.TEMPORARIO	R$	8.850,00	0,01%
17 - INDENIZAÇÃO § 2º ART.12 LEI 8.745/93	R$	720,00	0,00%
44 - SERVICOS EXTRAORDINARIOS	R$	264,00	0,00%
			0,00%
Total	**R$**	**84.714.923,00**	**100,00%**

fonte: Simec, Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e SIAFI - exercício 2014. Acesso em 28/05/2015

8. Ilustração: Ação 20TP - Natureza de Despesa/execução 2014

72	20TP/II – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** De acordo a CGU numa apresentação disponível em seu sítio eletrônico no link: "Melhoria da qualidade dos Gastos com a folha de pagamento no âmbito do Siape", elaborada em 2012 que utilizou informações de janeiro 2011 a junho 2012, são mais de 2.500 normas de pessoal segundo uma integração entre CONLEGIS (SEGEP) e o LEXML (Senado Federal). Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/2012/workshop-sobre-os-resultados-das-trilhas-de-auditoria-de-pessoal/arquivos/siape-melhoria-qualidade-gastos.ppt. >
73	20TP/II – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
74	20TP/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.
75	20TP/II – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo de >12 meses a 18 meses (RAINT2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.
76	20RL/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** 26,44% do orçamento global (R$ 58.492.053,00), considerado como Muito Alta Materialidade.
77	20RL/II – 2.E	**Evidência externa de problemas:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.
78	20RL/II – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicação interna perante os

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.
79	20RL/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.
80	20RL/II – 5.B	**Evidência de problemas:** Alto percentual de atividades operacionais administrativas (68%-materialidade), gera alta frequência dessa Ação nas trilhas de auditoria interna e externa e frequente identificação de deficiências do controle interno. Ver tabela 14 para escolha da pontuação (quanto maior a falha, maior a pontuação).
81	20RG/II – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Em 2014, foi bloqueado pela SOF, 71% do valor previsto na LOA/2014. Diante da crise econômica, alta probabilidade de bloqueio em 2015.
82	20RG/II – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Alta probabilidade dos créditos serem executados em Obras e Instalações, com base nos indicadores de 2014 cerca de 82% (aprox. R$ 5.404.341,00) dos créditos liberados foram executados em Obras e Instalações.
83	20RG/II – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicação interna perante os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.
84	20RG/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.
85	20RG/II – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo de >12 meses a 18 meses (RAINT2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.
86	0181/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Referencial a execução em 2014, conforme quadro a seguir:

Quadro resumo da execução da Ação Orçamentária 0181 em 2014

NATUREZA DE DESPESA	VALOR EXECUTADO		%
1- PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	R$	12.054.011,00	54,66%
1- PENSOES CIVIS	R$	4.726.298,00	21,43%
9- ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO PESSOAL CIVIL	R$	2.118.643,00	9,61%
6- 13 SALARIO - PESSOAL CIVIL	R$	1.933.588,00	8,77%
3- 13 SALARIO - PENSOES CIVIS	R$	429.198,00	1,95%
15- SENT.JUD.NAO TRANS JULG CARAT CONT INAT CIVIL	R$	290.042,00	1,32%
86- COMPLEMENTACAO DE PENSOES - PESSOAL CIVIL	R$	284.423,00	1,29%
34- VANTAGENS PERMANENTES SENT.TRANSIT.JULG.CIVIL	R$	106.288,00	0,48%
16- SENT.JUD.NAO TRANS.JULG CARAT CONT PENS CIVIL	R$	86.706,00	0,39%
1- APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	R$	12.483,00	0,06%
87- COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIAS - PES CIVIL	R$	11.507,00	0,05%
Total	**R$**	**22.053.187,00**	**100,00%**

fonte: simec, Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira - exercício 2014. Acesso em 11/05/2015

9. Ilustração: Ação 0181 - Natureza de Despesa/execução 2014

87	0181/II – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** De acordo a CGU numa apresentação disponível em seu sítio eletrônico no link: "Melhoria da qualidade dos Gastos com a folha de pagamento no âmbito do Siape", elaborada em 2012 que utilizou informações de janeiro 2011 a junho 2012, são mais de 2.500 normas de pessoal segundo uma integração entre CONLEGIS (SEGEP) e o LEXML (Senado Federal). Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/2012/workshop-sobre-os-resultados-das-trilhas-de-auditoria-de-pessoal/arquivos/siape-melhoria-qualidade-gastos.ppt. >
88	0181/II – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
89	0181/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Recepção das Recomendações emitidas pela Auditoria Interna, CGU e TCU e a perspectiva da continuidade das ações recomendadas.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
90	0181/II – 5.B	**Evidência de problemas:** Falhas apontada pela CGU em 2014. (RA 201408637/RAINT/2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação (quanto maior a falha, maior a pontuação).
91	09HB/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** 5,98 % do orçamento global (R$ 13.234.559,00), considerado como Média Materialidade.
92	09HB/II – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
93	09HB/II – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Efetividade dos recolhimentos das contribuições retidas na fonte.
94	09HB/II – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Impacto da mão de obra terceirizada sobre os cargos extintos ou em extinção.
95	09HB/II – 5.H	**Legislação:** Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.887.htm >.
96	2994/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** 48,07 % do valor da execução dessa Ação em 2014, foi executado como Auxílio Financeiro a Estudante.

QUADRO RESUMO REFERENTE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR NATUREZA DE DESPESA DA AÇÃO 2994 NO EXERCÍCIO DE 2014

NATUREZA DE DESPESA	VALOR EXECUTAD		%
339018 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	R$	4.290.519,57	48,07%
449051 - OBRAS E INSTALACOES	R$	2.257.123,41	25,29%
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$	873.296,57	9,78%
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	838.913,37	9,40%
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDIC	R$	377.521,69	4,23%
339037 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	R$	280.000,00	3,14%
339032 - MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	R$	7.800,00	0,09%
			0,00%
Total	R$	8.925.174,61	100,00%

10. Ilustração: Ação 2994 - Natureza de Despesa/execução 2014

97	2994/II – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
98	2994/II – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Equanimidade no processo de seleção dos discentes bolsistas.
99	2994/II – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional de Atendimento ao Discente.
100	2994/II – 5.H	**Legislação:** Resolução nº 101/2013 - Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS. Disponível em: < http://www.ifsuldeminas.edu.br/00-arquivos/2014/07janeiro-resolucoes/resolucao101.pdf >.
101	2012/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Referência execução orçamentária de 2014, veja o quadro a seguir.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		QUADRO RESUMO REFERENTE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR CONTA CONTÁBIL DA AÇÃO 2012 NO EXERCÍCIO DE 2014 NATUREZA DE DESPESA / VALOR EXECUTADO / % 3.3.3.9.0.46.01 AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS R$ 4.047.497,21 90,28% 3.3.3.9.0.04.21 AUXILIO-ALIMENTACAO R$ 435.951,47 9,72% Total R$ 4.483.448,68 100,00% fonte: Simec, Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e SIAFI - exercício 2014. Acesso em 09/06/2015 *11. Ilustração: Ação 2012 - Natureza de Despesa/execução 2014*
102	2012/II – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
103	2012/II – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
104	2012/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
105	2012/II – 5.H	**Legislação:** Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, principalmente no que se refere ao art. 3, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9527.htm >, Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, principalmente no que se refere ao art. 22, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8460consol.htm > e no que se refere integralmente ao Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3887.htm >. Lei Federal nº 9.527/1997: Art. 3º O art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. § 1º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório. § 2º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição fará jus a percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção. § 3º O auxílio-alimentação não será: a) incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão; b) configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público; c) caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura. § 4º O auxílio-alimentação será custeado com recursos do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, ressalvado o direito de opção pelo órgão ou entidade de origem. § 5º O auxílio-alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação. § 6º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 dias. § 7º Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos, ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede. § 8º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no § 6º."
106	2004/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Referência execução orçamentária de 2014, veja o quadro a seguir.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS

Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015):

R$ 221.495.625,00

linha	Referência	Critérios de risco
		QUADRO RESUMO REFERENTE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR CONTA CONTÁBIL DA AÇÃO 2004 NO EXERCÍCIO DE 2014 NATUREZA DE DESPESA / VALOR EXECUTADO / % 3.3.3.9.0.93.08 RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA R$ 2.052.535,00 99,53% 3.3.3.9.0.39.50 SERV.MEDICO-HOSPITAL,ODONTOL E LABORATORIAIS R$ 9.783,00 0,47% Total R$ 2.062.318,00 100,00% fonte: Simec, Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e SIAFI - exercício 2014. Acesso em 09/06/2015 *12. Ilustração: Ação 2004 - Natureza de Despesa/execução 2014*
107	2004/II – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
108	2004/II – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
109	2004/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional Gestão de Pessoas.
110	2004/II – 5.H	**Legislação:** Portaria Normativa nº 05, de 11 de outubro de 2010, disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=8154 > e Portaria nº 625, de 21 de dezembro de 2012, disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=9329 >. PORTARIA Nº 625, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012 A MINISTRA DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição e o Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e considerando o disposto no art. 230 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e na Portaria Normativa nº 5, de 11 de outubro de 2010, resolve: Art. 1º Os procedimentos adotados pelos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, relativos à participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar do servidor e demais beneficiários de que trata a Portaria Normativa SRH nº 5, de 11 de outubro de 2010, deverão observar, a partir de 1º de janeiro de 2013, os valores per capita constantes do Anexo desta Portaria. Art. 2º Excluem-se dos critérios estabelecidos nesta Portaria o Ministério das Relações Exteriores, no que tange a planos de saúde contratados para atender aos servidores no exterior, e o Banco Central do Brasil. Art. 3º Fica sem efeito a Portaria Conjunta SRH/SOF/MP nº 1, de 29 de dezembro de 2009. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. MIRIAM BELCHIOR ANEXO RENDA (REAIS) / IDADE: FAIXA 01 00-18 / FAIXA 02 19-23 / FAIXA 03 24-28 / FAIXA 04 29-33 / FAIXA 05 34-38 / FAIXA 06 39-43 / FAIXA 07 44-48 / FAIXA 08 49-53 / FAIXA 09 54-58 / FAIXA 10 59 OU + Remuneração ou Subsídio de 0000 - 1.499: 121,94 / 127,69 / 129,42 / 134,60 / 138,62 / 143,22 / 154,98 / 157,44 / 159,90 / 167,70 Remuneração ou Subsídio de 1.500 - 1.999: 116,19 / 121,94 / 123,67 / 127,69 / 131,72 / 136,32 / 147,42 / 149,76 / 152,10 / 159,90 Remuneração ou Subsídio de 2.000 - 2.499: 110,44 / 116,19 / 117,92 / 121,94 / 125,97 / 130,57 / 139,86 / 142,08 / 144,30 / 152,10 Remuneração ou Subsídio de 2.500 - 2.999: 105,84 / 110,44 / 112,16 / 116,19 / 120,22 / 124,82 / 133,56 / 135,68 / 137,80 / 144,30 Remuneração ou Subsídio de 3.000 - 3.999: 100,08 / 105,84 / 107,56 / 110,44 / 114,46 / 119,07 / 127,26 / 129,28 / 131,30 / 137,80 Remuneração ou Subsídio de 4.000 - 5.499: 90,88 / 93,18 / 94,91 / 95,48 / 99,51 / 104,11 / 105,84 / 107,52 / 109,20 / 111,80 Remuneração ou Subsídio de 5.500 - 7.499: 87,43 / 88,58 / 90,31 / 90,88 / 94,91 / 99,51 / 100,80 / 102,40 / 104,00 / 106,60 Remuneração ou Subsídio de 7.500 ou mais: 82,83 / 83,98 / 85,70 / 86,28 / 90,31 / 94,91 / 95,76 / 97,28 / 98,80 / 101,40 *13. Ilustração: Portaria MPOG nº 625/2012*
111	4572/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Referência execução orçamentária de 2014, veja o quadro a seguir. QUADRO RESUMO REFERENTE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR CONTA CONTÁBIL DA AÇÃO 4572 NO EXERCÍCIO DE 2014 NATUREZA DE DESPESA / VALOR EXECUTADO / % 3.3.3.9.0.39.48 SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO R$ 57.942,00 81,83% 3.3.3.9.0.39.65 SERVICOS DE APOIO AO ENSINO R$ 9.020,00 12,74% 3.3.3.9.0.93.02 RESTITUICOES R$ 2.375,00 3,35% 3.3.3.9.0.14.14 DIARIAS NO PAIS R$ 1.472,00 2,08% Total R$ 70.809,00 100,00% fonte: Simec, Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e SIAFI - exercício 2014. Acesso em 09/06/2015 *14. Ilustração: Ação 4572 - Natureza de Despesa/execução 2014*
112	4572/II – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
113	4572/II – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
114	4572/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional Gestão de Pessoas.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
115	4572/II – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das informações que transitam no ambiente interno durante todo o ciclo do processo.
116	6380/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Os créditos extraordinários recebidos em 2014, vieram com destinação específica, segundo as informações contidas nos PIs, como: apoio a pesquisa aplicada, aquisição de investimento e construção de bloco administrativo em Poços de Caldas.
117	6380/II – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** As execuções dos créditos extraordinários devem respeitar as exigências contidas na Portaria Setec nº 330, de 28 de dezembro de 2012. Disponível em: < https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=232909 >.
118	6380/II – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Prestação de Contas dos créditos extraordinários.
119	6380/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** São várias as Políticas definidas no PDI 2014/2018 que se relacionam com o objetivo desta Ação Orçamentária, ver tabela 4.
120	6380/II – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das informações que transitam no ambiente interno durante todo o ciclo do processo, principalmente com relação aos créditos extraordinários.
121	2010/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Referência execução orçamentária de 2014, veja o quadro a seguir. QUADRO RESUMO REFERENTE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR CONTA CONTÁBIL DA AÇÃO 2010 NO EXERCÍCIO DE 2014 NATUREZA DE DESPESA / VALOR EXECUTADO / % 3.3.3.9.0.08.09 AUXILIO-CRECHE CIVIL R$ 141.443,80 89,08% 3.3.3.9.0.04.22 AUXILIO-CRECHE R$ 17.332,75 10,92% Total R$ 158.776,55 100,00% fonte: Simec, Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e SIAFI - exercício 2014. Acesso em 09/06/2015 *15. Ilustração: Ação 2010 - Natureza de Despesa/execução 2014*
122	2010/II – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
123	2010/II – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
124	2010/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
125	2010/II – 5.H	**Legislação:** Decreto nº 977, de 10 de setembro de 1993, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0977.htm >.
126	2011/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Referência execução orçamentária de 2014, veja o quadro a seguir.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		QUADRO RESUMO REFERENTE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR CONTA CONTÁBIL DA AÇÃO 2011 NO EXERCÍCIO DE 2014 NATUREZA DE DESPESA / VALOR EXECUTADO / % 3.3.3.9.0.49.01 AUXILIO-TRANSPORTE CIVIS R$ 81.736,33 80,06% 3.3.3.9.0.04.23 AUXILIO-TRANSPORTE R$ 20.362,21 19,94% Total R$ 102.098,54 100,00% fonte: Simec, Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e SIAFI - exercício 2014. Acesso em 09/06/2015 *16. Ilustração: Ação 2011 - Natureza de Despesa/execução 2014*
127	2011/II – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
128	2011/II – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
129	2011/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
130	2011/II – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das informações que transitam no ambiente interno durante todo o ciclo do processo, principalmente com relação a prestação de contas dos beneficiários.
131	00OL/II – 1.C	**Número relativo de operações:** Em 2015 será a primeira execução desta Ação Orçamentária.
132	00OL/II – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Esta despesa deverá ser executada na Natureza: 33.50.41, que em 2015 será conta contábil 353110100. A Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015 - LDO - anexo II, inciso XIV e XV - Informações complementares. Ainda de acordo com LDO a Modalidade de Aplicação 50 = Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Informações complementares disponíveis em: < http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2015/info_complem/vol3/15_Inciso%20XV%20Entidades%20Privadas.pdf >.
133	00OL/II – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos internos e externos).
134	00OL/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
135	00OL/II – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das informações que transitam no ambiente interno durante todo o ciclo do processo, principalmente com relação a prestação de contas.
136	00M1/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Referência execução orçamentária de 2014, veja o quadro a seguir. QUADRO RESUMO REFERENTE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR CONTA CONTÁBIL DA AÇÃO 00M1 NO EXERCÍCIO DE 2014 NATUREZA DE DESPESA / VALOR EXECUTADO / % 3.3.3.9.0.08.03 AUXILIO-FUNERAL INATIVO CIVIL R$ 31.451,02 79,71% 3.3.3.9.0.08.01 AUXILIO-FUNERAL ATIVO CIVIL R$ 8.004,77 20,29% Total R$ 39.455,79 100,00% fonte: Simec, Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e SIAFI - exercício 2014. Acesso em 09/06/2015 *17. Ilustração: Ação 00M1 - Natureza de Despesa/execução 2014*
137	00M1/II – 2.D	**Evidência interna de problemas:** Durante a desenvolvimento desta avaliação ficou constatado que a execução do Auxílio-Natalidade foi executada na Ação Orçamentária 20RL, porém também foi constatado que para 2015 já existe um PI destinado aos dois auxílios e relacionado à Ação 00M1.
138	00M1/II – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
139	00M1/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
140	00M1/II – 5.H	**Legislação:** Lei Federal nº 8.112/1990, art. 196 e Portaria nº 02/2015 para o Auxílio-natalidade, a Portaria está disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=10004 >. E o art. 226 da Lei 8.112/1990 para o Auxílio-funeral. A Lei 8.112/90 está disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm >.
141	20TP/III – 1.C	**Número relativo de operações:** Sistema operacional com procedimentos complexos em quantidade significativa num período específico do mês, conforme relato dos operadores.
142	20TP/III – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
143	20TP/III – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
144	20TP/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional Gestão de Pessoas.
145	20TP/III – 5.B	**Evidência de problemas:** Falhas conhecidas (RAINT/2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.
146	20RL/III – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Segundo informações constante no Relatório de Gestão exercício 2014 os gastos com TI somaram R$ 6.094.090,00, na escala da classificação da materialidade este valor considerado como Média Materialidade perante o orçamento global, porém perante ao valor orçamentário da Ação 20RL, ele se classifica como Alta Materialidade.
147	20RL/III – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
148	20RL/III – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
149	20RL/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
150	20RL/III – 5.B	**Evidência de problemas:** Dificuldade para otimizar ações operacionais suscetíveis ao uso de tecnologia, considerando a utilização/operacional do sistema até a implantação do recurso. (RAINT2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.
151	20RG/III – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Segundo os dados da execução de 2014, existe uma alta probabilidade de se gastar parte desses créditos com Equipamentos de processamento de dados.
152	20RG/III – 2.E	**Evidência externa de problemas:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.
153	20RG/III – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
154	20RG/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
155	20RG/III – 5.B	**Evidência de problemas:** Dificuldade para otimizar ações operacionais suscetíveis ao uso de tecnologia, considerando a utilização/operacional do sistema até a implantação do recurso. (RAINT2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.
156	0181/III – 1.C	**Número relativo de operações:** Sistema operacional com procedimentos complexos em quantidade significativa num período específico do mês, conforme relato dos operadores.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
157	0181/III – 2.D	**Evidência interna de problemas:** Falhas apontada pela CGU em 2014. (RA 201408637).
158	0181/III – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Falhas apontada pela CGU em 2014. (RA 201408637).
159	0181/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
160	0181/III – 5.H	**Legislação:** De acordo a CGU numa apresentação disponível em seu sítio eletrônico no link: "Melhoria da qualidade dos Gastos com a folha de pagamento no âmbito do Siape", elaborada em 2012 que utilizou informações de janeiro 2011 a junho 2012, são mais de 2.500 normas de pessoal segundo uma integração entre CONLEGIS (SEGEP) e o LEXML (Senado Federal). Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/2012/workshop-sobre-os-resultados-das-trilhas-de-auditoria-de-pessoal/arquivos/siape-melhoria-qualidade-gastos.ppt. >
161	09HB/III – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Referencial: execução de 2014 conforme demonstra o quadro a seguir:

QUADRO RESUMO REFERENTE AOS RECOLHIMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE RELACIONADAS A AÇÃO 09HB NO EXERCÍCIO DE 2014

NE	DATA	UG GESTÃO	NUMERO	TIPO	EVENTO	MOVIMENTO	SALDO
2014NE000045	31/jan	158137	26412	DF	DF800381	581772	939.440,44
2014NE000045	28/fev	158137	26412	DF	DF800515	581772	942.966,15
2014NE000045	31/mar	158137	26412	DF	DF800765	581772	1.045.879,71
2014NE000045	30/abr	158137	26412	DF	DF800910	581772	1.055.925,03
2014NE000045	30/mai	158137	26412	DF	DF801192	581772	1.098.896,95
2014NE000045	30/jun	158137	26412	DF	DF801330	581772	1.104.445,82
2014NE000045	30/jun	158137	26412	DF	DF801331	581772	670,34
2014NE000045	31/jul	158137	26412	DF	DF801795	581772	1.139.628,96
2014NE000045	29/ago	158137	26412	DF	DF801928	581772	1.148.082,35
2014NE000045	05/set	158137	26412	DF	DF802012	581772	1.261,98
2014NE000045	30/set	158137	26412	DF	DF802116	581772	1.177.926,19
2014NE000045	31/out	158137	26412	DF	DF802295	581772	1.183.120,87
2014NE000045	28/nov	158137	26412	DF	DF802466	581772	127.145,60
2014NE000679	31/dez	158137	26412	DF	DF802676	581772	1.915.151,37
Total							R$ 12.880.871,86

fonte: siafi conta contábel: 292410403

LEGENDA

DF DARF ELETRÔNICA
GP GRPS ELETRÔNICA
NS NOTA DE LANÇAMENTO DO SISTEMA

18. Ilustração: Ação 09HB - Darfs Eletrônicas/execução 2014

162	09HB/III – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Sistema operacional com procedimentos complexos em quantidade significativa num período específico do mês, conforme relato dos operadores.
163	09HB/III – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Efetividade dos recolhimentos das contribuições retidas na fonte.
164	09HB/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
165	09HB/III – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > 24 meses.
166	2994/III – 1.D	**Evidência interna de problemas:** No exercício de 2014, a conta contábil 292110000 - Crédito Disponível, encerrou com um saldo de R$ 2.279.773,00 relacionado a essa Ação (valor não executado), cerca de 20% do valor total destinado a essa Ação na LOA/2014, ou seja, encerrou-se o exercício com 80% de sua meta executada.
167	2994/III – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Resolução nº 101/2013 - Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, disponível em: < http://www.ifsuldeminas.edu.br/00-arquivos/2014/07janeiro-resolucoes/resolucao101.pdf >.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
168	2994/III – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Equanimidade no processo de seleção dos discentes bolsistas.
169	2994/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional de Atendimento ao Discente.
170	2994/III – 5.D	**Segurança da informação transitada em rede:** Para o Auxílio estudantil existe um sistema de informação que recebe as inscrições dos discentes, transita até o responsável pelo deferimento ou indeferimento e permite o acompanhamento da solicitação pelo discente. Segundo relato da Assistente Social de Inconfidentes, a partir do deferimento, os trâmites passam a ser executados manualmente e posteriormente a rotina de utilização do SIAFI.
171	2012/III -1.B	**Vinculação à outras atividades:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
172	2012/III -2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais internos e externos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
173	2012/III -3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais internos e externos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
174	2012/III -4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
175	2012/III -5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das informações que transitam no ambiente interno durante todo o ciclo do processo.
176	2004/III – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
177	2004/III – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais internos e externos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
178	2004/III – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Informações relacionadas as metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional Gestão de Pessoas.
179	2004/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
180	2004/III – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das informações que transitam no ambiente interno durante todo o ciclo do processo.
181	4572/III – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Ação orçamentária destinada à aprendizagem e ao crescimento dos servidores, assim se relacionada com todas as atividades realizadas na Instituição.
182	4572/III – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional Gestão de Pessoas.
183	4572/III – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais internos e externos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
184	4572/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Desempenho, no ambiente interno, das operações relacionadas ao processo de seleção dos servidores e/ou das atividades ou áreas beneficiadas.
185	4572/III – 5.H	**Legislação:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
186	6380/III – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
187	6380/III – 2.D	**Evidência interna de problemas:** Falhas relatadas no RAINT/2014 relacionadas à execução de Obras.
188	6380/III – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Informações relacionadas as metas definidas no PDI 2014/2018, nas políticas institucionais de Infraestrutura e Orçamento e Finanças.
189	6380/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
190	6380/III – 5.B	**Evidência de problemas:** Dificuldade para otimizar ações operacionais suscetíveis ao uso de tecnologia, considerando a utilização/operacional do sistema até a implantação do recurso. (RAINT/2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.
191	2010/III – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
192	2010/III – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais internos e externos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
193	2010/III – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicações e Informações veiculadas no ambiente interno, relacionadas as restrições impostas pelo Decreto nº 977/1993, principalmente com relação ao art. 5º. Decreto nº 977/1993 está disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0977.htm >.
194	2010/III – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
195	2010/III – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das informações que transitam no ambiente interno durante todo o ciclo do processo.
196	2011/III – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
197	2011/III – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Prestação de contas dos beneficiários.
198	2011/III – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** A Comunicação e a informação deve ser eficiente, tendo em visto que o servidor deve apresentar os bilhetes de transporte, §3 e §4, art. 5 da IN nº 04/2011, ver < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=9389 >.
199	2011/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
200	2011/III – 5.H	**Legislação:** Nota técnica consolidada nº 01/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP. Disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=9389 >.
201	00OL/III – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Não foi possível identificar como será a vinculação entre as atividades para esta Ação Orçamentária.
202	00OL/III – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Prestação de Contas das transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.
203	00OL/III – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas das transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.
204	00OL/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
205	00OL/III – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo: > 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
206	00M1/III – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
207	00M1/III – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais internos e externos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
208	00M1/III – 3.A	**Padronização de atendimento ao público externo:** Comunicações e Informações oficiais transmitida ao público externo, atendimento dos familiares no caso de auxílio-funeral.
209	00M1/III – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
210	00M1/III – 5.D	**Segurança da informação transitada em rede:** Segurança das informações que transitam no ambiente interno e externo.
211	20TP/IV – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
212	20TP/IV – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Desempenho da execução dos objetivos e metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional Gestão de Pessoas.
213	20TP/IV – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
214	20TP/IV – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional Gestão de Pessoas.
215	20TP/IV – 5.B	**Evidência de problemas:** Sistemas operacionais com procedimentos complexos e pouca capacitação dos operadores. (Relato dos operadores), ver tabela 14 para escolha da pontuação.
216	20RL/IV – 1.A	**Comprometimento de capitais:** A execução desta Ação equivale a mais 50% dos gastos relacionados aos grupos 3 (odc / custeio) e 4 (investimento) de toda Instituição, segundo levantamento de dados do SIAFI_2014.
217	20RL/IV – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Atividade orçamentária base para a continuidade da execução da finalidade da Instituição, à nível de decisão, consequentemente fundamental para o desenvolvimento, a manutenção e a gestão da toda a máquina.
218	20RL/IV – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
219	20RL/IV – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.
220	20RL/IV – 5.D	**Segurança da informação transitada em rede:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.
221	20RG/IV – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Em 2014, foi bloqueado pela SOF, 71% do valor previsto na LOA/2014. Diante da crise econômica, alta probabilidade de bloqueio em 2015.
222	20RG/IV – 2.D	**Evidência interna de problemas:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.
223	20RG/IV – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
224	20RG/IV – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.
225	20RG/IV – 5.D	**Segurança da informação transitada em rede:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
226	0181/IV – 1.D	**Evidência interna de problemas:** Falhas apontada pela CGU em 2014. (RA 201408637 /RAINT/2014).
227	0181/IV – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** De acordo a CGU numa apresentação disponível em seu sítio eletrônico no link: "Melhoria da qualidade dos Gastos com a folha de pagamento no âmbito do Siape", elaborada em 2012 que utilizou informações de janeiro 2011 a junho 2012, são mais de 2.500 normas de pessoal segundo uma integração entre CONLEGIS (SEGEP) e o LEXML (Senado Federal). Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/2012/workshop-sobre-os-resultados-das-trilhas-de-auditoria-de-pessoal/arquivos/siape-melhoria-qualidade-gastos.ppt. >
228	0181/IV – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Orientações e suporte aos servidores.
229	0181/IV – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
230	0181/IV – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo: >18 meses a 24 meses (RAINT/2013), ver tabela 14 para escolha da pontuação.
231	09HB/IV – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
232	09HB/IV – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
233	09HB/IV – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
234	09HB/IV – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Efetividade dos recolhimentos das contribuições retidas na fonte.
235	09HB/IV – 5.H	**Legislação:** Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
236	2994/IV – 1.C	**Número relativo de operações:** Execução manual das listas, execução do controle orçamentário e da execução dos pagamentos pelos setores, tendo em vistas a quantidade significativa de discentes atendidos.
237	2994/IV – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
238	2994/IV – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
239	2994/IV – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional de Atendimento ao Discente.
240	2994/IV – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo: > de 12 meses a 18 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
241	2012/IV – 1.A	**Vinculação à outras atividades:** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno. (rotina dos atos oficiais administrativos).
242	2012/IV – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno. (rotina dos atos oficiais administrativos).
243	2012/IV – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
244	2012/IV – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
245	2012/IV – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno e externo.
246	2004/IV – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		trâmites processuais internos e externos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
247	2004/IV – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno, principalmente com relação a prestação de contas do beneficiário.
248	2004/IV – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
249	2004/IV – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Consistência das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
250	2004/IV – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno e externo.
251	4572/IV – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais internos e externos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
252	4572/IV – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno, principalmente com relação a prestação de contas do beneficiário.
253	4572/IV – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
254	4572/IV – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Consistência das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
255	4572/IV – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno e externo.
256	6380/IV – 1.C	**Número relativo de operações:** Relacionadas as comunicações e informações oficiais originárias dos trâmites processuais internos e externos, principalmente, no que tange a prestação de contas dos créditos extraordinários.
257	6380/IV – 2.D	**Evidência interna de problemas:** Dificuldade para otimizar ações operacionais suscetíveis ao uso de tecnologia, considerando a utilização/operacional do sistema até a implantação do recurso. (RAINT/2014).
258	6380/IV – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno e externo.
259	6380/IV – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Consistência das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
260	6380/IV – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno e externo.
261	2010/IV – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Confiabilidade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
262	2010/IV – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Comunicações e Informações veiculadas no ambiente interno, relacionadas as restrições impostas pelo Decreto nº 977/1993, principalmente com relação ao art. 5º. Decreto nº 977/1993 está disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0977.htm >.
263	2010/IV – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno e externo.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
264	2010/IV – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Consistência das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
265	2010/IV – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno e externo.
266	2011/IV – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais internos e externos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
267	2011/IV – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno, principalmente com relação a prestação de contas do beneficiário.
268	2011/IV – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
269	2011/IV – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Consistência das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
270	2011/IV – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno e externo.
271	00OL/IV – 1.C	**Número relativo de operações:** Não foi possível identificar como será a vinculação entre as atividades para esta Ação Orçamentária.
272	00OL/IV – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno, principalmente com relação a prestação de contas do beneficiário, se for o caso.
273	00OL/IV – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
274	00OL/IV – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Consistência das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
275	00OL/IV – 5.H	**Legislação:** De acordo com a LDO, art. 67, inciso I : "estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária"; A LDO/2015 está disponível: < http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015/orcamento-2015/arquivos-ldo-1/lei_13080_2jan2015_texto.pdf >.
276	00M1/IV – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais internos e externos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
277	00M1/IV – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno e externo, principalmente com relação a solicitação do benefício.
278	00M1/IV – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
279	00M1/IV – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Consistência das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
280	00M1/IV – 5.E	**Segurança de Informações:** Segurança das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno e externo.
281	20TP/V – 1.C	**Número relativo de operações:** Sistema operacional com procedimentos complexos em quantidade significativa num período específico do mês, conforme relato dos operadores.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
282	20TP/V – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Objetivos e metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional Gestão de Pessoas.
283	20TP/V – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
284	20TP/V – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Objetivos definidos no PDI 2014/2018, na política institucional Gestão de Pessoas.
285	20TP/V – 5.H	**Legislação:** Lei Federal nº 11.091/2005, Decretos Federais nº 7.311 e 7.312 de 2010. Disponíveis em: < http://www4.planalto.gov.br/legislacao >.
286	20RL/V – 1.D	**Evidência interna de problemas:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.
287	20RL/V – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Atividade orçamentária base para a continuidade da execução da finalidade da Instituição, à nível de decisão, consequentemente fundamental para o desenvolvimento, a manutenção e a gestão da toda a máquina.
288	20RL/V – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
289	20RL/V – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Mudanças operacionais geradas a partir da implantação do planejamento da nova direção (jul/2014 a abril/15).
290	20RL/V – 5.B	**Evidência de problemas:** Dificuldade para otimizar ações operacionais suscetíveis ao uso de tecnologia, considerando a utilização/operacional do sistema até a implantação do recurso. (RAINT/2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.
291	20RG/V – 1.D	**Evidência interna de problemas:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.
292	20RG/V – 2.D	**Evidência interna de problemas:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.
293	20RG/V – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
294	20RG/V – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.
295	20RG/V – 5.F	**Documentação dos sistemas informatizados:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.
296	0181/V – 1.C	**Número relativo de operações:** Sistema operacional com procedimentos complexos em quantidade significativa num período específico do mês, conforme relato dos operadores.
297	0181/V – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** De acordo a CGU numa apresentação disponível em seu sítio eletrônico no link: "Melhoria da qualidade dos Gastos com a folha de pagamento no âmbito do Siape", elaborada em 2012 que utilizou informações de janeiro 2011 a junho 2012, são mais de 2.500 normas de pessoal segundo uma integração entre CONLEGIS (SEGEP) e o LEXML (Senado Federal). Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/2012/workshop-sobre-os-resultados-das-trilhas-de-auditoria-de-pessoal/arquivos/siape-melhoria-qualidade-gastos.ppt. >
298	0181/V – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Orientações e suporte aos servidores, aos aposentados e as pensionistas.
299	0181/V – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
300	0181/V – 5.H	**Legislação:** De acordo a CGU numa apresentação disponível em seu sítio eletrônico no link: "Melhoria da qualidade dos Gastos com a folha de pagamento no âmbito do Siape", elaborada

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		em 2012 que utilizou informações de janeiro 2011 a junho 2012, são mais de 2.500 normas de pessoal segundo uma integração entre CONLEGIS (SEGEP) e o LEXML (Senado Federal). Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/2012/workshop-sobre-os-resultados-das-trilhas-de-auditoria-de-pessoal/arquivos/siape-melhoria-qualidade-gastos.ppt. >
301	09HB/V – 1.C	**Número relativo de operações:** De acordo com o Quadro Resumo referente aos Recolhimentos das Contribuições, as operações foram realizadas nos últimos dias úteis de cada mês do ano, exceto nos meses agosto e setembro de 2014, onde foram realizadas duas operações, porém todas dentro do prazo legal.
302	09HB/V – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).
303	09HB/V – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
304	09HB/V – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Impacto da mão de obra terceirizada sobre os cargos extintos ou em extinção.
305	09HB/V – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo: > 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
306	2994/V – 1.C	**Número relativo de operações:** Desenvolvimento das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual de seleção de discente.
307	2994/V – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Confiabilidade das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual de seleção de discente.
308	2994/V – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Execução manual das listas, execução do controle orçamentário e da execução dos pagamentos pelos setores, tendo em vistas a quantidade significativa de discentes atendidos.
309	2994/V – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional de Atendimento ao Discente.
310	2994/V – 5.D	**Segurança da informação transitada em rede:** Para o Auxílio estudantil existe um sistema de informação que recebe as inscrições dos discentes, transita até o responsável pelo deferimento ou indeferimento e permite o acompanhamento da solicitação pelo discente. Segundo relato da Assistente Social de Inconfidentes, a partir do deferimento, os trâmites passam a ser executados manualmente, exceto na etapa de utilização do SIAFI.
311	2012/V – 1.C	**Número relativo de operações:** Desenvolvimento das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
312	2012/V – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Confiabilidade das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
313	2012/V – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
314	2012/V – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.
315	2012/V – 5.H	**Legislação:** Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, principalmente no que se refere ao art. 3, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9527.htm >, Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, principalmente no que se refere ao art. 22, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8460consol.htm > e no que se refere integralmente ao Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3887.htm >.
316	2004/V – 1.C	**Número relativo de operações:** Desenvolvimento das operações administrativas dos diversos

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		setores envolvidos no ciclo processual.
317	2004/V – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno, principalmente com relação a prestação de contas do beneficiário.
318	2004/V – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
319	2004/V – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Comprometimento dos envolvidos no cumprimento dos objetivos estabelecidos no PDI/2014-2018.
320	2004/V – 5.H	**Legislação:** Portaria Normativa nº 05, de 11 de outubro de 2010, disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=8154 > e Portaria nº 625, de 21 de dezembro de 2012, disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=9329 >.
321	4572/V – 1.C	**Número relativo de operações:** Desenvolvimento das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
322	4572/V – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno, principalmente com relação a prestação de contas do beneficiário.
323	4572/V – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
324	4572/V – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Comprometimento dos envolvidos no cumprimento dos objetivos estabelecidos no PDI/2014-2018.
325	4572/V – 5.H	**Legislação:** Compromisso dos envolvidos com o objetivo desta Ação: "Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional".
326	6380/V – 1.C	**Número relativo de operações:** Desenvolvimento das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
327	6380/V – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Confiabilidade das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
328	6380/V – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Portal da Transparência no governo federal e Acesso a Informação.
329	6380/V – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** A influência das descentralizações de créditos no planejamento estratégico da Instituição.
330	6380/V – 5.H	**Legislação:** As execuções dos créditos extraordinários devem respeitar as exigências contidas na Portaria Setec nº 330, de 28 de dezembro de 2012. Disponível em: < https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=232909 >.
331	2010/V – 1.C	**Número relativo de operações:** Desenvolvimento das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
332	2010/V – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
333	2010/V – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
334	2010/V – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Consistência das comunicações e das informações oficiais que transitam no

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		ambiente interno.
335	2010/V – 5.H	**Legislação:** Decreto nº 977, de 10 de setembro de 1993, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0977.htm >.
336	2011/V – 1.C	**Número relativo de operações:** Desenvolvimento das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
337	2011/V – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno, principalmente com relação a prestação de contas do beneficiário.
338	2011/V – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
339	2011/V – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Consistência das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
340	2011/V – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > de 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
341	00OL/V – 1.C	**Número relativo de operações:** Desenvolvimento das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
342	00OL/V – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
343	00OL/V – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
344	00OL/V – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Consistência das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
345	00OL/V – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > de 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
346	00M1/V – 1.C	**Número relativo de operações:** Desenvolvimento das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
347	00M1/V – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Tempestividade das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno, principalmente com relação a prestação de contas do beneficiário.
348	00M1/V – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das operações administrativas dos diversos setores envolvidos no ciclo processual.
349	00M1/V – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Consistência das comunicações e das informações oficiais que transitam no ambiente interno.
350	00M1/V – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > de 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
351	20TP/VI – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Sistemas operacionais com procedimentos complexos e pouca capacitação dos operadores. (Relato dos operadores).
352	20TP/VI – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Lei Federal nº 11.091/2005, Decretos Federais nº 7.311 e 7.312 de 2010. Disponíveis em: < http://www4.planalto.gov.br/legislacao >.
353	20TP/VI – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
354	20TP/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Realização dos objetivos da entidade: cumprimento das etapas nos prazos e condições planejadas.
355	20TP/VI – 5.H	**Legislação:** Lei Federal nº 11.091/2005, Decretos Federais nº 7.311 e 7.312 de 2010. Disponíveis em: < http://www4.planalto.gov.br/legislacao >.
356	20RL/VI – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Eventos relacionados aos fornecedores e aos contratados, como atraso na entrega de mercadoria, atraso na prestação de serviço, inexecução contratual.
357	20RL/VI – 2.E	**Evidência externa de problemas:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.
358	20RL/VI – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
359	20RL/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.
360	20RL/VI – 5.H	**Legislação:** Limitações legais decorrentes do Ajuste Fiscal do Governo Federal.
361	20RG/VI – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Em 2014, foi bloqueado pela SOF, 71% do valor previsto na LOA/2014. Diante da crise econômica, alta probabilidade de bloqueio em 2015.
362	20RG/VI – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS, perante o planejamento das outras Ações Orçamentárias, principalmente a 20RL.
363	20RG/VI – 3.B	**Veiculação de informações para fora da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS, perante os parceiros estratégicos e políticos.
364	20RG/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS, perante o planejamento das outras Ações Orçamentárias, principalmente a 20RL.
365	20RG/VI – 5.H	**Legislação:** Limitações legais decorrentes do Ajuste Fiscal do Governo Federal.
366	0181/VI – 1.D	**Evidência interna de problemas:** Falhas apontada pela CGU em 2014. (RA 201408637/RAINT-2014). Disponível em: < **http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/auditoria-interna/raint** >.
367	0181/VI – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** De acordo a CGU numa apresentação disponível em seu sítio eletrônico no link: "Melhoria da qualidade dos Gastos com a folha de pagamento no âmbito do Siape", elaborada em 2012 que utilizou informações de janeiro 2011 a junho 2012, são mais de 2.500 normas de pessoal segundo uma integração entre CONLEGIS (SEGEP) e o LEXML (Senado Federal). Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/2012/workshop-sobre-os-resultados-das-trilhas-de-auditoria-de-pessoal/arquivos/siape-melhoria-qualidade-gastos.ppt. >
368	0181/VI – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** O plano estratégico da Instituição - PDI 2014-2018, não contém atividades relacionadas à aposentarias e à pensões.
369	0181/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Sistema operacional com procedimentos complexos em quantidade significativa num período específico do mês, conforme relato dos operadores.
370	0181/VI – 5.B	**Evidência de problemas:** Falhas apontada pela CGU em 2014. (RA 201408637 - RAINT/2014). Ver tabela 14 para escolha da pontuação.
371	09HB/VI – 1.C	**Número relativo de operações:** Conformidade das operações administrativas dos setores envolvidos no ciclo processual.
372	09HB/VI – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.887.htm >.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
373	09HB/VI – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).
374	09HB/VI – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Efetividade dos recolhimentos das contribuições retidas na fonte.
375	09HB/VI – 5.H	**Legislação:** Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.887.htm >.
376	2994/VI – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Repasse financeiro acontecendo em média duas vezes ao mês. (conf. Movimentação da conta contábil 293110204).
377	2994/VI – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Mapa sintético do processo dos principais agentes envolvidos: solicitação→deferimento→controle→pagamento. O processo envolve operações executadas manualmente e via sistema informatizado.
378	2994/VI – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Efetividade dos programas relacionados a Ação 2994.
379	2994/VI – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Efetividade dos programas relacionados a Ação 2994.
380	2994/VI – 5.H	**Legislação:** Constituição Federal; Lei nº 9.394/96 (LDB); Decreto 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; Lei 9.613/46; Resolução CEB/CNE nº 01/2005; Decreto 7.234, de 19/07/2010. Disponíveis em: < http://www4.planalto.gov.br/legislacao > e < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12812&Itemid=866 >.
381	2012/VI – 1.C	**Número relativo de operações:** Utilização do sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal - SIGEPE, que tem como objetivo subsidiar, por meio dos recursos de Tecnologia da Informação, as políticas de gestão de pessoas e as operações de recursos humanos no Governo Federal.
382	2012/VI – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Complexidade estrutural do sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal – SIGEPE.
383	2012/VI – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das informações da Instituição transitadas no ambiente externo.
384	2012/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Insatisfação dos servidores.
385	2012/VI – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > de 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
386	2004/VI – 1.C	**Número relativo de operações:** Utilização do sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal - SIGEPE, que tem como objetivo subsidiar, por meio dos recursos de Tecnologia da Informação, as políticas de gestão de pessoas e as operações de recursos humanos no Governo Federal.
387	2004/VI – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Complexidade estrutural do sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal – SIGEPE.
388	2004/VI – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das informações da Instituição transitadas no ambiente externo.
389	2004/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Insatisfação dos servidores.
390	2004/VI – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > de 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
391	4572/VI – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Baixa qualidade dos serviços contratados pela Instituição.
392	4572/VI – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Confiabilidade das informações coletadas no ambiente externo para a justificativa no processo de Inexigibilidade.
393	4572/VI – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Impressões geradas pelo Portal da Transparência.

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
394	4572/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Baixa qualidade dos serviços contratados pela Instituição.
395	4572/VI – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo de > 12 meses a 18 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
396	6380/VI – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Eventos relacionados aos fornecedores e aos contratados, como atraso na entrega de mercadoria, atraso na prestação de serviço, inexecução contratual.
397	6380/VI – 2.E	**Evidência externa de problemas:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.
398	6380/VI – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Impressões geradas pelo Portal da Transparência.
399	6380/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Baixa qualidade os serviços contratados e produtos e equipamentos adquiridos.
400	6380/VI – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo de > 12 meses a 18 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
401	2010/VI – 1.C	**Número relativo de operações:** Utilização do sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal - SIGEPE, que tem como objetivo subsidiar, por meio dos recursos de Tecnologia da Informação, as políticas de gestão de pessoas e as operações de recursos humanos no Governo Federal.
402	2010/VI – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Complexidade estrutural do sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal – SIGEPE.
403	2010/VI – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das informações da Instituição transitadas no ambiente externo.
404	2010/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Insatisfação dos servidores.
405	2010/VI – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo > de 24 meses, ver tabela 14 para escolha da pontuação.
406	2011/VI – 1.C	**Número relativo de operações:** Utilização do sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal - SIGEPE, que tem como objetivo subsidiar, por meio dos recursos de Tecnologia da Informação, as políticas de gestão de pessoas e as operações de recursos humanos no Governo Federal.
407	2011/VI – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Complexidade estrutural do sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal – SIGEPE.
408	2011/VI – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das informações da Instituição transitadas no ambiente externo.
409	2011/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Insatisfação dos servidores.
410	2011/VI – 5.H	**Legislação:** Nota técnica consolidada nº 01/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP. Disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=9389 >.
411	00OL/VI – 1.B	**Vinculação à outras atividades:** Não foi possível identificar como será a vinculação entre as atividades para esta Ação Orçamentária.
412	00OL/VI – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Prestação de Contas das transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.
413	00OL/VI – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das informações da Instituição transitadas no ambiente externo.
414	00OL/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
415	00OL/VI – 5.H	**Legislação:** A Lei Complementar nº 101/2000 no artigo 26 também define que deverá ser

RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS		
Orçamento global da Instituição em 2015 (Lei Nº 13.115/2015 - Orçamentária Anual para o exercício de 2015): **R$ 221.495.625,00**		
linha	**Referência**	**Critérios de risco**
		autorizada por lei específica, além de atender a condições exigidas na LDO. Lei está disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm >.
416	00M1/VI – 1.C	**Número relativo de operações:** Utilização do sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal - SIGEPE, que tem como objetivo subsidiar, por meio dos recursos de Tecnologia da Informação, as políticas de gestão de pessoas e as operações de recursos humanos no Governo Federal.
417	00M1/VI – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Complexidade estrutural do sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal – SIGEPE.
418	00M1/VI – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Confiabilidade das informações da Instituição transitadas no ambiente externo.
419	00M1/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Não está relacionada a estratégia da Instituição.
420	00M1/VI – 5.B	**Evidência de problemas:** Durante a desenvolvimento desta avaliação ficou constatado que a execução do Auxílio-natalidade foi executada na Ação Orçamentária 20RL, porém também foi constatado que para 2015 já existe um PI destinado aos dois auxílios e relacionado à Ação 00M1. Ver tabela 14 para escolha da pontuação.

25. Tabela – Relação dos Critérios utilizados

4. AVALIAÇÃO DE RISCO

4.1. Valores obtidos nas análises por Ação Orçamentária e por Fator de Risco

QUADRO GERAL DAS PONTUAÇÕES E PERCENTUAIS POR AÇÃO

Avaliadores: Auditor/Eufrásia de Souza Melo e Coordenador Geral da Auditoria Interna/Gabriel Filipe da Silva

		REFERÊNCIAS MÁXIMAS					VALORES OBTIDOS NA ANÁLISE Ação Orçamentária: 20TP						VALORES OBTIDOS NA ANÁLISE Ação Orçamentária: 20RL					
ITENS	FATORES E ITENS	Pont. Máx.	Pont. Pond. Máx.	% Pont. Pond. Máx.	% Risco por Fator máx.	% Risco Total máx.	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total
1	Operacional	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	20	11	15,50	3,15	63,00%	10,50%	21	21	21,00	4,28	85,50%	14,25%
I.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	2	3,50	4,38	17,50%	2,92%	5	5	5,00	6,25	25,00%	4,17%
I.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	2	3,50	4,38	17,50%	2,92%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%
I.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3	2	2,50	1,88	7,50%	1,25%	4	4	4,00	3,00	12,00%	2,00%
I.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	4	3	3,50	2,63	10,50%	1,75%	4	4	4,00	3,00	12,00%	2,00%
I.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3	2	2,50	2,50	10,00%	1,67%	3	4	3,50	3,50	14,00%	2,33%
2	Financeiro	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	8	12	10,00	2,08	41,50%	6,92%	22	20	21,00	4,25	85,00%	14,17%
II.1.	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1	5	3,00	3,75	15,00%	2,50%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%
II.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1	2	1,50	1,88	7,50%	1,25%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%
II.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%	4	4	4,00	3,00	12,00%	2,00%
II.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1	1	1,00	0,75	3,00%	0,50%	4	4	4,00	3,00	12,00%	2,00%
II.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3	2	2,50	2,50	10,00%	1,67%	4	4	4,00	4,00	16,00%	2,67%
3	Governança de TI	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	17	9	13,00	2,55	51,00%	8,50%	18	18	18,00	3,68	73,50%	12,25%
III.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	1	3,00	3,75	15,00%	2,50%	4	3	3,50	4,38	17,50%	2,92%
III.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2	1	1,50	1,88	7,50%	1,25%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%
III.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3	3	3,00	2,25	9,00%	1,50%	3	3	3,00	2,25	9,00%	1,50%
III.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3	2	2,50	1,88	7,50%	1,25%	3	4	3,50	2,63	10,50%	1,75%
III.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	4	2	3,00	3,00	12,00%	2,00%	3	4	3,50	3,50	14,00%	2,33%
4	Informação para tomada de decisões	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	13	15	14,00	3,03	60,50%	10,08%	21	20	20,50	4,10	82,00%	13,67%
IV.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%	3	4	3,50	4,38	17,50%	2,92%
IV.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	4	3	3,50	4,38	17,50%	2,92%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%
IV.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1	1	1,00	0,75	3,00%	0,50%	4	4	4,00	3,00	12,00%	2,00%
IV.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	3	2,50	1,88	7,50%	1,25%	4	4	4,00	3,00	12,00%	2,00%
IV.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	1	4	2,50	2,50	10,00%	1,67%	5	4	4,50	4,50	18,00%	3,00%
5	Recursos Humanos	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	21	10	15,50	3,15	63,00%	10,50%	19	19	19,00	3,83	76,50%	12,75%
V.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	2	3,50	4,38	17,50%	2,92%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%
V.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	4	2	3,00	3,75	15,00%	2,50%	4	3	3,50	4,38	17,50%	2,92%
V.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	4	1	2,50	1,88	7,50%	1,25%	4	4	4,00	3,00	12,00%	2,00%
V.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	4	2	3,00	2,25	9,00%	1,50%	3	4	3,50	2,63	10,50%	1,75%
V.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	4	3	3,50	3,50	14,00%	2,33%	3	4	3,50	3,50	14,00%	2,33%
6	Contexto Externo	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	13	18	15,50	3,28	65,50%	10,92%	19	23	21,00	4,13	82,50%	13,75%
VI.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	3	4,00	5,00	20,00%	3,33%	3	4	3,50	4,38	17,50%	2,92%
VI.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%	3	5	4,00	5,00	20,00%	3,33%
VI.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1	4	2,50	1,88	7,50%	1,25%	3	5	4,00	3,00	12,00%	2,00%
VI.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1	4	2,50	1,88	7,50%	1,25%	5	5	5,00	3,75	15,00%	2,50%
VI.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	1	3	2,00	2,00	8,00%	1,33%	5	4	4,50	4,50	18,00%	3,00%
	RESULTADO POR AÇÃO / TOTAL / MÉDIA	150				100,00%	92	75	83,50	2,87		57,42%	120	121	120,5	4,04		80,83%

19. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 1

QUADRO GERAL DAS PONTUAÇÕES E PERCENTUAIS POR AÇÃO

Avaliadores: Auditor/Eufrásia de Souza Melo e Coordenador Geral da Auditoria Interna/Gabriel Filipe da Silva

		REFERÊNCIAS MÁXIMAS					VALORES OBTIDOS NA ANALISE Ação Orçamentária: 20RG						VALORES OBTIDOS NA ANALISE Ação Orçamentária: 0181					
ITENS	FATORES E ITENS	Pont. Máx.	Pont. Pond. Máx.	% Pont. Pond. Máx.	% Risco por Fator máx.	% Risco Total máx.	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total
1	Operacional	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	18	22	20,00	4,00	80,00%	13,33%	15	14,00	14,50	2,98	59,50%	9,92%
I.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2	4	3,00	3,75	15,00%	2,50%	3	3,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%
I.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	5	5,00	6,25	25,00%	4,17%	3	3,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%
I.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3	4	3,50	2,63	10,50%	1,75%	2	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
I.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	5	4	4,50	3,38	13,50%	2,25%	2	3,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
I.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3	5	4,00	4,00	16,00%	2,67%	5	3,00	4,00	4,00	16,00%	2,67%
2	Financeiro	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	20	22	21,00	4,33	86,50%	14,42%	7	14,00	10,50	2,15	43,00%	7,17%
II.1.	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	5	5,00	6,25	25,00%	4,17%	1	3,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%
II.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	5	5,00	6,25	25,00%	4,17%	2	3,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
II.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3	4	3,50	2,63	10,50%	1,75%	1	2,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%
II.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	4	4	4,00	3,00	12,00%	2,00%	1	3,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
II.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3	4	3,50	3,50	14,00%	2,33%	2	3,00	2,50	2,50	10,00%	1,67%
3	Governança de TI	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	17	16	16,50	3,35	67,00%	11,17%	14	10,00	12,00	2,43	48,50%	8,08%
III.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	4	4	4,00	5,00	20,00%	3,33%	3	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
III.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3	2	2,50	3,13	12,50%	2,08%	3	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
III.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	3	2,50	1,88	7,50%	1,25%	2	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
III.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3	3	3,00	2,25	9,00%	1,50%	3	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
III.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	5	4	4,50	4,50	18,00%	3,00%	3	2,00	2,50	2,50	10,00%	1,67%
4	Informação para tomada de decisões	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	21	18	19,50	3,98	79,50%	13,25%	16	9,00	12,50	2,63	52,50%	8,75%
IV.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	4	4	4,00	5,00	20,00%	3,33%	4	3,00	3,50	4,38	17,50%	2,92%
IV.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%	3	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
IV.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	4	3,00	2,25	9,00%	1,50%	4	1,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
IV.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	5	3	4,00	3,00	12,00%	2,00%	1	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%
IV.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	5	3	4,00	4,00	16,00%	2,67%	4	2,00	3,00	3,00	12,00%	2,00%
5	Recursos Humanos	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	18	18	18,00	3,83	76,50%	12,75%	14	9,00	11,50	2,35	47,00%	7,83%
V.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%	3	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
V.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%	3	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
V.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	3	2,50	1,88	7,50%	1,25%	4	2,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%
V.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1	3	2,00	1,50	6,00%	1,00%	1	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%
V.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	5	4	4,50	4,50	18,00%	3,00%	3	2,00	2,50	2,50	10,00%	1,67%
6	Contexto Externo	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	18	20	19,00	3,88	77,50%	12,92%	14	10,00	12,00	2,43	48,50%	8,08%
VI.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%	3	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
VI.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	5	4	4,50	5,63	22,50%	3,75%	3	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
VI.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	4	4	4,00	3,00	12,00%	2,00%	2	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
VI.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3	4	3,50	2,63	10,50%	1,75%	3	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
VI.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	1	4	2,50	2,50	10,00%	1,67%	3	2,00	2,50	2,50	10,00%	1,67%
	RESULTADO POR AÇÃO / TOTAL / MÉDIA	150				100,00%	112	116	114	3,89		77,83%	80	66	73	2,49		49,83%

20. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 2

QUADRO GERAL DAS PONTUAÇÕES E PERCENTUAIS POR AÇÃO

Avaliadores: Auditor/Eufrásia de Souza Melo e Coordenador Geral da Auditoria Interna/Gabriel Filipe da Silva

		REFERÊNCIAS MÁXIMAS					VALORES OBTIDOS NA ANALISE						VALORES OBTIDOS NA ANALISE					
							Ação Orçamentária: 09HB						Ação Orçamentária: 2994					
ITENS	FATORES E ITENS	Pont. Máx.	Pont. Pond. Máx.	% Pont. Pond. Máx.	% Risco por Fator máx.	% Risco Total máx.	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total
1	Operacional	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	11,00	12,00	11,50	2,35	47,00%	7,83%	23,00	22,00	22,50	4,53	90,50%	15,08%
I.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,00	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%	5,00	4,00	4,50	5,63	22,50%	3,75%
I.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	2,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	5,00	4,00	4,50	5,63	22,50%	3,75%
I.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	4,00	4,00	4,00	3,00	12,00%	2,00%
I.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	3,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%	4,00	5,00	4,50	3,38	13,50%	2,25%
I.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	4,00	3,50	3,50	14,00%	2,33%	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00%	3,33%
2	Financeiro	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	7,00	8,00	7,50	1,50	30,00%	5,00%	19,00	17,00	18,00	3,63	72,50%	12,08%
II.1.	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	2,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%	4,00	3,00	3,50	4,38	17,50%	2,92%
II.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%	4,00	4,00	4,00	5,00	20,00%	3,33%
II.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	3,00	4,00	3,50	2,63	10,50%	1,75%
II.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%	4,00	3,00	3,50	2,63	10,50%	1,75%
II.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2,00	3,00	2,50	2,50	10,00%	1,67%	4,00	3,00	3,50	3,50	14,00%	2,33%
3	Governança de TI	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	11,00	11,00	11,00	2,25	45,00%	7,50%	15,00	15,00	15,00	3,03	60,50%	10,08%
III.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,00	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%	4,00	2,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%
III.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	2,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	3,00	3,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%
III.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%	2,00	4,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%
III.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	2,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	3,00	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
III.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00%	2,00%	3,00	4,00	3,50	3,50	14,00%	2,33%
4	Informação para tomada de decisões	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	7,00	10,00	8,50	1,73	34,50%	5,75%	21,00	16,00	18,50	3,70	74,00%	12,33%
IV.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	2,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%	5,00	3,00	4,00	5,00	20,00%	3,33%
IV.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	2,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	5,00	3,00	4,00	5,00	20,00%	3,33%
IV.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	2,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	4,00	4,00	4,00	3,00	12,00%	2,00%
IV.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	2,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	4,00	4,00	4,00	3,00	12,00%	2,00%
IV.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00%	1,33%	3,00	2,00	2,50	2,50	10,00%	1,67%
5	Recursos Humanos	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	10,00	10,00	10,00	2,05	41,00%	6,83%	19,00	19,00	19,00	3,80	76,00%	12,67%
V.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	2,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	4,00	4,00	4,00	5,00	20,00%	3,33%
V.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%	3,00	4,00	3,50	4,38	17,50%	2,92%
V.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	4,00	4,00	4,00	3,00	12,00%	2,00%
V.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%	4,00	3,00	3,50	2,63	10,50%	1,75%
V.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	5,00	4,00	4,00	16,00%	2,67%	4,00	4,00	4,00	4,00	16,00%	2,67%
6	Contexto Externo	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	9,00	8,00	8,50	1,78	35,50%	5,92%	16,00	18,00	17,00	3,50	70,00%	11,67%
VI.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	2,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	5,00	4,00	4,50	5,63	22,50%	3,75%
VI.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	2,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	4,00	4,00	4,00	5,00	20,00%	3,33%
VI.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%	3,00	4,00	3,50	2,63	10,50%	1,75%
VI.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	3,00	3,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%
VI.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00%	1,33%	1,00	3,00	2,00	2,00	8,00%	1,33%
	RESULTADO POR AÇÃO / TOTAL / MÉDIA	150				100,00%	55	59	57	1,94		38,83%	113	107	110	3,70		73,92%

21. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 3

QUADRO GERAL DAS PONTUAÇÕES E PERCENTUAIS POR AÇÃO

Avaliadores: Auditor/Eufrásia de Souza Melo e Coordenador Geral da Auditoria Interna/Gabriel Filipe da Silva

		REFERÊNCIAS MÁXIMAS					VALORES OBTIDOS NA ANALISE Ação Orçamentária: 2012						VALORES OBTIDOS NA ANALISE Ação Orçamentária: 2004					
ITENS	FATORES E ITENS	Pont. Máx.	Pont. Pond. Máx.	% Pont. Pond. Máx.	% Risco por Fator máx.	% Risco Total máx.	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total
1	Operacional	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	15,00	9,00		2,40	48,00%	8,00%	17,00	12,00	14,50	2,88	57,50%	9,58%
I.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,00	1,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	4,00	1,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
I.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,00	1,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	2,00	2,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%
I.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	3,00	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
I.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	4,00	1,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%	3,00	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
I.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	5,00	4,00	4,00	16,00%	2,67%	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00%	3,33%
2	Financeiro	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	7,00	5,00	6,00	1,18	23,50%	3,92%	14,00	5,00	9,50	1,88	37,50%	6,25%
II.1.	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%	3,00	1,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%
II.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%	3,00	1,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%
II.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	3,00	1,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
II.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%	4,00	1,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
II.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2,00	1,00	1,50	1,50	6,00%	1,00%	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00%	0,67%
3	Governança de TI	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	10,00	5,00	7,50	1,53	30,50%	5,08%	13,00	6,00	9,50	1,88	37,50%	6,25%
III.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%
III.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%
III.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	3,00	1,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
III.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%
III.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	1,00	2,00	2,00	8,00%	1,33%	4,00	2,00	3,00	3,00	12,00%	2,00%
4	Informação para tomada de decisões	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	14,00	5,00	9,50	1,98	39,50%	6,58%	14,00	8,00	11,00	2,18	43,50%	7,25%
IV.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,00	1,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	3,00	1,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%
IV.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	4,00	1,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%	3,00	1,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%
IV.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3,00	1,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%	2,00	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
IV.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%	3,00	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
IV.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	1,00	2,00	2,00	8,00%	1,33%	3,00	2,00	2,50	2,50	10,00%	1,67%
5	Recursos Humanos	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	12,00	5,00	8,50	1,70	34,00%	5,67%	13,00	6,00	9,50	1,90	38,00%	6,33%
V.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%	2,00	2,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%
V.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,00	1,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	3,00	1,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%
V.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3,00	1,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%	3,00	1,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
V.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	3,00	1,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
V.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2,00	1,00	1,50	1,50	6,00%	1,00%	2,00	1,00	1,50	1,50	6,00%	1,00%
6	Contexto Externo	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	10,00	10,00	10,00	1,98	39,50%	6,58%	13,00	11,00	12,00	2,35	47,00%	7,83%
VI.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%
VI.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%
VI.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%
VI.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%	2,00	3,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
VI.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2,00	5,00	3,50	3,50	14,00%	2,33%	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00%	3,33%
	RESULTADO POR AÇÃO / TOTAL / MÉDIA	150				100,00%	68	39	41,5	1,79		35,83%	84	48	66	2,18		43,50%

22. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 4

QUADRO GERAL DAS PONTUAÇÕES E PERCENTUAIS POR AÇÃO

Avaliadores: Auditor/Eufrásia de Souza Melo e Coordenador Geral da Auditoria Interna/Gabriel Filipe da Silva

		REFERÊNCIAS MÁXIMAS					VALORES OBTIDOS NA ANÁLISE – Ação Orçamentária: 4572						VALORES OBTIDOS NA ANÁLISE – Ação Orçamentária: 6380					
ITENS	FATORES E ITENS	Pont. Máx.	Pont. Pond. Máx.	% Pont. Pond. Máx.	% Risco por Fator máx.	% Risco Total máx.	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total
1	Operacional	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	13,00	18,00	15,50	3,03	60,50%	10,08%	19,00	14,00	16,50	3,35	67,00%	11,17%
I.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,00	1,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	4,00	2,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%
I.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	4,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%	5,00	3,00	4,00	5,00	20,00%	3,33%
I.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	4,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%	4,00	2,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%
I.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3,00	4,00	3,50	2,63	10,50%	1,75%	3,00	3,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%
I.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	5,00	4,00	4,00	16,00%	2,67%	3,00	4,00	3,50	3,50	14,00%	2,33%
2	Financeiro	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	14,00	12,00	13,00	2,55	51,00%	8,50%	17,00	15,00	16,00	3,13	62,50%	10,42%
II.1.	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,00	1,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	3,00	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
II.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	3,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%	3,00	3,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%
II.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3,00	3,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%	4,00	3,00	3,50	2,63	10,50%	1,75%
II.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3,00	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%	3,00	4,00	3,50	2,63	10,50%	1,75%
II.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00%	2,00%	4,00	3,00	3,50	3,50	14,00%	2,33%
3	Governança de TI	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	10,00	12,00	11,00	2,18	43,50%	7,25%	16,00	14,00	15,00	3,00	60,00%	10,00%
III.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	2,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	3,00	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
III.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	2,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%	4,00	3,00	3,50	4,38	17,50%	2,92%
III.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%	3,00	3,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%
III.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	3,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%	3,00	3,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%
III.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2,00	3,00	2,50	2,50	10,00%	1,67%	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00%	2,00%
4	Informação para tomada de decisões	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	14,00	15,00	14,50	2,90	58,00%	9,67%	16,00	13,00	14,50	2,93	58,50%	9,75%
IV.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,00	3,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%	4,00	2,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%
IV.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,00	3,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%	3,00	3,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%
IV.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3,00	3,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%	3,00	3,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%
IV.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	4,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%	3,00	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
IV.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	2,00	2,50	2,50	10,00%	1,67%	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00%	2,00%
5	Recursos Humanos	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	14,00	13,00	13,50	2,70	54,00%	9,00%	17,00	15,00	16,00	3,20	64,00%	10,67%
V.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	3,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%	4,00	3,00	3,50	4,38	17,50%	2,92%
V.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,00	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%	3,00	3,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%
V.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	3,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%	3,00	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
V.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3,00	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%	4,00	4,00	4,00	3,00	12,00%	2,00%
V.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	4,00	3,00	3,50	3,50	14,00%	2,33%	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00%	2,00%
6	Contexto Externo	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	13,00	16,00	14,50	2,93	58,50%	9,75%	16,00	15,00	15,50	3,15	63,00%	10,50%
VI.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,00	3,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%	3,00	3,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%
VI.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	3,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%	4,00	3,00	3,50	4,38	17,50%	2,92%
VI.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	3,00	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%	3,00	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
VI.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	3,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%	3,00	3,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%
VI.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	5,00	4,00	4,00	16,00%	2,67%	3,00	4,00	3,50	3,50	14,00%	2,33%
	RESULTADO POR AÇÃO / TOTAL / MÉDIA	150				100,00%	78	86	82	2,71		54,25%	101	86	93,5	3,13		62,50%

23. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 5

QUADRO GERAL DAS PONTUAÇÕES E PERCENTUAIS POR AÇÃO

Avaliadores: Auditor/Eufrásia de Souza Melo e Coordenador Geral da Auditoria Interna/Gabriel Filipe da Silva

		REFERÊNCIAS MÁXIMAS					VALORES OBTIDOS NA ANALISE						VALORES OBTIDOS NA ANALISE					
							Ação Orçamentária: 2010						Ação Orçamentária: 2011					
ITENS	FATORES E ITENS	Pont. Máx.	Pont. Pond. Máx.	% Pont. Pond. Máx.	% Risco por Fator máx.	% Risco Total máx.	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total
1	Operacional	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	10,00	9,00	9,50	1,88	37,50%	6,25%	15,00	14,00	14,50	2,83	56,50%	9,42%
I.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%
I.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%	3,00	3,00	3,00	3,75	15,00%	2,50%
I.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%	3,00	3,00	3,00	2,25	9,00%	1,50%
I.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	3,00	2,00	2,50	1,88	7,50%	1,25%
I.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00%	3,33%	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00%	3,33%
2	Financeiro	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	6,00	7,00	6,50	1,30	26,00%	4,33%	9,00	7,00	8,00	1,60	32,00%	5,33%
II.1.	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%
II.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%
II.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%
II.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%
II.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2,00	3,00	2,50	2,50	10,00%	1,67%	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00%	2,00%
3	Governança de TI	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	9,00	7,00	8,00	1,60	32,00%	5,33%	10,00	6,00	8,00	1,63	32,50%	5,42%
III.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%
III.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%	2,00	2,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%
III.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%
III.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%
III.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00%	2,00%	2,00	1,00	1,50	1,50	6,00%	1,00%
4	Informação para tomada de decisões	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	9,00	7,00	8,00	1,60	32,00%	5,33%	12,00	10,00	11,00	2,20	44,00%	7,33%
IV.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%
IV.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%	3,00	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
IV.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	2,00	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
IV.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%	2,00	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
IV.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00%	2,00%	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00%	2,00%
5	Recursos Humanos	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	9,00	7,00	8,00	1,63	32,50%	5,42%	14,00	13,00	13,50	2,73	54,50%	9,08%
V.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%	2,00	2,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%
V.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,00	1,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%	3,00	2,00	2,50	3,13	12,50%	2,08%
V.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	2,00	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
V.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,00	1,00	1,00	0,75	3,00%	0,50%	2,00	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
V.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2,00	3,00	2,50	2,50	10,00%	1,67%	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00%	3,33%
6	Contexto Externo	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	11,00	10,00	10,50	2,03	40,50%	6,75%	7,00	12,00	9,50	1,88	37,50%	6,25%
VI.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%	1,00	2,00	1,50	1,88	7,50%	1,25%
VI.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	1,00	1,00	1,00	1,25	5,00%	0,83%	1,00	3,00	2,00	2,50	10,00%	1,67%
VI.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	1,00	1,50	1,13	4,50%	0,75%	2,00	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
VI.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,00	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%	2,00	2,00	2,00	1,50	6,00%	1,00%
VI.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00%	3,33%	1,00	3,00	2,00	2,00	8,00%	1,33%
	RESULTADO POR AÇÃO / TOTAL / MÉDIA	150				100,00%	54	47	50,5	1,67		33,42%	67	62	64,5	2,14		42,83%

24. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 6

QUADRO GERAL DAS PONTUAÇÕES E PERCENTUAIS POR AÇÃO

Avaliadores: Auditor/Eufrásia de Souza Melo e Coordenador Geral da Auditoria Interna/Gabriel Filipe da Silva

		REFERÊNCIAS MÁXIMAS					VALORES OBTIDOS NA ANÁLISE – Ação Orçamentária: 00OL						VALORES OBTIDOS NA ANÁLISE – Ação Orçamentária: 00M1					
ITENS	FATORES E ITENS	Pont. Máx.	Pont. Pond. Máx.	% Pont. Pond. Máx.	% Risco por Fator máx.	% Risco Total máx.	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total	Avaliador I	Avaliador II	Média Pond. Pontos	Ponto Ponderado	% pelo Fator	% Risco Total
1	Operacional	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	11	8	9,50	1,98	39,50%	6,58%	13	10	11,50	2,33	46,50%	7,75%
I.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3	1	2,00	2,50	10,00%	1,67%	3	1	2,00	2,50	10,00%	1,67%
I.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3	2	2,50	3,13	12,50%	2,08%	2	1	1,50	1,88	7,50%	1,25%
I.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%
I.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1	1	1,00	0,75	3,00%	0,50%	1	1	1,00	0,75	3,00%	0,50%
I.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2	2	2,00	2,00	8,00%	1,33%	5	5	5,00	5,00	20,00%	3,33%
2	Financeiro	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	11	9	10,00	2,08	41,50%	6,92%	10	8	9,00	1,85	37,00%	6,17%
II.1.	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3	2	2,50	3,13	12,50%	2,08%	2	1	1,50	1,88	7,50%	1,25%
II.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2	2	2,00	2,50	10,00%	1,67%	3	2	2,50	3,13	12,50%	2,08%
II.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%
II.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1	1	1,00	0,75	3,00%	0,50%	1	1	1,00	0,75	3,00%	0,50%
II.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3	2	2,50	2,50	10,00%	1,67%	2	2	2,00	2,00	8,00%	1,33%
3	Governança de TI	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	13	12	12,50	2,48	49,50%	8,25%	11	8	9,50	1,85	37,00%	6,17%
III.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2	1	1,50	1,88	7,50%	1,25%	2	1	1,50	1,88	7,50%	1,25%
III.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2	2	2,00	2,50	10,00%	1,67%	2	1	1,50	1,88	7,50%	1,25%
III.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%
III.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%
III.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	5	5	5,00	5,00	20,00%	3,33%	3	2	2,50	2,50	10,00%	1,67%
4	Informação para tomada de decisões	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	11	10	10,50	2,13	42,50%	7,08%	10	5	7,50	1,53	30,50%	5,08%
IV.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3	2	2,50	3,13	12,50%	2,08%	2	1	1,50	1,88	7,50%	1,25%
IV.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2	2	2,00	2,50	10,00%	1,67%	2	1	1,50	1,88	7,50%	1,25%
IV.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%	1	1	1,00	0,75	3,00%	0,50%
IV.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%	2	1	1,50	1,13	4,50%	0,75%
IV.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2	2	2,00	2,00	8,00%	1,33%	3	1	2,00	2,00	8,00%	1,33%
5	Recursos Humanos	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	14	13	13,50	2,73	54,50%	9,08%	13	11	12,00	2,45	49,00%	8,17%
V.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3	2	2,50	3,13	12,50%	2,08%	2	2	2,00	2,50	10,00%	1,67%
V.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2	2	2,00	2,50	10,00%	1,67%	2	2	2,00	2,50	10,00%	1,67%
V.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%	2	1	1,50	1,13	4,50%	0,75%
V.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%	2	1	1,50	1,13	4,50%	0,75%
V.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	5	5	5,00	5,00	20,00%	3,33%	5	5	5,00	5,00	20,00%	3,33%
6	Contexto Externo	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	10	9	9,50	1,98	39,50%	6,58%	6	9	7,50	1,50	30,00%	5,00%
VI.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3	2	2,50	3,13	12,50%	2,08%	1	2	1,50	1,88	7,50%	1,25%
VI.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2	2	2,00	2,50	10,00%	1,67%	1	2	1,50	1,88	7,50%	1,25%
VI.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%	2	2	2,00	1,50	6,00%	1,00%
VI.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1	1	1,00	0,75	3,00%	0,50%	1	1	1,00	0,75	3,00%	0,50%
VI.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2	2	2,00	2,00	8,00%	1,33%	1	2	1,50	1,50	6,00%	1,00%
	RESULTADO POR AÇÃO / TOTAL / MÉDIA	150				100,00%	70	61	65,5	2,23		44,50%	63	51	57	1,92		38,33%

25. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 7

QUADRO GERAL DAS PONTUAÇÕES E PERCENTUAIS POR AÇÃO

Avaliadores: Auditor/Eufrásia de Souza Melo e Coordenador Geral da Auditoria Interna/Gabriel Filipe da Silva

		REFERÊNCIAS MÁXIMAS					Resultado por Fator		
ITENS	FATORES E ITENS	Pont. Máx.	Pont. Pond. Máx.	% Pont. Pond. Máx.	% Risco por Fator máx.	% Risco Total máx.	MÉDIA PONT. POND. TOTAL	MÉDIA % RISCO DO FATOR	MÉDIA % RISCO DO TOTAL
1	Operacional	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	2,99	59,89%	9,98%
I.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,30	13,21%	2,20%
I.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,71	14,82%	2,47%
I.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,90	7,61%	1,27%
I.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	2,06	8,25%	1,38%
I.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	4,00	16,00%	2,67%
2	Financeiro	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	2,39	47,82%	7,97%
II.1.	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,95	11,79%	1,96%
II.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,04	12,14%	2,02%
II.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,74	6,96%	1,16%
II.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,55	6,21%	1,04%
II.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2,68	10,71%	1,79%
3	Governança de TI	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	2,39	47,71%	7,95%
III.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,81	11,25%	1,88%
III.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	2,81	11,25%	1,88%
III.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,66	6,64%	1,11%
III.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,61	6,43%	1,07%
III.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,04	12,14%	2,02%
4	Informação para tomada de decisões	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	2,61	52,25%	8,71%
IV.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,35	13,39%	2,23%
IV.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,48	13,93%	2,32%
IV.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,74	6,96%	1,16%
IV.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,74	6,96%	1,16%
IV.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	2,75	11,00%	1,83%
5	Recursos Humanos	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	2,72	54,32%	9,05%
V.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,44	13,75%	2,29%
V.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,21	12,86%	2,14%
V.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,79	7,18%	1,20%
V.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,63	6,54%	1,09%
V.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,50	14,00%	2,33%
6	Contexto Externo	25	5	100,00%	100,00%	16,67%	2,63	52,50%	8,75%
VI.1	Materialidade	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,26	13,04%	2,17%
VI.2	Relevância	5	6,25	25,00%	25,00%	4,17%	3,30	13,21%	2,20%
VI.3	Imagem do IFSULDEMINAS	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,74	6,96%	1,16%
VI.4	Desempenho/Gestão	5	3,75	15,00%	15,00%	2,50%	1,82	7,29%	1,21%
VI.5	Criticidade	5	5	20,00%	20,00%	3,33%	3,00	12,00%	2,00%
	RESULTADO POR AÇÃO / TOTAL / MÉDIA	150				100,00%	2,62	52,42%	52,42%

26. Ilustração: Quadro Geral das Pontuações - Parte 8

4.2. Mapas das Matrizes de Risco

Matriz de Risco - Ações Orçamentárias – LOA/2015 para o IFSULDEMINAS					
Ação	**Definição (o que será desenvolvido para alcançar o objetivo do programa orçamentário?)**	**Nível dos Riscos**			**Observação sobre a Probabilidade e o Impacto**
		%	**Características**		
20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	**80,83%**	**Crítico / Alto**	**1º**	Frequente probabilidade de risco e Altíssimo e/ou Iminente e/ou Crítico impacto.
20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	**77,83%**	**Crítico / Alto**	**2º**	Frequente probabilidade de risco e Altíssimo e/ou Iminente e/ou Crítico impacto.
2994	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	**73,92%**	**Sério / Alto**	**3º**	Provável probabilidade de risco e Alto impacto.
6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	**62,50%**	**Sério / Alto**	**4º**	Provável probabilidade de risco e Alto impacto.
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	**57,42%**	**Sério / Alto**	**5º**	Provável probabilidade de risco e Alto impacto.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais	**54,25%**	**Sério / Alto**	**6º**	Provável probabilidade de risco e Alto impacto.
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	**49,83%**	**Menor /Baixo**	**7º**	Improvável probabilidade e Médio impacto.
00OL	Contribuição e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Estado de Minas Gerais	**44,50%**	**Menor /Baixo**	**8º**	Improvável probabilidade e Médio impacto.
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes - No Estado de Minas Gerais	**43,50%**	**Menor /Baixo**	**9º**	Improvável probabilidade e Médio impacto.
2011	Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	**42,83%**	**Menor /Baixo**	**10º**	Improvável probabilidade e Médio impacto.
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	**38,83%**	**Menor /Baixo**	**11º**	Improvável probabilidade e Médio impacto.
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	**38,33%**	**Menor /Baixo**	**12º**	Improvável probabilidade e Médio impacto.
2012	Auxílio-Alimentação aso Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	**35,83%**	**Menor /Baixo**	**13º**	Improvável probabilidade e Médio impacto.
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	**33,42%**	**Menor /Baixo**	**14º**	Improvável probabilidade e Médio impacto.

26. Tabela: Matriz de Risco - Ações Orçamentárias do IFSULDEMINAS

Matriz de Risco – Natureza de Risco / Áreas					
Natureza de Risco	**Item de risco**	**Nível de risco**			**Observação sobre a Probabilidade e o Impacto**
		%	**Característica**		
Operacional		**59,89%**	**Alto**	**1º**	Provável probabilidade de risco e Alto impacto.
	Materialidade	13,21%			
	Relevância	14,82%			
	Imagem do IFSULDEMINAS	7,61%			
	Desempenho / Gestão	8,25%			
	Criticidade	16,00%			
Recursos Humanos		**54,32%**	**Alto**	**2º**	Provável probabilidade de risco e Alto impacto.
	Materialidade	13,75%			
	Relevância	12,86%			
	Imagem do IFSULDEMINAS	7,18%			
	Desempenho / Gestão	6,54%			
	Criticidade	14,00%			
Contexto Externo		**52,50%**	**Alto**	**3º**	Provável probabilidade de risco e Alto impacto.
	Materialidade	13,04%			
	Relevância	13,21%			
	Imagem do IFSULDEMINAS	6,96%			
	Desempenho / Gestão	7,29%			
	Criticidade	12,00%			
Informação para tomada de decisões		**52,25%**	**Alto**	**4º**	Provável probabilidade de risco e Alto impacto.
	Materialidade	13,39%			
	Relevância	13,93%			
	Imagem do IFSULDEMINAS	6,96%			
	Desempenho / Gestão	6,96%			
	Criticidade	11,00%			
Financeiro		**47,82%**	**Baixo**	**5º**	Improvável probabilidade e Médio impacto.
	Materialidade	11,79%			
	Relevância	12,14%			
	Imagem do IFSULDEMINAS	6,96%			
	Desempenho / Gestão	6,21%			
	Criticidade	10,71%			
Governança de TI		**47,71%**	**Baixo**	**6º**	Improvável probabilidade e Médio impacto
	Materialidade	11,25%			
	Relevância	11,25%			
	Imagem do IFSULDEMINAS	6,64%			
	Desempenho / Gestão	6,43%			
	Criticidade	12,14%			

27. Tabela: Matriz de Risco por Natureza de Risco na execução das Ações Orçamentárias

Matriz de Risco – Itens da Natureza de Risco / Áreas				
Item de Risco	**Fator de Risco**	**Nível de Risco**	**Pontuação Máx.**	**% sobre a Pontuação máx.**
Criticidade	média	**3,16**	**5**	**63,20%**
	Operacional	4,00		
	Financeiro	2,68		
	Governança de TI	3,04		
	Inf. para tom. decisão	2,75		
	Recursos Humanos	3,50		
	Contexto Externo	3,00		
Relevância	média	**3,26**	**6,25**	**52,16%**
	Operacional	3,71		
	Financeiro	3,04		
	Governança de TI	2,81		
	Inf. para tom. decisão	3,48		
	Recursos Humanos	3,21		
	Contexto Externo	3,30		
Materialidade	média	**3,18**	**6,25**	**50,88%**
	Operacional	3,30		
	Financeiro	2,95		
	Governança de TI	2,81		
	Inf. para tom. decisão	3,35		
	Recursos Humanos	3,44		
	Contexto Externo	3,26		
Imagem do IFSULDEMINAS	média	**1,76**	**3,75**	**46,93%**
	Operacional	1,90		
	Financeiro	1,74		
	Governança de TI	1,66		
	Inf. para tom. decisão	1,74		
	Recursos Humanos	1,79		
	Contexto Externo	1,74		
Desempenho / Gestão	média	**1,74**	**3,75**	**46,40%**
	Operacional	2,06		
	Financeiro	1,55		
	Governança de TI	1,61		
	Inf. para tom. decisão	1,74		
	Recursos Humanos	1,63		
	Contexto Externo	1,82		

28. Tabela: Matriz de Risco por Item na Natureza de Risco

Análise Comparativa de Risco por Ação Orçamentária – Quadro Sintético			
Ação	**Avaliador I**	**Avaliador II**	**Média**
20RL	81,17%	80,50%	80,84%
20RG	77,33%	78,33%	77,83%
2994	76,83%	71,00%	73,92%
6380	68,00%	57,00%	62,50%
20TP	64,33%	50,50%	57,42%
4572	52,00%	56,50%	54,25%
0181	54,67%	45,00%	49,84%
00OL	48,17%	40,83%	44,50%
2004	55,67%	31,33%	43,50%
2011	44,33%	41,33%	42,83%
09HB	37,67%	40,00%	38,84%
00M1	42,67%	34,00%	38,34%
2012	45,83%	25,83%	35,83%
2010	35,67%	31,17%	33,42%

29. Tabela: Comparação dos resultados das avaliações_ Ações Orçamentárias – Quadro Sintético

Análise Comparativa de Risco por Natureza/Fator – Quadro Sintético			
Natureza de Risco	**Avaliador I**	**Avaliador II**	**Média**
Operacional	64,14%	55,64%	59,89%
Recursos Humanos	60,07%	48,57%	54,32%
Contexto Externo	50,86%	54,14%	52,50%
Inf. para tom. decisão	58,43%	46,07%	52,25%
Financeiro	49,21%	46,43%	47,82%
Governança de TI	53,43%	42,00%	47,72%

30. Tabela: Comparação dos resultados das avaliações_Natureza de Risco – Quadro Sintético

Análise Comparativa das Ações Orçamentárias do IFSULDEMINAS pelo Fator de Risco – Quadro Analítico															
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
	Natureza Risco	**20TP**	**20RL**	**20RG**	**0181**	**09HB**	**2994**	**2012**	**2004**	**4572**	**6380**	**2010**	**2011**	**00OL**	**00M1**
1	**Operacional**	**63,00%**	**85,50%**	**80,00%**	**59,50%**	**47,00%**	**90,50%**	**48,00%**	**57,50%**	**60,50%**	**67,00%**	**37,50%**	**56,50%**	**39,50%**	**46,50%**
2	Materialidade	17,50%	25,00%	15,00%	15,00%	12,50%	22,50%	10,00%	12,50%	10,00%	15,00%	5,00%	5,00%	10,00%	10,00%
3	Relevância	17,50%	22,50%	25,00%	15,00%	10,00%	22,50%	10,00%	10,00%	15,00%	20,00%	5,00%	15,00%	12,50%	7,50%
4	Imagem	7,50%	12,00%	10,50%	6,00%	4,50%	12,00%	4,50%	7,50%	9,00%	9,00%	3,00%	9,00%	6,00%	6,00%
5	Desempenho/Gestão	10,50%	12,00%	13,50%	7,50%	6,00%	13,50%	7,50%	7,50%	10,50%	9,00%	4,50%	7,50%	3,00%	3,00%
6	Criticidade	10,00%	14,00%	16,00%	16,00%	14,00%	20,00%	16,00%	20,00%	16,00%	14,00%	20,00%	20,00%	8,00%	20,00%
7	**Financeiro**	**41,50%**	**85,00%**	**86,50%**	**43,00%**	**30,00%**	**72,50%**	**23,50%**	**37,50%**	**51,00%**	**62,50%**	**26,00%**	**32,00%**	**41,50%**	**37,00%**
8	Materialidade	15,00%	22,50%	25,00%	10,00%	7,50%	17,50%	5,00%	10,00%	10,00%	12,50%	5,00%	5,00%	12,50%	7,50%
9	Relevância	7,50%	22,50%	25,00%	12,50%	5,00%	20,00%	5,00%	10,00%	12,50%	15,00%	5,00%	7,50%	10,00%	12,50%
10	Imagem	6,00%	12,00%	10,50%	4,50%	4,50%	10,50%	4,50%	6,00%	9,00%	10,50%	3,00%	4,50%	6,00%	6,00%
11	Desempenho/Gestão	3,00%	12,00%	12,00%	6,00%	3,00%	10,50%	3,00%	7,50%	7,50%	10,50%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
12	Criticidade	10,00%	16,00%	14,00%	10,00%	10,00%	14,00%	6,00%	4,00%	12,00%	14,00%	10,00%	12,00%	10,00%	8,00%
13	**Governança de TI**	**51,00%**	**73,50%**	**67,00%**	**48,50%**	**45,00%**	**60,50%**	**30,50%**	**37,50%**	**43,50%**	**60,00%**	**32,00%**	**32,50%**	**49,50%**	**37,00%**
14	Materialidade	15,00%	17,50%	20,00%	12,50%	12,50%	15,00%	7,50%	7,50%	10,00%	12,50%	5,00%	7,50%	7,50%	7,50%
15	Relevância	7,50%	22,50%	12,50%	12,50%	10,00%	15,00%	7,50%	7,50%	10,00%	17,50%	7,50%	10,00%	10,00%	7,50%
16	Imagem	9,00%	9,00%	7,50%	6,00%	6,00%	9,00%	4,50%	6,00%	6,00%	9,00%	4,50%	4,50%	6,00%	6,00%
17	Desempenho/Gestão	7,50%	10,50%	9,00%	7,50%	4,50%	7,50%	3,00%	4,50%	7,50%	9,00%	3,00%	4,50%	6,00%	6,00%
18	Criticidade	12,00%	14,00%	18,00%	10,00%	12,00%	14,00%	8,00%	12,00%	10,00%	12,00%	12,00%	6,00%	20,00%	10,00%
19	**Inform. decisões**	**60,50%**	**82,00%**	**79,50%**	**52,50%**	**34,50%**	**74,00%**	**39,50%**	**43,50%**	**58,00%**	**58,50%**	**32,00%**	**44,00%**	**42,50%**	**30,50%**
20	Materialidade	22,50%	17,50%	20,00%	17,50%	7,50%	20,00%	10,00%	10,00%	15,00%	15,00%	5,00%	7,50%	12,50%	7,50%
21	Relevância	17,50%	22,50%	22,50%	12,50%	10,00%	20,00%	12,50%	10,00%	15,00%	15,00%	7,50%	12,50%	10,00%	7,50%
22	Imagem	3,00%	12,00%	9,00%	7,50%	4,50%	12,00%	6,00%	6,00%	9,00%	9,00%	4,50%	6,00%	6,00%	3,00%
23	Desempenho/Gestão	7,50%	12,00%	12,00%	3,00%	4,50%	12,00%	3,00%	7,50%	9,00%	7,50%	3,00%	6,00%	6,00%	4,50%
24	Criticidade	10,00%	18,00%	16,00%	12,00%	8,00%	10,00%	8,00%	10,00%	10,00%	12,00%	12,00%	12,00%	8,00%	8,00%
25	**Recursos Humanos**	**63,00%**	**76,50%**	**76,50%**	**47,00%**	**41,00%**	**76,00%**	**34,00%**	**38,00%**	**54,00%**	**64,00%**	**32,50%**	**54,50%**	**54,50%**	**49,00%**
26	Materialidade	17,50%	22,50%	22,50%	12,50%	10,00%	20,00%	7,50%	10,00%	12,50%	17,50%	7,50%	10,00%	12,50%	10,00%
27	Relevância	15,00%	17,50%	22,50%	12,50%	7,50%	17,50%	10,00%	10,00%	12,50%	15,00%	7,50%	12,50%	10,00%	10,00%
28	Imagem	7,50%	12,00%	7,50%	9,00%	4,50%	12,00%	6,00%	6,00%	7,50%	7,50%	4,50%	6,00%	6,00%	4,50%
29	Desempenho/Gestão	9,00%	10,50%	6,00%	3,00%	3,00%	10,50%	4,50%	6,00%	7,50%	12,00%	3,00%	6,00%	6,00%	4,50%
30	Criticidade	14,00%	14,00%	18,00%	10,00%	16,00%	16,00%	6,00%	6,00%	14,00%	12,00%	10,00%	20,00%	20,00%	20,00%
31	**Contexto Externo**	**65,50%**	**82,50%**	**77,50%**	**48,50%**	**35,50%**	**70,00%**	**39,50%**	**47,00%**	**58,50%**	**63,00%**	**40,50%**	**37,50%**	**39,50%**	**30,00%**
32	Materialidade	20,00%	17,50%	22,50%	12,50%	10,00%	22,50%	7,50%	7,50%	15,00%	15,00%	5,00%	7,50%	12,50%	7,50%
33	Relevância	22,50%	20,00%	22,50%	12,50%	10,00%	20,00%	7,50%	7,50%	12,50%	17,50%	5,00%	10,00%	10,00%	7,50%
34	Imagem	7,50%	12,00%	12,00%	6,00%	3,00%	10,50%	4,50%	4,50%	7,50%	7,50%	4,50%	6,00%	6,00%	6,00%
35	Desempenho/Gestão	7,50%	15,00%	10,50%	7,50%	4,50%	9,00%	6,00%	7,50%	7,50%	9,00%	6,00%	6,00%	3,00%	3,00%
36	Criticidade	8,00%	18,00%	10,00%	10,00%	8,00%	8,00%	14,00%	20,00%	16,00%	14,00%	20,00%	8,00%	8,00%	6,00%

31. Tabela: Comparação dos resultados das avaliações_ Ações Orçamentárias – Quadro Analítico

Análise Comparativa das Ações Orçamentárias do IFSULDEMINAS pelo Fator de Risco – Quadro Sintético																
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	P
	Natureza Risco	**20TP**	**20RL**	**20RG**	**0181**	**09HB**	**2994**	**2012**	**2004**	**4572**	**6380**	**2010**	**2011**	**00OL**	**00M1**	**Média**
1	**Operacional**	63,00%	85,50%	80,00%	59,50%	47,00%	90,50%	48,00%	57,50%	60,50%	67,00%	37,50%	56,50%	39,50%	46,50%	**59,89%**
2	**Financeiro**	41,50%	85,00%	86,50%	43,00%	30,00%	72,50%	23,50%	37,50%	51,00%	62,50%	26,00%	32,00%	41,50%	37,00%	**47,82%**
3	**Governança de TI**	51,00%	73,50%	67,00%	48,50%	45,00%	60,50%	30,50%	37,50%	43,50%	60,00%	32,00%	32,50%	49,50%	37,00%	**47,71%**
4	**Inform. decisões**	60,50%	82,00%	79,50%	52,50%	34,50%	74,00%	39,50%	43,50%	58,00%	58,50%	32,00%	44,00%	42,50%	30,50%	**52,25%**
5	**Recursos Humanos**	63,00%	76,50%	76,50%	47,00%	41,00%	76,00%	34,00%	38,00%	54,00%	64,00%	32,50%	54,50%	54,50%	49,00%	**54,32%**
6	**Contexto Externo**	65,50%	82,50%	77,50%	48,50%	35,50%	70,00%	39,50%	47,00%	58,50%	63,00%	40,50%	37,50%	39,50%	30,00%	**52,50%**
7	**Média de Ação**	**57,42%**	**80,83%**	**77,83%**	**49,83%**	**38,83%**	**73,92%**	**35,83%**	**43,50%**	**54,25%**	**62,50%**	**33,42%**	**42,83%**	**44,50%**	**38,33%**	

32. Tabela: Comparação dos resultados das avaliações _ Ações Orçamentárias - Quadro Sintético

5. CONCLUSÃO

5.1. Ações Orçamentárias suscetíveis à inclusão no planejamento de auditoria

Os resultados das avaliações realizadas pelos auditores demonstraram que das quatorze Ações Orçamentárias avaliadas, a 20RL obteve a maior pontuação (80,83%), ver coluna B da tabela 32. Isso a classificada com nível de risco de CRÍTICO / ALTO, com FREQUENTE probabilidade ocorrência e com ALTÍSSIMO E/OU IMINENTE E/OU CRÍTICO impacto ou seja, altíssima consequência de materialização.

% RISCO PELA NATUREZA DE RISCO			
		A	B
	Natureza Risco	Pontos Máximos	Pontos Obtidos
1	**Operacional**	**100,00%**	**85,50%**
2	Materialidade	25,00%	25,00%
3	Relevância	25,00%	22,50%
4	Imagem	15,00%	12,00%
5	Desempenho /Gestão	15,00%	12,00%
6	Criticidade	20,00%	14,00%
7	**Financeiro**	**100,00%**	**85,00%**
8	Materialidade	25,00%	22,50%
9	Relevância	25,00%	22,50%
10	Imagem	15,00%	12,00%
11	Desempenho /Gestão	15,00%	12,00%
12	Criticidade	20,00%	16,00%
13	**Governança de TI**	**100,00%**	**73,50%**
14	Materialidade	25,00%	17,50%
15	Relevância	25,00%	22,50%
16	Imagem	15,00%	9,00%
17	Desempenho /Gestão	15,00%	10,50%
18	Criticidade	20,00%	14,00%
19	**Inform. p. tom. decisão**	**100,00%**	**82,00%**
20	Materialidade	25,00%	17,50%
21	Relevância	25,00%	22,50%
22	Imagem	15,00%	12,00%
23	Desempenho/Gestão	15,00%	12,00%
24	Criticidade	20,00%	18,00%
25	**Recursos Humanos**	**100,00%**	**76,50%**
26	Materialidade	25,00%	22,50%
27	Relevância	25,00%	17,50%
28	Imagem	15,00%	12,00%
29	Desempenho /Gestão	15,00%	10,50%
30	Criticidade	20,00%	14,00%
31	**Contexto Externo**	**100,00%**	**82,50%**
32	Materialidade	25,00%	17,50%
33	Relevância	25,00%	20,00%
34	Imagem	15,00%	12,00%
35	Desempenho /Gestão	15,00%	15,00%
36	Criticidade	20,00%	18,00%
	Média	**100,00%**	**80,83%**

27. Ilustração: Níveis de Risco da Ação 20RL

Os critérios que levaram a Ação 20RL a adquirir tal pontuação:

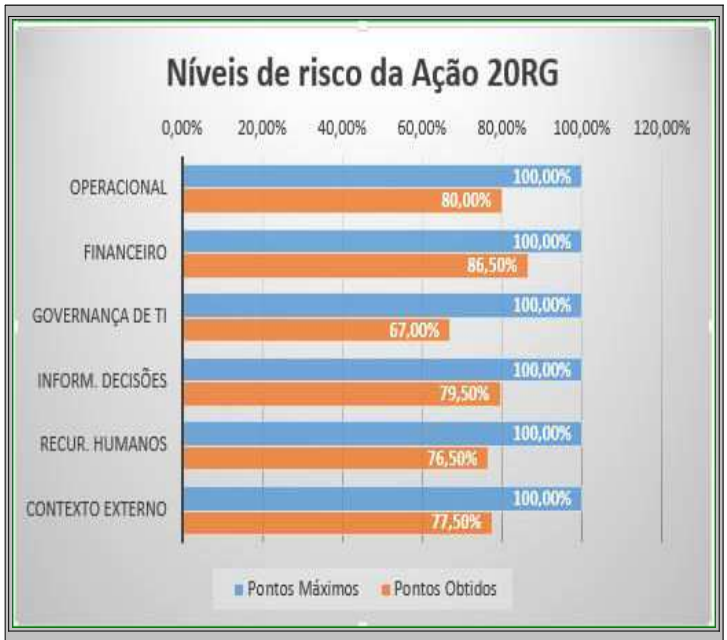
	Referência	Critérios de risco	% Pontos Máx.	% Pontos obtidos
1	20RL/I – 1.C	**Número relativo de operações:** Na execução de 2014 do IFSULDEMINAS foram emitidos aproximadamente 6.438 Notas de Empenhos, entre Empenhos Emitidos, Reforços e Anulações. Desses aproximadamente 3.926 são empenhos originais e com base no número dos empenhos originais cerca de 68% deles são vinculados à Ação 20RL.	25,00%	**25,00%**
2	20RL/I – 2.D	**Evidência interna de problemas:** Alto percentual de atividades operacionais administrativas (68% / nº relativo de operações), gera alta frequência dessa Ação nas trilhas de auditoria interna e externa e frequente identificação de deficiências do controle interno.	25,00%	**22,50%**
3	20RL/I – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Portal da Transparência no governo federal e Acesso a Informação.	15,00%	**12,00%**
4	20RL/I – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Mudanças operacionais geradas a partir da implantação do planejamento da nova direção (jul/2014 a abril/15).	15,00%	**12,00%**
5	20RL/I – 5.H	**Legislação:** Dificuldade da implantação da Normativa de Compras, Resolução nº 43/2012, nos Câmpus Inconfidentes, Machado e Muzambinho. (RAINT2014)	20,00%	**14,00%**
6	20RL/II – 1.A	**Comprometimento de capitais:** 26,44% do orçamento global (R$ 58.492.053,00), considerado como Muito Alta Materialidade.	25,00%	**22,50%**
7	20RL/II – 2.E	**Evidência externa de problemas:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.	25,00%	**22,50%**
8	20RL/II – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicação interna perante os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.	15,00%	**12,00%**
9	20RL/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.	15,00%	**12,00%**
10	20RL/II – 5.B	**Evidência de problemas:** Alto percentual de atividades operacionais administrativas (68%- materialidade), gera alta frequência dessa Ação nas trilhas de auditoria interna e externa e frequente identificação de deficiências do controle interno. Ver tabela 14 para escolha da pontuação (quanto maior a falha, maior a pontuação).	20,00%	**16,00%**
11	20RL/III – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Segundo informações constante no Relatório de Gestão exercício 2014 os gastos com TI somaram R$ 6.094.090,00, na escala da classificação da materialidade este valor considerado como Média Materialidade perante o orçamento global, porém perante ao valor orçamentário da Ação 20RL, ele se classifica como Alta Materialidade.	25,00%	**17,50%**
12	20RL/III – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Vinculação entre as Diretorias, além das vinculações internas de cada Diretoria nos trâmites dos processos. (rotina dos atos oficiais administrativos).	25,00%	**22,50%**
13	20RL/III – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).	15,00%	**9,00%**
14	20RL/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).	15,00%	**10,50%**
15	20RL/III – 5.B	**Evidência de problemas:** Dificuldade para otimizar ações operacionais suscetíveis ao uso de tecnologia, considerando a utilização/operacional do	20,00%	**14,00%**

	Referência	Critérios de risco	% Pontos Máx.	% Pontos obtidos
		sistema até a implantação do recurso. (RAINT2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.		
16	20RL/IV – 1.A	**Comprometimento de capitais:** A execução desta Ação equivale a mais 50% dos gastos relacionados aos grupos 3 (odc / custeio) e 4 (investimento) de toda Instituição, segundo levantamento de dados do siafi_2014.	25,00%	**17,50%**
17	20RL/IV – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Atividade orçamentária base para a continuidade da execução da finalidade da Instituição, à nível de decisão, consequentemente fundamental para o desenvolvimento, a manutenção e a gestão da toda a máquina.	25,00%	**22,50%**
18	20RL/IV – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).	15,00%	**12,00%**
19	20RL/IV – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.	15,00%	**12,00%**
20	20RL/IV – 5.D	**Segurança da informação transitada em rede:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.	20,00%	**18,00%**
21	20RL/V – 1.D	**Evidência interna de problemas:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.	25,00%	**22,50%**
22	20RL/V – 2.C	**Contingências (algo que pode acontecer):** Atividade orçamentária base para a continuidade da execução da finalidade da Instituição, à nível de decisão, consequentemente fundamental para o desenvolvimento, a manutenção e a gestão da toda a máquina.	25,00%	**17,50%**
23	20RL/V – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.	15,00%	**12,00%**
24	20RL/V – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Mudanças operacionais geradas a partir da implantação do planejamento da nova direção (jul/2014 a abril/15).	15,00%	**10,50%**
25	20RL/V – 5.B	**Evidência de problemas:** Dificuldade para otimizar ações operacionais suscetíveis ao uso de tecnologia, considerando a utilização/operacional do sistema até a implantação do recurso. (RAINT/2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.	20,00%	**14,00%**
26	20RL/VI – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Eventos relacionados aos fornecedores e aos contratados, como atraso na entrega de mercadoria, atraso na prestação de serviço, inexecução contratual.	25,00%	**17,50%**
27	20RL/VI – 2.E	**Evidência externa de problemas:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.	25,00%	**20,00%**
28	20RL/VI – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).	15,00%	**12,00%**
29	20RL/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.	15,00%	**15,00%**
30	20RL/VI – 5.H	**Legislação:** Limitações legais decorrentes do Ajuste Fiscal do Governo Federal.	20,00%	**18,00%**
		Média	**100,00%**	**80,83%**

33. Tabela: Critérios de Risco_ 20RL

Em segundo lugar, com alto nível de risco, está a Ação Orçamentária 20RG, com pontuação de 77,83%, coluna C da tabela 32 e também com nível de risco de CRÍTICO / ALTO, com FREQUENTE probabilidade ocorrência e com ALTÍSSIMO E/OU IMINENTE E/OU CRÍTICO impacto ou seja, altíssima consequência de materialização.

% DO RISCO PELA NATUREZA		
	A	B
Natureza Risco	**Pontos Máximos**	**Pontos Obtidos**
Operacional	**100,00%**	**80,00%**
Materialidade	25,00%	15,00%
Relevância	25,00%	25,00%
Imagem	15,00%	10,50%
Desempenho /Gestão	15,00%	13,50%
Criticidade	20,00%	16,00%
Financeiro	**100,00%**	**86,50%**
Materialidade	25,00%	25,00%
Relevância	25,00%	25,00%
Imagem	15,00%	10,50%
Desempenho /Gestão	15,00%	12,00%
Criticidade	20,00%	14,00%
Governança de TI	**100,00%**	**67,00%**
Materialidade	25,00%	20,00%
Relevância	25,00%	12,50%
Imagem	15,00%	7,50%
Desempenho/Gestão	15,00%	9,00%
Criticidade	20,00%	18,00%
Inform. decisões	**100,00%**	**79,50%**
Materialidade	25,00%	20,00%
Relevância	25,00%	22,50%
Imagem	15,00%	9,00%
Desempenho/Gestão	15,00%	12,00%
Criticidade	20,00%	16,00%
Recursos. Humanos	**100,00%**	**76,50%**
Materialidade	25,00%	22,50%
Relevância	25,00%	22,50%
Imagem	15,00%	7,50%
Desempenho/Gestão	15,00%	6,00%
Criticidade	20,00%	18,00%
Contexto Externo	**100,00%**	**77,50%**
Materialidade	25,00%	22,50%
Relevância	25,00%	22,50%
Imagem	15,00%	12,00%
Desempenho/Gestão	15,00%	10,50%
Criticidade	20,00%	10,00%
Média	**100%**	**77,83%**



28. Ilustração: Níveis de risco da Ação 20RG

A seguir os critérios de risco da avaliação da Ação 20RG:

	Referência	Critérios de risco	% Pontos Máx.	% Pontos obtidos
1	20RG/I – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Em 2014, foi bloqueado pela SOF, 71% do valor previsto na LOA/2014. Diante da crise econômica, alta probabilidade de bloqueio em 2015.	25,00%	**15,00%**
2	20RG/I – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Crédito de 100% para Investimentos.	25,00%	**25,00%**
3	20RG/I – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** A LOA/2015 considera como meta a viabilização de 10 projetos.	15,00%	**10,50%**
4	20RG/I – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** A LOA/2015 considera como meta a viabilização de 10 projetos.	15,00%	**13,50%**
5	20RG/I – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo de >12 meses a 18 meses (RAINT2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.	20,00%	**16,00%**
6	20RG/II – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Em 2014, foi bloqueado pela SOF, 71% do valor previsto na LOA/2014. Diante da crise econômica, alta probabilidade de bloqueio em 2015.	25,00%	**25,00%**
7	20RG/II – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Alta probabilidade dos créditos serem executados em Obras e Instalações, com base nos indicadores de 2014 cerca de 82% (aprox. R$ 5.404.341,00) dos créditos liberados foram executados em Obras e Instalações.	25,00%	**25,00%**
8	20RG/II – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Comunicação interna perante os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.	15,00%	**10,50%**
9	20RG/II – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.	15,00%	**12,00%**
10	20RG/II – 5.A	**Interstício entre a última auditoria realizada e o momento atual:** Lapso de tempo de >12 meses a 18 meses (RAINT2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.	20,00%	**14,00%**
11	20RG/III – 1.A	**Comprometimento de capitais:** Segundo os dados da execução de 2014, existe uma alta probabilidade de se gastar parte desses créditos com Equipamentos de processamento de dados.	25,00%	**20,00%**
12	20RG/III – 2.E	**Evidência externa de problemas:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.	25,00%	**12,50%**
13	20RG/III – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.	15,00%	**7,50%**
14	20RG/III – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos).	15,00%	**9,00%**
15	20RG/III – 5.B	**Evidência de problemas:** Dificuldade para otimizar ações operacionais suscetíveis ao uso de tecnologia, considerando a utilização/operacional do sistema até a implantação do recurso. (RAINT2014), ver tabela 14 para escolha da pontuação.	20,00%	**18,00%**
16	20RG/IV – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Em 2014, foi bloqueado pela SOF, 71% do valor previsto na LOA/2014. Diante da crise econômica, alta probabilidade de bloqueio em 2015.	25,00%	**20,00%**

	Referência	Critérios de risco	% Pontos Máx.	% Pontos obtidos
17	20RG/IV – 2.D	**Evidência interna de problemas:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.	25,00%	**22,50%**
18	20RG/IV – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.	15,00%	**9,00%**
19	20RG/IV – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.	15,00%	**12,00%**
20	20RG/IV – 5.D	**Segurança da informação transitada em rede:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.	20,00%	**16,00%**
21	20RG/V – 1.D	**Evidência interna de problemas:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.	25,00%	**22,50%**
22	20RG/V – 2.D	**Evidência interna de problemas:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.	25,00%	**22,50%**
23	20RG/V – 3.C	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Prestação de Contas Anual - Relatório de Gestão.	15,00%	**7,50%**
24	20RG/V – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS.	15,00%	**6,00%**
25	20RG/V – 5.F	**Documentação dos sistemas informatizados:** Fragilidade encontrada nas comunicações e Informações oficiais originárias dos trâmites processuais. (rotina dos atos oficiais administrativos). RAINT/2014.	20,00%	**18,00%**
26	20RG/VI – 1.E	**Evidência externa de problemas:** Em 2014, foi bloqueado pela SOF, 71% do valor previsto na LOA/2014. Diante da crise econômica, alta probabilidade de bloqueio em 2015.	25,00%	**22,50%**
27	20RG/VI – 2.A	**Vinculação às atividades relevantes:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS, perante o planejamento das outras Ações Orçamentárias, principalmente a 20RL.	25,00%	**22,50%**
28	20RG/VI – 3.B	**Veiculação de informações para fora da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS, perante os parceiros estratégicos e políticos.	15,00%	**12,00%**
29	20RG/VI – 4.A	**Realização dos objetivos da entidade:** Os impactos do Ajuste Fiscal do Governo Federal, atraso de recursos, possíveis cortes no orçamento do IFSULDEMINAS, perante o planejamento das outras Ações Orçamentárias, principalmente a 20RL.	15,00%	**10,50%**
30	20RG/VI – 5.H	**Legislação:** Limitações legais decorrentes do Ajuste Fiscal do Governo Federal.	20,00%	**10,00%**
		Média	**100,00%**	**77,83%**

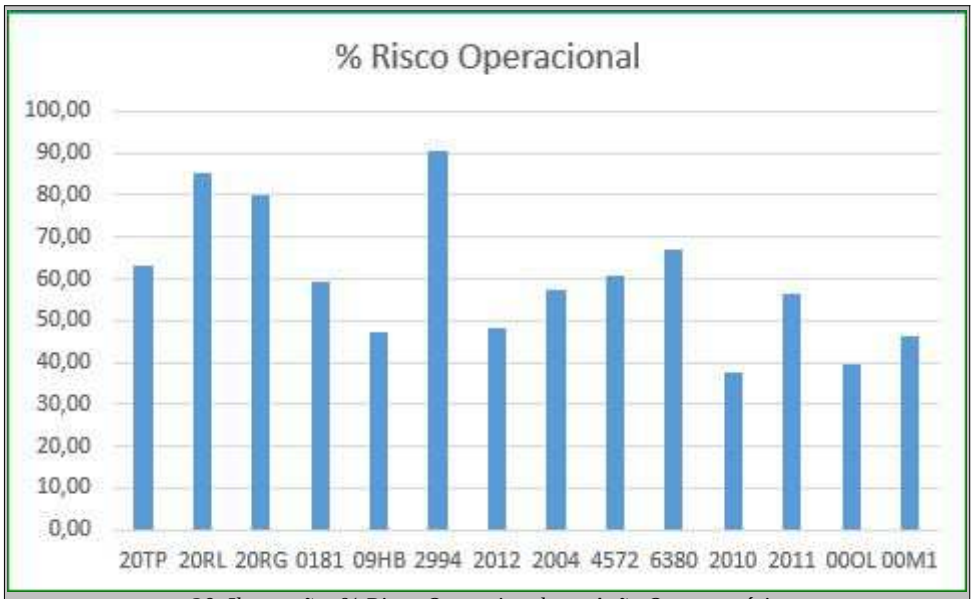
34. Tabela: Critério de Risco _ 20RG

Torna-se importante salientar que o Risco Financeiro da Ação 20RG superou o mesmo risco na Ação 20RL, 86,50% (20RG) contra 85,00 (20RL), colunas B e C e linha 2 da tabela 32. Isto ficou evidenciado pelos indicadores Materialidade e Relevância da 20RG, coluna C e linhas 8 e 9 da tabela 32, que obtiveram notas máximas (25,00%).

29. Ilustração: % Risco Financeiro por Ação Orçamentária

Na terceira colocação está a Ação Orçamentária 2994, com 73,92%, coluna F da tabela 32, nesta pontuação o nível de risco se caracteriza como SÉRIO/ ALTO, com PROVÁVEL probabilidade de ocorrência e ALTO impacto ou consequência de materialização.

Na avaliação do risco desta Ação, o Risco Operacional obteve a maior pontuação (90,50%) coluna F e linha 1 da tabela 32, o que torna a Natureza Operacional desta Ação (2994) suscetível à inclusão no planejamento de auditoria.



30. Ilustração: % Risco Operacional por Ação Orçamentária

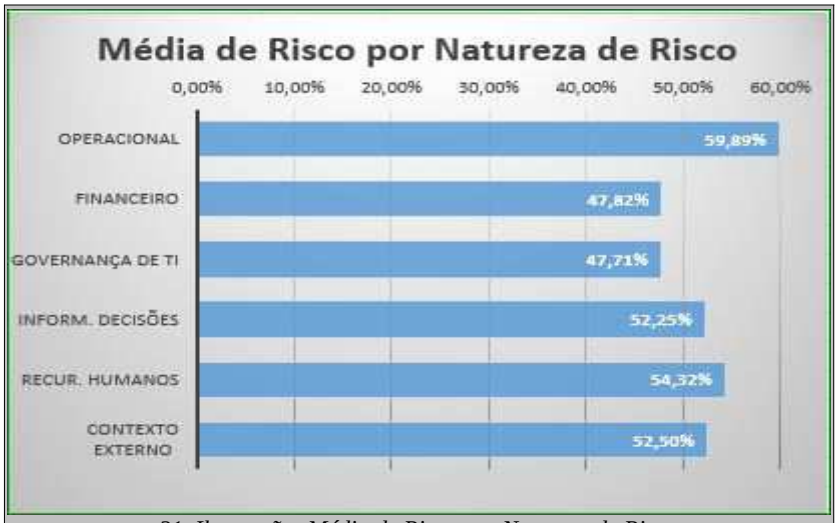
A tabela 35, evidencia os critérios de risco que geraram a pontuação de 90,50% do Fator de Risco Operacional da Ação 2994.

	Referência	Critérios de risco	% Pontos Máx.	% Pontos obtidos
1	2994/I – 1.C	**Número relativo de operações:** Na execução de 2014, a Ação orçamentária 2994 é a segunda maior no número de procedimentos, pois dos 3.926 empenhos originais emitidos, 364 empenhos (cerca de 9,27%) estão relacionados a essa Ação, e ainda sem considerar os empenhos de reforços e os empenhos de anulações.	25,00%	**22,50%**
2	2994/I – 2.B	**Atendimento às exigências legais:** Ação Orçamentária com objetivo específico (Assistência ao Discente), porém sua execução envolve diversas Naturezas de Despesas, que envolve todo o rol das despesas de custeio e todo o rol das despesas de investimento. É fundamental para a conformidade dessa Ação as justificativas e os motivos dispostos nos documentos a ela relacionados, tanto os documentos processuais, quanto os virtuais.	25,00%	**22,50%**
3	2994/I – 3.D	**Comprometimento da imagem interna da entidade:** Equanimidade no processo de seleção dos discentes bolsistas beneficiários.	15,00%	**12,00%**
4	2994/I – 4.B	**Consistência de dados gerados em estatísticas/mapas/informações divulgadas pela entidade:** Metas definidas no PDI 2014/2018, na política institucional de Atendimento ao Discente.	15,00%	**13,50%**
5	2994/I – 5.B	**Evidência de problemas:** No exercício de 2014, a conta contábil 292110000 - Crédito Disponível, encerrou com um saldo de R$ 2.279.773,00 relacionado a essa Ação (valor não executado), cerca de 20% do valor total destinado a essa Ação na LOA/2014, ou seja, encerrou-se o exercício com 80% de sua meta executada.	20,00%	**20,00%**
		Soma	**100,00%**	**90,50%**

35. Tabela: Critério de Risco Operacionais_ 2994

5.2. Áreas prioritárias suscetíveis à inclusão no planejamento de auditoria

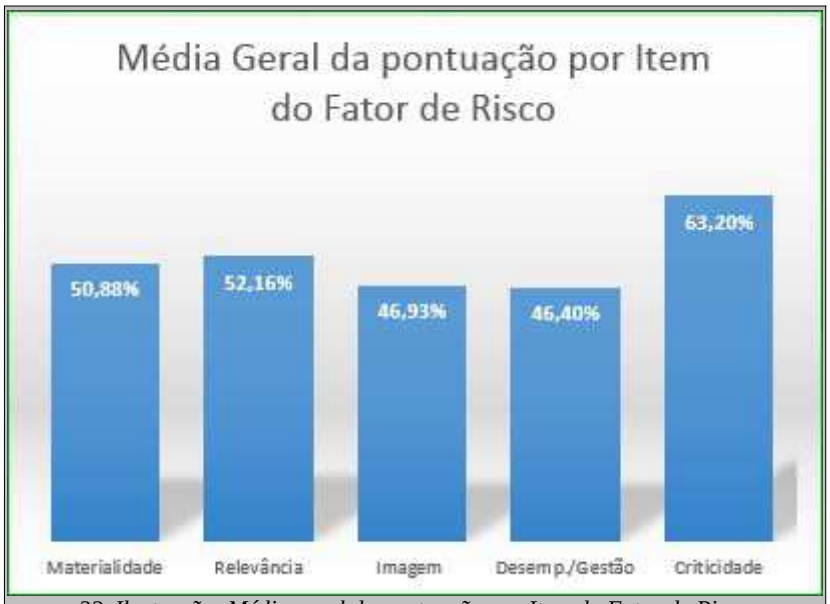
No geral a Matriz de Risco por Natureza de Risco ficou da seguinte forma: a Natureza de Risco Operacional (1ª posição, com 59,89%), Recursos Humanos (2ª posição, com 54,32%), Contexto Externo (3ª posição, com 52,50%) e a Informação para tomada de decisão (4ª posição, com 52,25%), como evidenciado houve pouco distanciamento nas pontuações. Este riscos são caracterizado como ALTO e SÉRIO nível de risco e com PROVÁVEL probabilidade de ocorrência e ALTO impacto ou ALTA consequência de materialização.



31. Ilustração: Média de Risco por Natureza de Risco

Com relação ao resultado por Item das Naturezas de Riscos a situação ficou o seguinte: Criticidade (na 1ª posição, com 63,20%), Relevância (na 2ª posição, com 52,16%), e Materialidade (na 3ª posição, com 50,88%), ver tabela 28.

É importante salientar que na classificação por Item, foi considerado o peso de cada Item do Fator de Risco, como demonstrado na tabela 28.



32. Ilustração: Média geral da pontuação por Item do Fator de Risco

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 31000:2009. Gestão de riscos: princípios e diretrizes. 2009.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. < Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >Acesso em: 19/junho/2015.

- _____.Controladoria-geral da União. Workshop sobre os resultados das Trilhas de Auditoria Pessoal. Melhoria da qualidade dos gastos com a folha de pagamento no âmbito do SIAPE. Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/2012/workshop-sobre-os-resultados-das-trilhas-de-auditoria-de-pessoal/arquivos/siape-melhoria-qualidade-gastos.ppt. >. Acesso em: 16/junho/2015.

- _____.Decreto nº 977, de 10 de setembro de 1993. Dispõe sobre a assistência pré-escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0977.htm >.

- _____. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. < Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm >. Acesso em: 09/03/2015.

- _____.Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001. Regulamenta o art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, que dispõe sobre o auxílio-alimentação destinado aos servidores civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3887.htm >. Acesso em 18/junho/2015.

- _____.Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm >. Acesso em 19/junho/2015.

- _____.Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm >. Acesso em 19/junho/2015.

- _____.Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e altera o Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7311.htm >. Acesso em 16/junho/2015.

- _____.Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7312.htm >. Acesso em: 16/junho/2015.

- _____.Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9613.htm >. Acesso em: 19/junho/2015.
- _____. Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm >. Acesso em 11/junho/2015.
- _____.Lei Nº 8.460, de 17 de setembro de 1992. Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8460consol.htm >. Acesso em: 18/junho/2015.
- _____.Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm > . Acesso em: 19/junho/2015.
- _____. Lei Nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997. Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9527.htm >. Aceso em 18/junho/2015.
- _____.Lei Nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.887.htm >. Acesso em: 19/junho/2015.
- _____.Lei Nº 11.091, de 12 janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm >. Acesso em 16/junho/2015.
- _____. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm >. Acesso em 02/junho/2015.
- _____. Lei Nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm >. Acesso em 02/junho/2015.
- _____. Lei Nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências. Disponível

em: < http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015/orcamento-2015/arquivos-ldo-1/lei_13080_2jan2015_texto.pdf >. Acesso em 11/junho/2015.

- _____.Lei Nº 13.115, de 20 de abril de 2015. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. Volume V. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13115.htm >. Acesso em 10/abril/2015.

- _____. Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2002. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm >. Acesso em 11/junho/2015.

- _____.Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB/CNE nº 17, de 12 de dezembro de 1997. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb017_97.pdf >. Acesso em: 19/junho/2015.

- _____._____._____.Parecer CEB/CNE nº 01, de 3 de fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf >. Acesso em: 19/junho/2015.

- _____._____. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. Portaria nº 330, de 28 de dezembro de 2011. Disponível em: < https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=232909 >.

- _____._____._____.INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. Código de Conduta Ética Profissional dos Servidores Públicos Federais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. < Disponível em: http://www.ifsuldeminas.edu.br/codigo_etica.pdf >Acesso em: 10/03/2015.

- _____._____._____._____.Relatório Anual de Atividades Auditoria Interna/2014. RAINT-2014. Disponível em: < http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/auditoria-interna/raint >. Acesso em: 19/junho/2015.

- _____._____._____._____.Plano de Desenvolvimento Institucional 2014/2018 do IFSULDEMINAS . Disponível em: < https://drive.google.com/a/ifsuldeminas.edu.br/file/d/0B2R_1a5w8OksWXpLU2V1VnFORks3Vm9yV2kwcFdpQU92bTBR/edit >Acesso em: 02/Junho/2015.

- _____._____._____._____.Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações – PETIC. Resolução nº 03/2015, de 23 de março de 2015. Dispõe sobre a aprovação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações – PETIC do IFSULDEMINAS. < Disponível em: < http://www.ifsuldeminas.edu.br/00-arquivos/2015/abril/10/cs/resolucao_03.pdf > Acesso em: 03/junho/2015.

- _____._____._____._____.Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI. Resolução nº 31/2012, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI do

IFSULDEMINAS. < Disponível em: < http://www.ifsuldeminas.edu.br/images/stories/00-2012/setembro/Resolucao/Resolucao.031.Regimento.CGTI.pdf > Acesso em: 02/06/2015.

- _____._____._____._____.Resolução nº 101/2013, de 16 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS. Disponível em: < http://www.ifsuldeminas.edu.br/00-arquivos/2014/07janeiro-resolucoes/resolucao101.pdf > . Acesso em: 15/junho/2015.

- _____.UFSM. Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.

- _____. Ministério da Fazenda. Secretaria Federal de Controle Interno. Instrução Normativa nº 01, de 06 de abril de 2001. Define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

- _____.Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº 625, de 21 de dezembro de 2012.

- _____._____. Secretaria de Gestão Pública. Portaria nº 02, de 09 de janeiro de 2015. Divulga o valor do menor e maior vencimento básico da Administração Pública Federal, para efeito de pagamento de Auxílio-natalidade, de que trata o art. 196 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e para efeitos de pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=10004 >. Acesso em 15/junho/2015.

- _____._____._____. Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal. Coordenação-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação da Normas. Nota Técnica Consolidada nº 01, de 7 de junho de 2013. Auxílio-transporte. Disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=9389 >. Acesso em 19/junho/2015.

- _____._____. Secretaria de Orçamento Federal. Cadastro de Ações. Disponível em: < http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/cadastro-de-acoes >.

- _____._____. _____.Manual técnico de orçamento MTO. Edição 2015. Brasília, 2014.

- _____._____.Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. Plano Mais Brasil PPA 2012-2015: Relatório de Comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO) / Alteração do PPA 2012-2015 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília: MP/SPI, 2013.

- _____._____.Secretaria de Recursos Humanos. Portaria Normativa nº 05, de 11 de outubro de 2010. Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC sobre a assistência à saúde suplementar do servidor ativo, inativo, seus dependentes e pensionistas e dá outras providências. Disponível em: < https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=8154 >. Acesso em: 18/junho/2015.

- _____.Tribunal de Contas da União. Análise SWOT e Diagrama de Verificação de Risco aplicados em Auditoria/Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog), 2010a.

- _____. Guia de orientação para o gerenciamento de riscos corporativo / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; coordenação: Eduarda La Roque. São Paulo, SP: IBGC, 2007. (Série de Cadernos de Governança Corporativa, 3).

- INTOSAI. International Organization of Supreme Audit Institutions. Diretrizes para aplicação de normas de auditoria operacional: normas e diretrizes para a auditoria operacional baseadas nas Normas de Auditoria e na experiência prática da INTOSAI./. - International Organization fo Supreme Audit Institutions; Tradução de Inaldo da Paixão Santos Araújo e Cristina Maria Cunha Guerreiro. Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia, 2005.

- NAG. Normas de Auditoria Governamental – NAGs: Aplicáveis ao Controle Externo. 2010.

- PAULA. Maria Goreth Miranda Almeida. Auditoria Baseada na Avaliação de Risco/Maria Goreth Miranda Almeida. Banco Central do Brasil, 2005. CEMLA – Centro de Estudos Monetários Latinoamericanos. Disponível em: < http://www.cemla.org/auditoria/documentos.html >. Acesso em: 11/abril/2015.

- THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS. Normas Internacionais para prática profissional de Auditoria Interna (Normas). “Permissão obtida junto ao proprietário dos direitos autorais. The Institute of Internal Auditors, 247 Maithand Avenue, Altamonte Springs, Florida 32701-4201, USA, para publicar esta tradução, a qual reflete o original em todos os aspectos materiais”. Emitido: outubro de 2008. Revisado em outubro de 2012. ©The Institute of Internal Auditors.